

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO DE JANEIRO**

Irma Miriam Chugar Zubieta

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA**

**Estudo de Caso: Comunidade “Maria Auxiliadora”, Cochabamba - Bolívia**

Rio de Janeiro  
2007



## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA**

Estudo de Caso: Comunidade “Maria Auxiliadora”, Cochabamba - Bolívia

Irma Miriam Chugar Zubieta

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Racionalização de Projetos e da Construção.

Orientador:

Prof. Dr. Mauro César de Oliveira Santos

Co-orientadora:

Profa. Dra. Ivani Bursztyn

Rio de Janeiro  
2007

Z93      Zubieta, Irma Miriam Chugar,  
A representação social da moradia. Estudo de caso: Comunidade  
Maria Auxiliadora, Cochabamba - Bolívia. / Irma Miriam Chugar Zubieta.-  
Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2007.  
145 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Mauro César de Oliveira Santos.

Dissertação(Mestrado) - UFRJ/PROARQ/ Programa de Pós-Graduação  
em Arquitetura, 2007.

Referências bibliográficas: f.133-135.

1. Habitações populares. 2. Espaço (arquitetura). I.Santos, Mauro  
César de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
De Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura. III. Título.

CDD 728

## **A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA**

Estudo de Caso: Comunidade “Maria Auxiliadora”, Cochabamba - Bolívia

Irma Miriam Chugar Zubieta

Dissertação de Mestre submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências da Arquitetura, área de concentração em Racionalização de Projetos e da Construção.

Aprovado em 15 de Fevereiro de 2007

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Mauro César de Oliveira Santos, D. SC. (Orientador)  
PROARQ / FAU / UFRJ

---

Profa. Ivani Bursztyn, D. SC. (Co-Orientadora)  
PROARQ / NESC / FM / UFRJ

---

Profa. Luiz Fernando Rangel Tura, D. SC.  
NESC / FM / UFRJ

---

Profa. Maria Lais Pereira da Silva, D. SC.  
PGEU / UFF

Rio de Janeiro  
2007

A meu pai,  
Constancio Chugar Ayala (in memóri)  
Pela confiança que depositou em mim.

## **AGRADECIMENTOS:**

A DEUS,  
por conduzir meu caminho;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Por me permitir realizar este curso, sem esse apoio não teria condições de estar aqui;

A meu orientador Prof. Dr. Mauro Santos  
pelo muito que aprendi;  
Aos professores Ivani Bursztyn e Luiz Fernando Tura  
pelo apoio para a realização deste trabalho;  
Aos professores membros da banca,

Aos colegas pesquisadores do Instituto de Investigação de Arquitetura (IIA) da UMSS  
pela parceria na pesquisa de campo, especialmente a Rodrigo Avarez H.

Aos entrevistados da Comunidade Maria Auxiliadora, que participaram da pesquisa,  
especialmente a Rose Mary Irusta e Anna Soliz;

Aos integrantes do LabHab:  
Ana Carolina Martins, Diogo Granja Caprio, especialmente a Thais Reis Cardoso,  
Aos integrantes do Espaço Saúde:  
Gabriela Liuzzi Dalmasso, Gustavo Guimarães, Renata Couto e Maria Paula Fontes,  
Aos colegas de curso: Luciana Mota Beck, Clarice, Flavia, Luciana,  
pelo apoio, colaboração e companheirismo no decorrer do curso;  
Aos professores, funcionários e colegas do PROARQ/FAU/UFRJ;

Aos colegas da Bolívia, membros da SEVIVE,  
em especial aqueles que de alguma forma contribuíram com meu trabalho:  
A os amigos pela força e o apoio moral apesar da distância;  
Carmen Gallo (in memóri), Rosário Gonzáles, Rosa Vargas, Zulema Álvares, M. Elena Soriano, Célia Terceros, Patrícia Pozo e todas as pessoas que vibraram positivamente.  
A minha irmã Sonia Chugar  
pela dedicação e cuidado das encomendas, na minha ausência.

A meu filho, Dennis Alvaro Canido Chugar  
Pelo apoio, a colaboração e os momentos difíceis que passamos juntos.

## RESUMO

### A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA

Estudo de Caso: Comunidade “Maria Auxiliadora”, Cochabamba - Bolívia

Irma Miriam Chugar Zubieta

Orientador Prof. Dr. Mauro César de Oliveira Santos

O presente trabalho visa a aprofundar o conhecimento dos aspectos objetivos e subjetivos que devem ser considerados na relação entre a moradia e o ambiente construído. Através da Teoria das Representações Sociais, foi possível conhecer as necessidades e os desejos expressos por costumes, hábitos, valores coletivos e individuais presentes no cotidiano dos moradores. Conhecer esses elementos é importante para a elaboração de todo projeto arquitetônico. A pesquisa foi realizada na Comunidade Maria Auxiliadora, situada na periferia da cidade de Cochabamba, Bolívia, implantada em 1999 por um grupo de mulheres líderes, preocupadas com *‘a violência intrafamiliar’* e *‘o direito a uma moradia digna’*. Foram aplicados 116 questionários, com perguntas abertas e fechadas, um teste de associação de palavras com o termo indutor *MORADIA* e o levantamento físico, registrando as apropriações do espaço. Constatou-se, após a análise dos resultados da pesquisa, que a “moradia” é representada socialmente como *‘lugar íntimo onde se desenvolve a família’* e como uma *‘necessidade indispensável ao homem’*; por sua vez, “casa própria” serve *‘para morar com tranquilidade’* enquanto a “casa concluída” é fundamental *‘para ter um mínimo de conforto’*. As relações simbólicas relacionadas à moradia presente no cotidiano dos moradores foram expressas através de ‘obra’, pela necessidade de mais espaço construído para melhorar o conforto da família *seja com objetivo de ampliação seja pela necessidade de concluir as obras seja pela aspiração de construir a casa própria*. A partir destes conhecimentos será possível desenvolver futuros projetos progressivos, que apresentem espaços adequados e habitáveis e que respondam às necessidades vitais sem interferir na realidade sócio-cultural e econômica dos moradores. Assim, poderemos diminuir o déficit qualitativo existente na atualidade.

Palavras-chave: Habitação popular; espaço; representações sociais.

## **ABSTRACT**

### **The Social Representation of the Popular Housing**

Research about: Community of María Auxiliadora, Cochabamba - Bolivia

Irma Miriam Chugar Zubieta

Professor Adviser Dr. Mauro César de Oliveira Santos.

The objective of the present job is to study in depth the knowledge of the objective and subjective aspects about the relationship between the housing and the built environment. By means of the Social Representation's Theory was possible to know the needs and the expressed desires for customs, habits, individual and collective values that are present in the inhabitant's every day living and they are determinant in all projects. An investigation was made with the inhabitants of the Community María Auxiliadora located on the periphery of Cochabamba's city in Bolivia, it was founded in 1999 by a group of leader women concerned about the violence in the family and the right to have a worthy housing. There were 116 people interviewed with open and closed questions, a test that has a group of words that push the word HOUSING, also land survey and the registration to take the living space was done. It has been proved that housing is socially represented as "a private place where the family develops and as" an "essential need for the human been"; own house "to live in peace and quiet" and finished home "to have the minimum amount of well-being". The relationship of simbology connected to housing shows the need for more places of well- being connected to "work", it is present in the people's daily lives expressed for the need to increase the living spaces, for the need to finish the work or by the dream of building the own house. With this knowledge building the own house. With this knowledge we will be able to prepare progressive plans that have suitable habitable living spaces. Suitable habitable living spaces that answer the vital needs without interfering the inhabitant's cultural and socioeconomic reality. So we would be able to decrease the qualitative shortage existent at the present time.

Key words: Popular housing; space; social representations.

## RESUMEN

### LA REPRESENTACIÓN SOCIAL DE LA VIVIENDA POPULAR

Estudio de Caso: Comunidad Maria Auxiliadora, Cochabamba – Bolivia

Irma Miriam Chugar Zubieta

Orientador Prof. Dr. Mauro César de Oliveira Santos

El presente trabajo tiene por objetivo profundizar conocimientos sobre los aspectos objetivos y subjetivos, que deben ser considerados en la relación existente entre la vivienda y el ambiente construido. Mediante la Teoría de las Representaciones Sociales, fue posible conocer las necesidades y los deseos que son expresados por costumbres, hábitos, valores colectivos e individuales presentes en el cotidiano de los individuos. Conocer esos elementos es importante para la elaboración de todo proyecto arquitectónico. La investigación fue realizada junto a los vecinos de la Comunidad Maria Auxiliadora, situada en la periferia de la ciudad de Cochabamba, Bolivia, implantada en 1999, por un grupo de mujeres líderes preocupadas con *'la violencia intra familiar'* y *'el derecho a una vivienda digna'*. Fueron aplicadas 116 entrevistas con preguntas abiertas y cerradas; un teste de asociación de palabras con el término inductor VIVIENDA y el levantamiento físico, registrando las apropiaciones del espacio. Se comprobó que la vivienda es representada socialmente como *'lugar íntimo donde se desenvuelve la familia'*, y como una *'necesidad indispensable al ser humano'*; a su vez, la casa propia significa *'vivir con tranquilidad'* en tanto que, una casa con obras concluidas es fundamental par *'tener un mínimo de bienestar'*. Las relaciones simbólicas relacionadas con la vivienda presentes en la vida cotidiana de los vecinos fueron expresadas a través de *'obra'*, por la necesidad de mas espacios construidos para mejorar el bien-estar, de la familia ya sea con el objetivo de ampliar espacios, la necesidad de concluir con las obras o por el sueño de construir la casa propia. A partir de estos conocimientos será posible desarrollar proyectos progresivos que presenten espacios adecuados y habitables, que respondan a las necesidades vitales, sin interferir en la realidad socio-cultural y económica de los habitantes. Así podremos disminuir el déficit cualitativo existente en la actualidad.

Palabras claves: Vivienda popular; espacio; representaciones sociales.

## SUMARIO

Lista de ilustrações	11
Lista de quadros	12
Lista de siglas e abreviaturas	13
INTRODUÇÃO	14
<b>CAPITULO I - DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO POPULAR NA BOLÍVIA.</b>	<b>19</b>
1.1 Contextualização e caracterizações gerais	20
1.2 Século XIX - Período Republicano	26
1.3 Século XX	33
1.3.1 O Estado Oligárquico - 1900 a 1950	33
1.3.2 O Estado Nacional - A revolução de 1952	42
1.3.3 O Estado autoritário - 1965 a 1980	52
1.3.4 O Estado Democrático - Anos 80 ao final do século XX	55
<b>CAPITULO II - HABITAÇÃO, ESPAÇO, HABITABILIDADE E CONFORTO</b>	<b>70</b>
2.1 Habitação	70
2.1.1 Definição de habitação Social	72
2.2 O espaço na habitação	76
2.3 Habitabilidade	79
2.3.1 Exigências de Habitabilidade: Fisiológicas, Psicológicas e Sociológicas	80
2.4 Definição de conforto e bem-estar	80
<b>CAPITULO III - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA POPULAR</b>	<b>83</b>
3.1 Pressupostos teórico-metodológicos	85
3.1.1 A Teoria das Representações Sociais	86
3.2 Estudo de Caso: Comunidade Maria Auxiliadora	95
3.3 Procedimentos metodológicos.	107
3.3.1 Levantamento de Campo	108
3.3.2 Apresentação e Análise dos Resultados	110
<b>CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>130</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXOS	136

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 01: Bolívia na América do Sul - Mapa Político	20
Fig. 02: O Departamento de Cochabamba na Bolívia - Mapa Político	20
Fig. 03: A cidade de Cochabamba no Departamento - Mapa Político	22
Fig. 04: Plano Geral do Município de Cochabamba	23
Fig. 05: Percentual - condições de habitabilidade das moradias	23
Fig. 06: Plano - Qualidade de habitabilidade da moradia	25
Fig. 07: Pátio interno - casarões estilo colonial no centro histórico de Cochabamba	27
Fig. 08: Plantas - Casa de altos ou casa de dois Pavimentos	29
Fig. 09: Fachadas de 1920 - Casa de altos ou casa de dois Pavimentos	29
Fig. 10: Fachada - Casa de altos na cidade de Cochabamba	30
Fig. 11: Fachada - Casa de baixos na cidade de Cochabamba	30
Fig. 12: Planta - Casa da Vizinhança na cidade de Cochabamba	30
Fig. 13: Fachadas - Cortiços no centro da cidade de Cochabamba	31
Fig. 14: Casarão transformado em cortiço na cidade de Cochabamba	36
Fig. 15: Tipologias de moradias autoconstruídas em fileira <i>médias águas</i>	40
Fig. 16: Projeto - Tipologia de Habitação social produzida por CONAVI, 1960	51
Fig. 17: Moradias produzidas pelo Governo	73
Fig. 18: Sistema de Autoconstrução por mutirão	74
Fig. 19: Moradia Autoconstruída	74
Fig. 20: Localização esquemática do Distrito 9, no Município de Cochabamba	96
Fig. 21: Abertura de ruas	99
Fig. 22: Construção da Creche	99
Fig. 23: Plano Geral de Implantação - Comunidade Maria Auxiliadora	100
Fig. 24: Vista da Creche	101
Fig. 25: Vista geral do Parque infantil	101
Fig. 26: Vista panorâmica da Comunidade Maria Auxiliadora	101
Fig. 27: Implantação das moradias existentes e em fase de construção	101
Fig. 28: Tipologia de Moradias da Comunidade Maria Auxiliadora	104
Fig. 29: Gráfico de barras - Relação quantitativa - Renda Familiar (Salário Mínimo SM)	106
Fig. 30: Gráfico de barras - Relação quantitativa - Procedência dos moradores	107
Fig. 31: Vistas do Seminário participativo - Procedimento da coleta de dados	109
Fig. 32: Organização estrutural do núcleo central	113
Fig. 33: Tipologia de casa térrea - tipo puxado um ambiente múltiplo e banheiro	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Divisão Política por Zonas Geográficas e Departamentos	21
Quadro 02: No. Habitantes - Cochabamba e Cercado	22
Quadro 03: No. Habitantes em moradias coletivas e particulares - Situação de Pobreza por Departamento	24
Quadro 04: Características do sistema central e do sistema periférico	93
Quadro 05 Resumo de Localização	95
Quadro 06: Estrutura do Quadro de quatro Casas	102
Quadro 07: Núcleo Central - Proc. de Hierarquização e justificação das evocações	114
Quadro 08: Sistema Periférico - Proc. de Hierarquização e justificação das evocações	118
Quadro 09: Organização estrutural do núcleo central - Grupo 1	126
Quadro 10: Organização estrutural do núcleo central - Grupo 2	127

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMC.	-	Área Metropolitana de Cochabamba
ASDI	-	Autoridade Sueca Desenvolvimento Internacional
BCB	-	Banco Central da Bolívia
BID	-	Banco Internacional de Desenvolvimento
BOC.	-	Bloco Obreiro Camponês
CNP	-	Censo Nacional de População
CNSS	-	Caixa Nacional de Seguro Social
CNV	-	Conselho Nacional da Vivenda
COB	-	Central Obreira Boliviana
COD	-	Central Obreira Departamental
COMIBOL	-	Corporação Mineira Boliviana
CONAVI	-	Conselho Nacional de Vivenda
CNSS	-	Caixa Nacional de Seguro Social
D.L.	-	Decreto Lei
D.S.	-	Decreto Supremo.
FIS	-	Fundo de Inversão Social
FSE	-	Fundo Social de Emergência
FONVI	-	Fundo Nacional de Vivenda
FONVIS	-	Fundo da Vivenda Social
HAM	-	Honorável Alcaldia Municipal
ICI	-	Instituições Creditícias Intermédias
INAVI	-	Instituto Nacional de Vivenda
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
IIA	-	Instituto de Investigação de Arquitetura
IVS	-	Instituto de Vivenda Social
MNR	-	Movimento Nacionalista Revolucionário
ONG	-	Organização não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OTB	-	Organização Territorial de Base
PNVP	-	Plano Nacional de Vivenda Popular
PNSV	-	Programa Nacional de Subsídio a Vivenda
UMSS	-	Universidade Mayor de San Simon
YPFB	-	Yacimientos Petrolíferos Fiscais Bolivianos

## INTRODUÇÃO

- CONSIDERAÇÕES GERAIS

O déficit habitacional atinge os setores mais necessitados e empobrecidos, de todo país em vias de desenvolvimento. Geralmente, as políticas habitacionais não têm capacidade para dar soluções acordes às necessidades, considerando que uma solução ao problema habitacional seria a opção não somente para melhorar as condições de vida da população, mas também para melhorar os índices de desenvolvimento humano de uma determinada região.

Na Bolívia, a construção da moradia envolve a população de escassos recursos, pois um alto percentual do parque habitacional boliviano é produto da autoconstrução, dando como resultado moradias, bairros e cidades feitas pela população. Porém, os dados estatísticos revelam que o maior percentual de déficit habitacional é de características qualitativas.

Assim, a partir da Lei de Participação Popular, surgem novos grupos sociais no intuito de reivindicar necessidades básicas dentro da sociedade. O projeto *“Habitat para a Mulher”*, estabelecida na *“Comunidade Maria Auxiliadora”*, nasce com um grupo de mulheres líderes preocupadas com *‘a violência intrafamiliar’* e *‘o direito a uma moradia digna’*, com o objetivo de garantir o habitat da família. Para atingir seus objetivos, percorrem um longo caminho na procura de alternativas viáveis ao custo de vida. Após a compra de terrenos, iniciaram as obras pelo sistema de autoconstrução.

- QUESTÕES NORTEADORAS

As moradias produzidas por autoconstrução poucas vezes apresentam critérios mínimos de habitabilidade. Geralmente, apresentam deficiências técnicas quanto a espaço, forma, função ou uso inadequado de materiais construtivos, porém, será que a assistência técnica qualificada e a participação do usuário na elaboração de projetos e construção poderão melhorar o déficit qualitativo para oferecer moradias mais adequadas e que apresentem um mínimo de conforto?

Estudar os aspectos subjetivos para entender a relação do indivíduo e o ambiente construído envolve vários fatores, as necessidades e os desejos do morador, expressas por costumes, hábitos, valores coletivos e individuais presentes no cotidiano, pois são determinantes em todo projeto arquitetônico.

- OBJETIVOS

O objetivo geral de nosso estudo é conhecer “As Representações Sociais da Moradia” através da Teoria das Representações Sociais, como instrumento que visa a compreender a relação entre o indivíduo e o ambiente construído.

Os objetivos específicos são os seguintes: conhecer o grau de satisfação dos moradores em relação à qualidade do espaço e ao conforto nas moradias além de conhecer o perfil da população em estudo, para propiciar a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, promovendo tipologias de projetos progressivos de habitação popular, que apresentem espaço e conforto adequados ao desenvolvimento das atividades cotidianas dos moradores.

- JUSTIFICATIVA

O problema habitacional na Bolívia vem de longa data. Ainda hoje as políticas habitacionais do governo não conseguem cobrir esse déficit, principalmente no que se refere ao déficit qualitativo, pois um alto percentual do parque habitacional boliviano é produto da autoconstrução como única alternativa para satisfazer as necessidades de abrigo. Neste sentido, o direito a uma moradia digna se torna distante da população de baixa renda. Porém, a busca para melhorar a qualidade da moradia autoconstruída se torna indispensável, através de processos metodológicos que visem a implementar nosso objetivo, considerando que uma solução é uma alternativa para melhorar não somente as condições de vida da população, mas também os índices de desenvolvimento humano do país.

- ESTRUTURA DO TRABALHO

**O capítulo I** apresenta brevemente a contextualização da Bolívia e do departamento de Cochabamba. Posteriormente, através de revisão bibliográfica e de fundamentação teórica, busca-se entender o desenvolvimento da habitação popular na Bolívia, desde o século XIX até hoje, visando conhecer a qualidade do espaço, as características históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas, além das políticas habitacionais e as conseqüências que determinaram o problema habitacional. Esta base teórica nos ajudará a mergulhar na realidade do país e, ao mesmo tempo, situar o problema.

**O capítulo II** aborda conceitos da habitação, habitabilidade, conforto e a importância da qualidade arquitetônica da moradia, definindo conceitos de espaço, forma e função para o desenvolvimento das atividades básicas e que proporcionem um grau de satisfação ao morador, visto que a qualidade física da habitação influi diretamente na qualidade de vida do indivíduo.

A busca pela compreensão da moradia não se restringe apenas ao estudo da edificação como objeto físico. Envolve vários fatores, as necessidades e os desejos da apropriação e uso do ambiente construído tanto interno como externo. Cada grupo social tem valores específicos que às vezes estão ausentes do conhecimento científico. Porém, torna-se necessário realizar pesquisas que ajudem a identificar as atitudes intrínsecas da população para adequar, de acordo com o modo de vida dos moradores, a concepção espacial do ambiente construído. Assim, no **capítulo III** apresentamos a metodologia e o estudo de caso aplicado.

Para compreender os valores que atribuem a representação da moradia e a relação entre o indivíduo e o ambiente construído, optamos pela “**Teoria das Representações Sociais**” de Serge Moscovici, como a melhor abordagem para o conhecimento do saber comum, construído a partir do contato entre o saber erudito e a realidade de uma população inserida num dado contexto. Tornando-se assim, um instrumento fundamental, definido por Jodelet (2001:22) como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, revelando-se adequada aos propósitos das avaliações do ambiente construído, no que se refere à visão de seus usuários.

O estudo de caso foi realizado na Comunidade Maria Auxiliadora, localizada na periferia da cidade de Cochabamba, Bolívia, formada por 350 famílias de baixos recursos,

com empregos temporários e eventuais, porém sem capacidade de poupança. Na atualidade, existem 100 moradias implantadas e 39 em fase de construção. Neste estudo, procurou observar as relações de apropriação de espaços, tomando conhecimento das necessidades e dos desejos dos moradores para desenvolver projetos de moradias habitáveis, que apresentem um mínimo de conforto.

**O capítulo IV** apresenta as conclusões e recomendações obtidas com os resultados da análise para concluir o estudo.



*Não quero a minha casa amuralhada por todos  
lados, nem as minhas janelas fechadas.  
Eu quero que as culturas de todo o mundo soprem  
sobre a minha casa tão livremente como seja  
possível.  
Mas, me recuso a ser despejado por alguma delas.  
Recuso-me a viver em moradia alheia  
como um intruso, um mendigo ou um escravo*

*Mohandas Karamchand GANDHI*

## CAPITULO I - DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO POPULAR NA BOLÍVIA

O problema habitacional representa um dos maiores desafios sociais principalmente nos países em vias de desenvolvimento. Os déficits envolvem grandes massas da população de baixa renda e classe média empobrecida, que pela falta de opções acabam habitando em moradias precárias e sem condições de habitabilidade, seja pelos padrões construtivos seja com relação à falta de serviços de infra-estrutura básica ou à legalidade na ocupação da terra. Portanto, considera-se que o direito a uma moradia digna na atualidade é uma necessidade insatisfeita para grande parte da população, ao concordar que:

“Todo ser humano, individualmente ou em família, tem o direito inalienável de dispor de um espaço habitável, para seu uso exclusivo, favorável a sua saúde e a seu bem-estar, como à liberdade de escolha de seu lugar de residência, dentro do quadro das condições econômicas, sociais e culturais de seu meio” (...). (Carta do Habitat – da União internacional dos Arquitetos apud HALFELD; ROSSI, 2002:1).

Pensar em moradia não é somente reduzir a imaginação às quatro paredes e um teto. É fundamentalmente meditar sobre a construção de uma casa com todos os serviços e a relação com seu entorno, o quintal, a rua e desta com a quadra, o bairro e a cidade, pois uma moradia constitui a célula básica residencial da mancha urbana de qualquer cidade. Porém, a busca por soluções habitacionais que satisfaçam as necessidades da população torna-se indispensável para melhorar não somente as condições de vida da população, mas também para contribuir e melhorar os índices de desenvolvimento humano de uma determinada região.

A Bolívia, do mesmo modo que outros países da América Latina, apresenta grandes problemas habitacionais com maiores índices no déficit qualitativo. Um alto percentual do parque habitacional boliviano é produto da autoconstrução, dando como resultado moradias, bairros e cidades feitas pela população de forma precária, sem condições de habitabilidade. As políticas habitacionais das décadas passadas não atingiram as demandas da população, por motivos diversos, especialmente pelos limitados recursos financeiros, transformando assim esta questão num desafio ainda maior neste século XXI.

## 1.1 Contextualização e caracterizações gerais

- Contexto nacional – Bolívia



Figura 01: Bolívia na América do Sul  
Fonte: Internet

A República da Bolívia se localiza no coração da América do Sul, situada entre os meridianos 69° 8' e 57° 25' de longitude Oeste e os paralelos 10° 9' e 23° 5' de latitude Sul. Limita a norte e leste pelo Brasil; a Sudeste pelo Paraguai; a Sul pela Argentina, e a Oeste pelo Chile e Peru. Ocupa uma extensão territorial de 1.098.581 Km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de oito habitantes por Km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 8.586.443 habitantes, distribuída 62.4% em áreas urbanas e 37.6% em áreas rurais.

Apresenta três grandes zonas geográficas: O ocidente, situado na cordilheira dos Andes, ocupa 16% do território e concentra 42% da população; O centro do país formado por vales e planalto, ocupa 19% do território e concentra 29% da população; O leste do país, formado por terras baixas e coberto pela floresta úmida da Amazônia, é a região mais extensa, ocupando 65% do território e concentrando 29% da população.



Fig. 02: O Depto. de Cochabamba na Bolívia.  
Fonte: Internet

As características culturais são diversas, diferem conforme cada região. Assim, a Bolívia é definida como um país plurilíngüe, multiétnico e intercultural<sup>1</sup>. A língua oficial é o

---

<sup>1</sup> Esta declaração foi introduzida pela reforma de 1994. A constituição reconhece que a Bolívia é um país diverso, constituído por diferentes etnias e culturas, com igualdade de direito frente ao Estado.

Espanhol, além do Quéchuá e do Aimará, estes dois últimos idiomas difundidos na área andina pela população indígena. Embora não seja considerado como língua oficial, o Guaraní é difundido pela população indígena da zona tropical.

A constituição política do Estado de 1967, revista em 1994, prevê um sistema de governo unitário e democrático, estabelecida em três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, cada um com as suas atribuições próprias (Vide anexo 1). A divisão política e administrativa do país, estrutura-se em 9 departamentos, 112 províncias e 324 municípios. A capital Constitucional é a cidade de Sucre e a sede de governo, a cidade de La Paz.

DEPARTAMENTO	CAPITAL	ALTITUDE (m.s.n.m.)	ÁREA Km2	PROVÍNCIA N°	MUNICÍPIO N°
Bolívia	Sucre		1.098.581	112	324
<b>Chuquisaca</b>	Sucre	2.790	51.524	10	28
<b>La Paz</b>	La Paz	3.640	133.925	20	77
<b>Cochabamba</b>	Cochabamba	2.558	55.631	16	45
<b>Oruro</b>	Oruro	3.709	53.588	16	35
<b>Potosí</b>	Potosí	4.070	118.218	16	38
<b>Tarija</b>	Tarija	1.866	37.623	6	11
<b>Santa Cruz</b>	Santa Cruz	416	370.621	15	56
<b>Beni</b>	Trinidad	236	213.564	8	19
<b>Pando</b>	Cobija	221	63.827	5	15

Quadro 01: Divisão política - Fonte: INE 2001

A partir de 1995, com a “*Lei de Descentralização Administrativa*”<sup>2</sup> os Departamentos recebem maior autonomia. Os Prefeitos são eleitos diretamente pelo voto popular a partir de Dezembro de 2005. As cidades e províncias (Municípios) são governadas e administradas pelo Governo Municipal<sup>3</sup> formado pelo conselho e um alcaide, diretamente eleito pelo voto popular.

<sup>2</sup> Emitida em 1995, outorga ao Prefeito (Governador de Departamento), como a instância Departamental do executivo, para elaborar o Plano regional de Desenvolvimento e implementar planos, programas e projetos regionais. É responsável também do apoio e fortalecimento aos governos municipais para o desenvolvimento local.

<sup>3</sup> Governo autônomo no âmbito de sua jurisdição pelo período de 5 anos, com potestade normativa, executiva, administrativa e técnica.

A “Lei de Participação Popular”<sup>4</sup> gerou reformas estruturais que concedem a participação ativa e direta das organizações de base que representam a população em todos os processos de concepção de programas de desenvolvimento. Assim, foi distribuída uma porção significativa das receitas nacionais pelas autarquias para seu uso discricionário, permitindo que comunidades anteriormente negligenciadas obtivessem grandes melhoramentos na infra-estrutura e nos serviços.

- **Contexto regional - Cochabamba**

O Departamento de Cochabamba está localizado no coração da Bolívia, entre os meridianos 65° e 67° de longitude Oeste e os paralelos 16° e 19° latitude Sul, ocupando uma área de 55.631 Km<sup>2</sup>, o que equivale a 5,1% do território nacional.



A região está formada por vales, situados a uma altitude de 2.570 metros, com temperatura média de 20°C. Apresenta uma população de 1.455.711 habitantes, distribuídos 58.85% em áreas urbanas e 41.15% em áreas rurais.

O Departamento se divide em 16 províncias, 32 seções e 87 municípios. Tendo como capital a Província Cercado.

Fig. 03: A cidade de Cochabamba no Departamento.

Fonte: Internet

CÓDIGO CARTOGRÁFICO	DESCRIÇÃO	No. DE HABITANTES
03	Cochabamba	1.455.711
0301	Cercado	517.024

Quadro 02: INE, 2001

<sup>4</sup> A Lei N° 1551 foi promulgada em 20 de Abril de 1994, consta de quatro Títulos e 34 Artigos. A Participação Popular em seu artigo primeiro reconhece, promove e consolida o processo articulando as comunidades indígenas, camponesas e urbanas, na vida jurídica, política e econômica. Procura melhorar a qualidade de vida da mulher e do homem boliviano, com distribuição mais justa e melhor administração dos recursos públicos.

O Município de Cercado capital Cochabamba, ocupa 391 Km<sup>2</sup> de área territorial e apresenta uma população de 517.124 habitantes. Concentra 35% da população total do Departamento.

Segundo dados estatísticos, em 1950 apresentava uma densidade de 8 Habitantes/Km<sup>2</sup>, em 2001 apresenta 26 Habitantes/Km<sup>2</sup>.

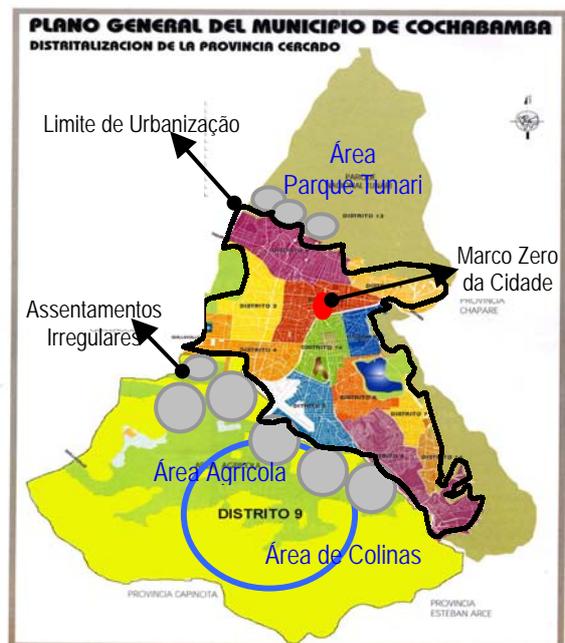


Fig. 04: Plano Geral do Município de Cochabamba.

Fonte: Internet

- **A situação atual da habitação**

Segundo dados estatísticos divulgados em 5 de Setembro de 2001, apresentam as seguintes cifras: foram registrados 8.274,325 habitantes, onde 5.165,882 (62,4%) moram em áreas urbanas e 3.108,443 (37,6%) em áreas rurais.

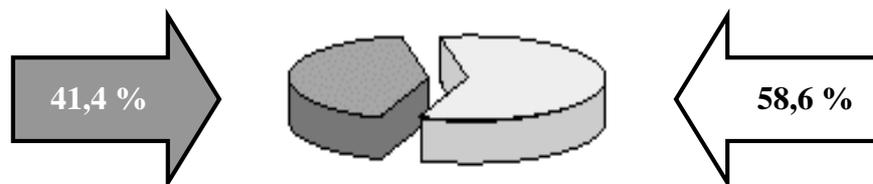


Figura 05: Percentual - Condições de habitabilidade das moradias

Fonte: INE 2001

Do total da população, 3.318,916 habitantes (41,4%) moram em condições habitáveis, e 4.695.464 habitantes (58,6%) abrangem o quadro de pobreza<sup>5</sup>, pois suas moradias apresentam condições inabitáveis, carecem ou apresentam inadequados serviços

<sup>5</sup> O grau de pobreza da população é medida através do método das necessidades básicas insatisfeitas (NBI), fundamentada em indicadores que medem a qualidade da moradia (quanto a espaços e materiais utilizados na construção) e a provisão de serviços elementares para sua habitabilidade (água potável, energia elétrica, serviços sanitários).

de infra-estrutura básica, apresentam baixos níveis de educação e manifestam inadequada atenção em saúde.

Com referência ao problema habitacional, verificou-se um déficit qualitativo<sup>6</sup> de 48,6% e um déficit quantitativo de 10%, isto é, o maior índice está relacionado diretamente à qualidade da moradia, que requer obras de ampliação ou melhoramento, no que diz respeito ao uso de materiais da construção, qualidade espacial, serviços básicos e insumos energéticos - característica comum dos setores populares.

PROVÍNCIA	TOTAL	RESIDENTES	RESIDENTES	NÃO POBRES		POBRES	
		MORADIAS COLETIVAS	MORADIAS PARTICULARES	TOTAL	%	TOTAL	%
<b>BOLÍVIA</b>	<b>8.274.325</b>	<b>259.945</b>	<b>8.014.360</b>	<b>3.312.916</b>	<b>41,4</b>	<b>4.695.464</b>	<b>58,6</b>
Chuquisaca	531.522	18.266	513.256	153.384	29,9	359.872	70,1
La Paz	2.350.466	64.559	2.285.907	772.719	33,8	1.513.188	66,2
Cochabamba	1.455.711	41.524	1.414.087	636.267	45,0	777.820	56,0
Oruro	391.870	10.277	381.593	122.826	32,2	258.767	67,8
Potosí	709.013	13.783	695.730	141.067	20,3	554.163	79,7
Tarija	391.226	19.297	371.929	183.066	49,2	188.863	50,8
Santa Cruz	2.029.471	71.008	1.958.483	1.213.352	62,0	745.111	38,0
Beni	362.521	17.211	345.310	82.838	24,0	262.472	76,0
Pando	52.525	3.920	48.605	13.397	27,6	35.208	72,4

Quadro: 03 - População total em moradias coletivas e particulares - Situação de Pobreza por Departamento

Fonte: INE 2001

Na área urbana, 15,5 % das moradias apresentam deficiências construtivas e uso inadequado de materiais da construção. Na área rural, 74,78 % das moradias enfrenta essa deficiência. A diferença é muito mais notável em insumos energéticos - energia elétrica e combustível para cozinha -, já que 14,1 % da população urbana tem inadequados insumos energéticos, ao passo que na área rural 91,2 % não dispõe destes. O quadro 02 apresenta a relação dos dados de pobreza por Departamento.

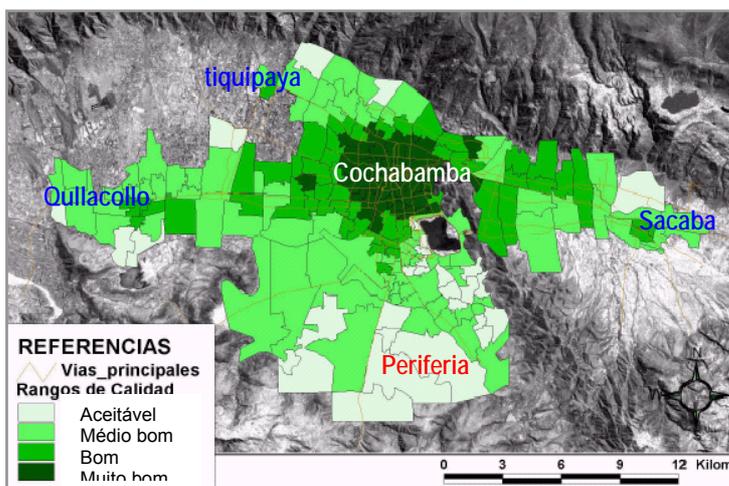
<sup>6</sup> O déficit qualitativo na habitação se apresenta com maior incidência em áreas rurais. 74,78% apresentam deficiências na construção e quanto ao uso de materiais, 64,34% apresentam índices de aglomeração, 90,8% não têm rede de água potável, 90,07%, não têm rede de esgoto (*Lineamientos par uma Política Nacional de Vivienda* - Ministerio de Desarrollo Humano, Secretaria de Participação Popular, 1997).

- **Política nacional de habitação**

As políticas habitacionais do novo milênio foram elaboradas para enfrentar o déficit habitacional, porém foram desenvolvidos projetos diferenciados para áreas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas se dará maior atenção aos bairros da periferia e a cidades intermediárias com projetos de melhoramento de bairros e melhoramento qualitativo da moradia. No âmbito rural serão priorizadas ações de saneamento básico integral mediante a intervenção massiva da participação de atores locais e da comunidade. Estabeleceu-se também apoio aos lares vulneráveis através de subsídios habitacionais com créditos de poupança e subsídio.

A participação dos governos municipais como atores fundamentais para o desenvolvimento dessas políticas torna-se importante, pois os recursos de contraparte, necessários para a obtenção de financiamentos do Estado, dependem deles para a execução de infra-estrutura, saneamento básico, melhoramento de vias de circulação, equipamentos comunitários, obras de controle de riscos e habilitação de terras. Contempla-se também implementar a educação populacional quanto à reforma jurídica, administrativa e fiscal do sistema de registro do direito à propriedade e da regularização de títulos de propriedade mediante incentivos para sua aplicação.

A nível regional, a Cidade de Cochabamba apresenta uma população de 1.455.711 habitantes. Do total da população, 636.267 habitantes (45%) moram em condições habitáveis e 777.820 habitantes (56%) abrangem o quadro de pobreza.



O mapa a apresenta o déficit qualitativo da habitação referente a condições de habitabilidade na área metropolitana da cidade de Cochabamba e o déficit referente à qualidade de serviços básicos e qualidade na construção (Vide anexo 02).

Figura 06: Plano - Qualidade de habitabilidade da moradia  
Área metropolitana de Cochabamba (CNPU 2001)

## 1.2 Século XIX – Período Republicano

Os territórios de Alto Peru constituíram o cenário central da economia colonial do Império Hispânico pelas grandes riquezas minerais do *Cerro Rico de Potosí*<sup>7</sup>, sustentadas pela agricultura cerealífera e o extensivo negócio de gado, possibilitando, assim, a organização de um extenso espaço econômico que tornou possível a constituição de um dinâmico mercado regional e a estrutura de vínculos comerciais com mercados internacionais ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Mas a centralização da economia colonial no coração das mesetas andinas num território fechado e de difícil acesso tornava necessário gerar abertura de vias de trânsito em direção ao Oceano Pacífico e, para resolver esse problema, foi criado o eixo Potosí-Lima. Posteriormente, no século XVIII, a incorporação do território de Charcas ao Vice-reinado de Buenos Aires fortaleceu novos vínculos com importantes portos do Oceano Atlântico.

No decorrer do século XVIII, aconteceram grandes reformas na história dos Vice-reinados existentes até então. Concluídas as guerras da independência e a expulsão dos exércitos da nobreza hispânica de Alto Peru, Lima e Buenos Aires houve uma disputa sobre a posse do território que hoje corresponde à Bolívia. Estes dois últimos (Lima e Buenos Aires), no intuito de reorganizar-se, reclamavam direitos sobre o território de Alto Peru, ofertando duas opções: a de incorporar-se às Províncias Unidas do Rio da Prata ou à nascente República do Peru. Mas os habitantes de Charcas decidiram reafirmar a soberania do território da *Real Audiência de Charcas* para fundar em 1825 a República da Bolívia. Essa decisão gerou conseqüências negativas para o novo país, pois foram desarticuladas as antigas vias de comércio devido ao fechamento do acesso livre aos portos marítimos de ambos oceanos.

Estes acontecimentos mais a persistente decadência da economia da prata iniciada no fim do século XVII se constituíram em fatores modeladores para o ordenamento territorial da Bolívia. Os centros urbanos mais dinâmicos foram situados nas mesetas do altiplano, ricas em mineração, e nos vales cerealíferos, tornando-as, assim, regiões de maior população, enquanto as extensas regiões tropicais ficaram postergadas numa situação de prolongada marginalidade.

---

<sup>7</sup> Denominava-se assim, à colina de mineração situada no Departamento de Potosí.

- **A crise habitacional**

Desde a fundação da República até fins de século as edificações habitacionais mantiveram características tipológicas do século passado, *hispânico-colonial* com exceção de algumas moradias de personalidades notáveis - mineiros ricos, comerciantes de fortuna ou personalidades com poder político - que substituíram a antiga nobreza hispânica, fazendo ostentação de casarões ou palacetes republicanos, particularmente nos Departamentos de Potosí, Sucre e La Paz. Em contraste ao desprendimento da arte e riqueza da arquitetura destes palacetes, a cidade de Cochabamba apresentava edificações habitacionais de fisionomia modesta, inclusive as da população mais abastada que não se comparavam à qualidade dos palacetes de mineiros do altiplano.

A tipologia arquitetônica e o padrão construtivo da moradia foram mantidos em função dos estratos sociais e podiam ser separados da seguinte maneira: *palacetes ou casarões* para personalidades notáveis; a *casa de altos* ou casa de dois pavimentos, para as classes altas; a *casa de baixos* ou casa térrea para as classes médias e a *casa da vizinhança* ou casa do inquilinato para a população de baixa renda. Além destas tipologias também existiam outras de acordo com cada região: o *tambo*<sup>8</sup> e a *casa de indígenas*, na cidade de La Paz; a *tenda redonda* na cidade de Cochabamba e a simples *choça* em Santa Cruz. Essa diferença de tipologia era identificada notoriamente no contexto urbano.

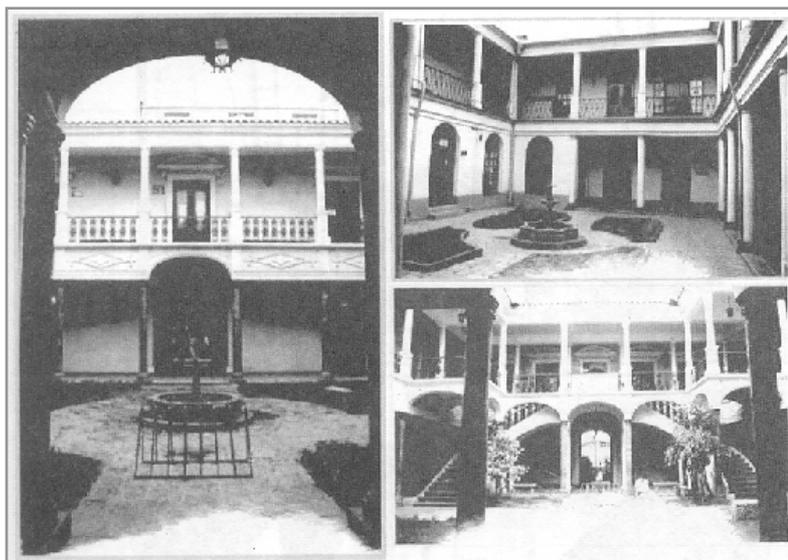


Fig. 07: Pátio interno - casarões estilo colonial no centro histórico de Cochabamba

Fonte: SOLARES, Humberto. **Vivienda y Estado:** Políticas Habitacionales y producción del hábitat popular en América Latina. Cochabamba, Bolívia: Serrano, 1999.

---

<sup>8</sup> Do quechua *támpu*, pousada, albergue.

Lavayen apresenta a seguinte descrição, em relação à moradia de personalidades notáveis de Cochabamba, fazendo referência à adequação dos velhos casarões aos gostos neoclássicos da época.

Tratando-se do espaço urbano mais importante, aplicam-se critérios neoclássicos com a maior riqueza possível, assim as colunas da galeria, ainda sem cumprir estritamente os cânones clássicos, adotam os estilos dórico, jônico e toscano. O primeiro e o segundo corpo são delimitados por uma cornija, a partir desta, saem pilastras com base que fazem de moldura das janelas do pavimento superior, este segundo corpo também culmina numa segunda cornija superior, onde têm um parapeito como friso decorado (...) No eixo central da fachada apresenta-se um frontão decorado com um escudo, dentro dele leva impresso o nome da família (...) Outro elemento relevante é o uso de balcões de ferro, geralmente isolados nos extremos e corridos na parte central. As portas de saída aos balcões apresentam formas alternadas, com arco rebaixado, de médio ponto ou retangulares, remontadas com molduras de inspiração neoclássica (...) Com referência à planta mantém o esquema colonial, provavelmente reconstruído sobre o traçado ou modificando este para incorporar a escada imperial ou de vários trechos (...) Os sistemas construtivos não foram modificados (...), nas fachadas o adobe foi substituído por tijolo, porque permitem um melhor tratamento para as molduras. A carpintaria se enriquece em base a projetos neoclássicos. A ferragem dos balcões é sofisticada. Ou seja, foi produzido um refinamento de formas, atendendo a modelos neoclássicos.<sup>9</sup> (LAVAYEN, 1990).

A *casa de altos* ou casa de dois pavimentos, onde habitavam os setores de influência e economicamente estáveis da *nobreza crioula*, mas que não atingiam a categoria de palacetes, apresentavam arranjos de características mais simples e eram construídas com adobe, careciam de arcadas e apenas ostentavam uma portada de pedra na entrada principal, além de elegantes balcões de madeira ou finos balaústres torneados sobre a fachada principal externa. A planta alta apresentava uma galeria de madeira talhada, em uma ou duas fachadas do pátio. O pátio era conexo com um segundo pátio mediante um vestibulo estreito, similar a um túnel coberto com *abóbada de berço*. Algumas moradias apresentavam também uma galeria de madeira no segundo pátio. Com referência a esta tipologia, Lavayen descreve o seguinte:

Pode-se deduzir algumas constantes compositivas básicas: as lojas com implantação e acesso direto à rua, atrás delas encontra-se um cômodo contínuo. O vestibulo

---

<sup>9</sup> Tradução do autor.

como vínculo entre a rua e o interior; o pátio é circundado de ambientes que desenvolvem a função de habitação, a continuação geralmente anexa um segundo pátio, onde se complementam as atividades domésticas e de serviço, finalmente o curral e a horta.<sup>10</sup> (LAVAYEN, 1990).

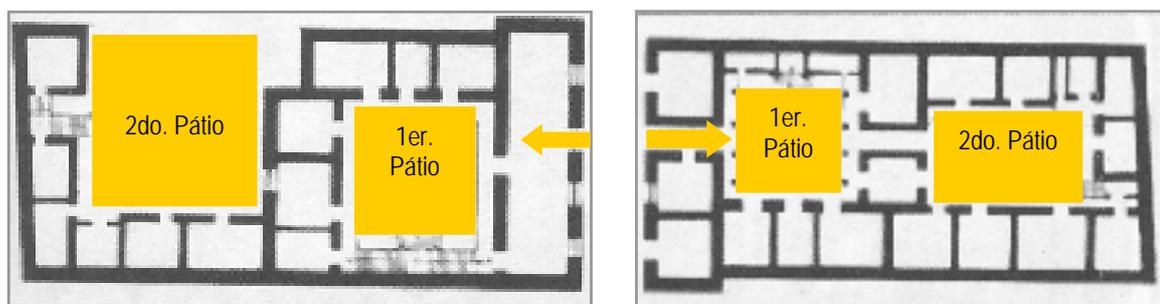


Figura 08: Plantas - Casa de altos ou casa de dois Pavimentos.

Fonte: SOLARES, 1999.



Figura 09 - Fachadas de 1920 - Casa de altos ou casa de dois Pavimentos.

Fonte: H.A.M. Cochabamba... Ayer y hoy. Cochabamba, Bolívia: PPA, 1999.

Segundo Solares, (1999:182) na cidade de La Paz estas casas eram edificadas a duas águas, com muros de adobe e telhado de barro cozido. A fachada se dividia em duas partes, a parte superior com quatro ou seis janelas e com balcões fechados formando uma composição de uma peça. O portão era formado por dois batentes com ornamentos relevantes, esculpidos em madeira, com cravos polidos, interiormente firmados por uma barra e protegida por uma pesada chapa, na parte de fora apresentava duas colunas de pedra decoradas por alguma ornamentação também mestiça. Este portão era aberto de forma total unicamente em grandes ocasiões: festas, enterros, para receber hóspedes ilustres ou na chegada da coleta. A entrada no dia a dia era realizada pelo vestíbulo iluminado com um farol que além do mais, iluminava o pátio inteiro de piso empedrado.

<sup>10</sup> Tradução do autor.

A distribuição da casa estava dividida em três partes: o primeiro e o segundo pátio além do curral, jardim ou horta. A primeira parte era constituída de dois pavimentos com as fachadas circundando o pátio, o pavimento térreo era rodeado de colunas formando uma galeria interior. No pavimento superior repetia-se o esquema da disposição dos cômodos do pavimento térreo.

A *casa de baixos* ou casa térrea era um tipo de moradia destinada aos estratos médios da sociedade: funcionários públicos, escrivões, profissionais liberais e comerciantes, mestiços e crioulos. Estas edificações apresentavam características simples e sóbrias mesmo tentando imitar com diferente grau de aproximação à casa de altos



Figura 10: Fachada - Casa de altos



Figura 11: Fachada - Casa de baixos

Fonte: H.A.M. Cochabamba... Ayer y hoy. Cochabamba, Bolívia: PPA, 1999.

A *casa da vizinhança* ou casa de inquilinato era moradia coletiva, construída para locação, de características muito simples, formada por um conjunto de cômodos em torno de um pátio alargado, apresentavam deficiências na infra-estrutura: *“a iluminação e ventilação de cada cômodo era obtida pela porta aberta, às vezes havia uma janela adicional”*. (GISBERT 1991).

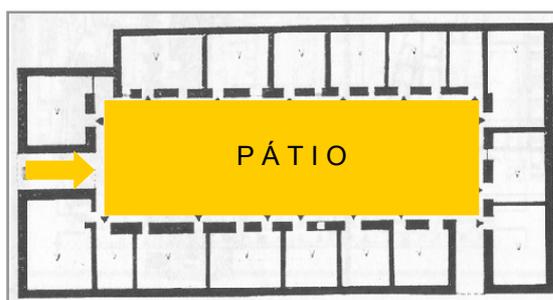


Figura 12: Planta - Casa da Vizinhança

Fonte: SOLARES, 1999.

Denominava-se *cortiço* os antigos casarões coloniais transformados em conjunto de cômodos de aluguel. Eram edificações velhas de vários pátios e de um ou dois pavimentos, de características precárias e infra-estrutura deficiente, subdivididos em cômodos de tamanhos razoáveis, destinados a famílias da classe média e a população de baixa renda. Esta tipologia foi proliferando aos poucos e no final do século XIX tornou-se comum em todas as cidades do país com características similares.



Figura 13: Fachadas - Cortiços no centro da cidade  
Fonte: SOLARES, 1999.

Na cidade de Cochabamba as moradias da população de baixa renda estavam localizadas nos legendários bairros populares da zona sul, próximos aos centros de comércio popular. Com referência a este tipo de moradias, Solares descreve o seguinte:

O padrão de habitação popular mais difundido inclusive que o cortiço, era a pequena construção de *baixos* em quadras e prédios muito fragmentados originando a denominada *tenda redonda*. Na realidade era um cômodo de planta quadrada, onde se desenvolvia uma dupla função, moradia e oficina artesanal. Sua vinculação mais forte era com o setor ferial ou de comércio popular, situada ao longo da denominada *Pampa das Carreiras* atual Avenida Aroma.<sup>11</sup> (SOLARES, 1999).

Denominava-se *tambo*, a moradia popular coletiva de origem pré-hispânico, situada nas vias de acesso à cidade. Esta tipologia era característica da cidade de La Paz, eram alojamentos de aluguel de dupla função: pousada e lugares de dispêndio de diversos produtos ofertados pelos comerciantes que pernoitavam.

---

<sup>11</sup> Idem nota 7.

(...) Consistia numa casa com dois pátios, em torno do primeiro pátio estavam situados os cômodos para viajantes, no segundo pátio pousavam os animais de carga. Os cômodos com saída à rua eram lojas. Era comum que os proprietários ou administradores morassem no pavimento superior (...) <sup>12</sup> (SOLARES, 1999:187).

Antigamente, o tambo era edificação própria de indígenas, mas no decorrer dos anos, pelo crescimento e a importância econômica que representavam, passaram a ser propriedade dos espanhóis, posteriormente no século XIX passam a propriedade de crioulos.

A *casa de indígenas* era um tipo de edificação implantada na periferia da cidade. Estas moradias eram constituídas de um único cômodo, de planta retangular e cobertura de palha. A cozinha encontrava-se no pátio externo e apresentava um fogão fixado a uma das paredes da casa. O pátio e o curral eram delimitados com um muro de adobe. Com referência a esta moradia, Otero descreve o seguinte:

Suas paredes são construídas de barro misturado com palha nos moldes de adobe ou taipa. O teto está sustentado por tesouras de paus entrelaçados por cordas de couro, prevista de uma porta sem janela. A porta era primitivamente de couro de llama <sup>13</sup> posteriormente mudou para madeira com argolas para sustentar o cadeado. Interiormente as casas eram mobiliadas com estruturas de taipa ou adobe formando bases amplas, que serviam de camas, e estreitas, que serviam de assentos. <sup>14</sup> (OTERO, 1980).

Segundo dados do censo de 1877, a cidade de La Paz apresentava as seguintes características: 113 quarteirões, implantados em 97,47 hectares, divididas em oito distritos, com uma população de 18.945 habitantes e 3.877 famílias, com predomínio de mestiços, hispano-americanos, indígenas e uma mínima quantidade de negros e europeus. Foram registradas 1.115 moradias, aproximadamente com 3,47 habitantes por moradia; aparentemente a moradia uni-familiar é inexistente, portanto, se apresenta como um modelo de cidade densa.

Os dados do censo de 1886 indicam que a cidade de Cochabamba apresentava 19.507 habitantes formando 2.000 famílias com uma densidade urbana de 127 habitantes

---

<sup>12</sup> Idem nota 7.

<sup>13</sup> Mamífero ruminante, da família dos camélidos, originário da Bolívia e Peru.

<sup>14</sup> Idem nota 7.

por quarteirão. A estrutura urbana apresentava 142 quarteirões, dividia-se em quatro distritos, considerados de maior população o Sudeste e Sudoeste da cidade. Dentro do perímetro urbano foram registradas 1.663 moradias, 67,8 % habitadas por menos de 10 pessoas, localizadas em áreas intermediárias ou na periferia da cidade, de forma dispersa e compartilhando o espaço urbano com áreas agrícolas. 27,6 %, habitadas com 17 pessoas por moradia e 4,6 % habitadas por 35 pessoas por moradia, eram os casarões transformados em cortiços ou alojamentos coletivos situados no centro da cidade e no passeio *El Prado*. Em 1900 a população foi incrementada a 21.456 habitantes, sem produzir expansão física na cidade, mas, dando lugar aos primeiros indícios de segregação espacial e situações de tugúrios no centro da cidade.

Assim, segundo dados mencionados acima o problema habitacional na Bolívia se inicia no final do século XIX com os primeiros indícios de segregação espacial nos centros urbanos dos Departamentos de La Paz e Cochabamba, porém, com características diferentes das apresentadas por outros países da América Latina, que já tinham na mesma época uma expansão urbana crescente.

### **1.3 Século XX**

#### **1.3.1 O Estado Oligárquico - 1900 a 1950**

No início do século XX, aconteceram dois fatos importantes que marcaram a vida do país: a queda definitiva dos patriarcas da prata e a emergência da economia do estanho. Esses acontecimentos estabeleceram uma relação burguesia mineira - Estado diferente da que havia no século anterior. No desfecho da denominada "*Revolução Federal*", a capital da República ficou sem funções, pois o poder administrativo foi transferido à cidade de La Paz. Desta forma, tal cidade se torna importante e favorecida pelo desenvolvimento urbano, assim como os centros mineiros, enquanto as outras cidades permaneceram postergadas até os anos 50.

Com a mineração de estanho, caracterizado como insumo industrial de importância, a Bolívia se integra ao mercado capitalista tardiamente em relação aos países do Cone-Sul. A inserção na economia internacional de exportação produziu um aumento massivo de demandas de estanho, portanto, foi necessário ampliar os volumes de exploração

incorporando novas regiões produtoras. Assim, em pouco tempo, a Bolívia se transformou em um importante produtor de escala mundial. Mas esses acontecimentos geraram a formação de um grande empresariado mineiro iniciado pela Patiño Mines, tornando-se rapidamente o setor dominante da economia boliviana e consolidando um *grupo mineiro seleta* que operava em grandes extensões do espaço produtivo de países industriais do ocidente.

No decorrer dos anos 50, aconteceram alguns outros fatos que contribuíram para debilitar a economia do país, assim, entre 1932 e 1935 ocorreu a *Guerra do Chaco*. Finalizada a guerra aconteceram fatores determinantes para as mudanças do país: criaram-se novos partidos políticos de cunho marxista, fascista e o denominado “*nacionalista revolucionário*”. Este último apoiava a revolução como uma alternativa para as utopias socialistas. Essa teoria foi ganhando espaço e gerando abertura para grandes transformações futuras, como a revolução de 1952.

- **O Processo Urbano**

O processo urbano também foi determinado pela ampliação e consolidação de um mercado imobiliário com tendências especulativas, inicialmente motivadas pelo acelerado incremento de *cortiços* para locação e, a partir dos anos 30, provocadas pela proliferação dos loteamentos de terras e fazendas situadas na periferia da cidade para serem incorporados às áreas urbanas, motivando assim a expansão das cidades. Neste processo, loteadores e especuladores de terras atuavam como agentes imobiliários. Segundo expressa Solares:

(...) estes acontecimentos geraram um duplo efeito: a transformação do espaço residencial em mercadoria e a incorporação de terras de lavoura à urbanização. E assim que finalmente a barreira de terras agrícolas rentáveis (a nível superior na media rentável urbana), desaparece devido à valorização do solo urbano, gerando o crescimento incontrolável da cidade em áreas agrícolas e áreas de preservação natural de grande valor, que foram desaparecendo definitivamente (...)<sup>15</sup>. (SOLARES, 1999:203).

A nível regional, na cidade de Cochabamba entre 1935 e 1940, muitos agricultores e proprietários de classe média, desesperados pelo inflexível sistema bancário a que estavam

---

<sup>15</sup> Idem nota 7.

submetidos - hipotecas e iminentes leilões -, preferem transferir suas propriedades a preços muito baixos a latifundiários, mineiros e comerciantes migrantes do altiplano que ofertavam comprar as terras para dividi-las em lotes menores e, posteriormente, comercializá-las com grandes margens de lucros no mercado imobiliário, gerando assim um intenso comércio de lotes.

Estes acontecimentos, além de gerar uma acelerada expansão urbana, produziam mudanças de conceito no aproveitamento de espaço nas áreas de lote e no projeto da edificação. Assim, as áreas de crescimento urbano denominado *bairros residenciais*, adotavam o planejamento de *cidade-jardim*, substituindo a tipologia colonial pela tipologia de *edificação isolada*. Com uma nova visão no uso de espaço, apresentavam as seguintes características: a edificação era implantada no centro do terreno, afastada do limite da linha Municipal e das laterais, espaços destinados a um *jardim interior* circundando a edificação, o que deu surgimento a uma nova tipologia, os *chalés*, de raiz *anglo-saxões* inseridos no traçado urbano, com forte enraizamento nos bairros residenciais da zona norte da cidade<sup>16</sup>.

Segundo o censo municipal de 1945, realizado para as primeiras iniciativas de planejamento urbano, a cidade estava formada por um traçado urbano heterogêneo descontínuo, apresentando diversos componentes: O *casco velho*<sup>17</sup> era uma área de forte consolidação, abrigava 54.432 habitantes, 74,14% da população, ocupando 225 dos 360 quarteirões existentes, com uma densidade média de 2,5 famílias por moradia. A zona Sudeste caracterizava-se como a mais densa da cidade, com 2,96 famílias por moradia; só 50% do total eram moradias uni-familiares. A zona norte apresentava urbanizações isoladas, ainda articuladas fortemente ao entorno rural com densidade de uma família por moradia.

- **A crise habitacional**

Até a segunda década do século XX, foi-se desenvolvendo uma paulatina transformação do velho *casarão colonial* em conjunto de cômodos denominados *apartamentos* ou *casas juntas* onde inicialmente conviviam os donos de casa no pavimento superior e um seleto grupo de inquilinos no pavimento térreo, que abrigava no máximo duas famílias.

---

<sup>16</sup> Futuros bairros, de Muyurina, Cala-Cala, e Queru-Queru.

<sup>17</sup> Denomina-se assim, o centro histórico da cidade.



providenciado o proprietário ou a prefeitura medida alguma para o traslado destas matérias inconvenientes. É um fato notável que em casos incontáveis, os imundos escusados envenenam o ar da vizinhança (...) As mesmas casas são perigosas. A casa velha como o pecador velho, quanto mais envelhece mais inconveniente resulta. Cada geração de inquilinos contribui com sua quota de sujeira e ao mal estado. São raras as casas que estão devidamente ventiladas. Algumas casas alugam até o mezanino da loja para habitar e os cômodos com profundidade maior são subdivididos em dois, ficando assim um cômodo escuro e sem janelas, e para piorar ainda mais a situação é usado como quarto de dormir (...) Em casas de cinco ambientes se abrigam além da família, entre um a 20 hospedes, nos quais sempre existem um ou dois doentes com tuberculose pulmonar (...) Nas casas dos bairros pobres ou congestionadas casas coletivas sempre existem doenças. Na realidade a gente fica surpresa como esses inquilinos podem gozar alguma vez de boa saúde, pois a maioria respira ar contaminado de ambientes úmidos desprovidos de ar arejado e dos raios do sol (...) Nessas casas predominam a tuberculose, a febre tifóide e outras enfermidades de infecção devido a águas impuras e ao deficiente deságüe.<sup>20</sup> (El Heraldo, 1/09/1924).

Segundo Solares, (1999) nas cidades de La Paz e Cochabamba, a paulatina adaptação dos velhos *casarões coloniais* do centro histórico da cidade, através de remodelações que atendam às novas funções comerciais, bancárias, de administração e serviços promovidos pela modernização foi modificando as funções residenciais de forma pouco apta para integrar-se de maneira adequada às novas exigências e estilos de vida urbana adotados dos novos paradigmas de países industrializados.

O nobre salão colonial com frente à via pública é subdividido em dois ou três *ambientes comerciais* e os 15 a 20 ambientes distribuídos em torno de dois ou três pátios, que pertenciam ao habitat da família patriarcal, são trocados para adaptar-se às necessidades modestas da família nuclear - comerciantes, funcionários públicos e pequenos industriais. Estas mudanças aumentaram o déficit de serviços básicos, especialmente sanitários, gerando, assim, condições críticas de higiene: em muitos casos os fundos das moradias eram usados como latrinas a céu aberto; a provisão de água potável era realizada através de torneiras públicas precárias; as edificações, em geral, eram de adobe e apresentavam uma impermeabilização deficiente contra a ação da umidade. Todas essas características, agravadas pelas condições de ventilação e isolamento deficiente, tornavam mais inadequadas as condições de moradia, o que deu origem ao desenvolvimento de

---

<sup>20</sup> Idem nota 7.

doenças e à epidemia de tifo, problemas muito freqüentes nesse período na cidade de Cochabamba.

Como consequência destes fatos surgiu a tendência a um desequilíbrio significativo, que ocorreu de forma paulatina e irreversível entre oferta e procura de imóveis, motivando os primeiros aumentos nos preços de aluguéis e incentivando a especulação. Nos anos posteriores, o problema habitacional acentuou-se ainda mais, dando origem aos primeiros protestos que denunciam as situações intoleráveis. Um cidadão cochabambino manifestava a este particular o seguinte: *“Deve-se refletir sobre a forma de dotar ao elemento trabalhador sujeito a salário de uma moradia por pequena que seja mas da qual seja dono para não estar sujeito aos caprichos e constante vexame dos que hoje alugam a preços fabulosos uma pocilga com a denominação de loja”*. Estas observações referentes à questão habitacional eram mais um dos vários problemas que afligiam a vida cotidiana dos cidadãos, que cada vez com maior veemência manifestavam atenção a estas demandas. Uma editora da imprensa cochabambina resume este sentimento em termos muito explícitos:

Um problema que até hoje fica distante do controle dos legisladores foi e é indubitavelmente o dos aluguéis de moradias urbanas, que foram deixados de modo absoluto em mãos e ao capricho dos proprietários, que ano que passa e por mais que em razão do tempo, os edifícios objeto de negócio sofreram deterioro, o custo dos aluguéis aumenta cada vez mais, fazendo difícil e insuportável a vida, especialmente do povo proletário para quem tudo sobe de preços, menos os salários.<sup>21</sup> (El Ferrocarril 21/07/1922).

Assim, a especulação imobiliária tornou-se iminente nas diferentes cidades do país. A cidade de Cochabamba foi influenciada pela abertura da linha férrea *Oruro-Cochabamba*, incrementando ainda mais os fluxos migratórios, especialmente de comerciantes que negociavam nos mercados dos centros urbanos do altiplano e das minas. Quanto a esses migrantes temporais se expressava: *“todos esses elementos chegam em boas condições econômicas, pagam aluguéis altos ao capricho dos proprietários, pois eles vêm a lucrar nas distintas esferas do comércio, razão pela qual os filhos do povo são deslocados aos poucos para a periferia da cidade”*. Posteriormente, a aplicação do *imposto sanitário* destinado a registrar a propriedade imóvel urbana com a finalidade de sustentar a amortização do empréstimo realizado para obras da rede de esgoto sanitário gerou outro acréscimo no preço dos aluguéis, pois quaisquer incrementos que atingissem o orçamento dos proprietários acrescentavam-se aos aluguéis dos inquilinos.

---

<sup>21</sup> Idem nota 7.

- **Primeiras políticas habitacionais**

Alguns autores afirmam que a presença estatal na fiscalização de problemas, tanto urbanos como habitacionais são remotos a origens das cidades fundadas pela Espanha desde a colonização. Estes princípios estão expressos na Constituição Política do Estado a partir da fundação da República, que reconhece o princípio da propriedade privada da terra e impõe meios jurídicos e repressivos, considerados igualmente na *Carta Magna* de 1880, 1938, 1945 e 1947 como invioláveis, podendo ser afetadas única e exclusivamente em caso de utilidade pública qualificada conforme a lei e prévia indenização. A partir destes regulamentos surgiram as primeiras confrontações com as comunidades andinas que historicamente se organizavam em função da propriedade coletiva da terra.

Em 1927, não só foram emitidas as primeiras disposições legais relacionadas à questão habitacional como também foi criado o Fondo de Ahorro Obrero (FAO)<sup>22</sup> destinado à planificação e implantação de habitações de interesse social e à formação de *bairros obreiros*. Mas, na prática, estas medidas só foram desenvolvidas anos depois e de forma pontual. No começo dos anos 30, além da crise econômica houve a crise de habitação pelos contínuos aumentos nos preços de aluguéis, atingindo assim a população mais pobre. Finalizada a *Guerra do Chaco*, aumentou o déficit habitacional provocado pelo crescimento demográfico<sup>23</sup> e pelas migrações de antigos camponeses convertidos em soldados durante a guerra que optaram por ficar nos centros urbanos, gerando, assim, mais uma vez a especulação de aluguéis e incentivando a urbanização de terras agrícolas nas principais cidades do país.

Estes acontecimentos produzem protestos e ameaças sociais, obrigando o governo do Cnl. David Toro a tomar iniciativas, assim no início de 1936 foi emitido o Decreto Supremo congelando os aluguéis que regiam no momento. Ante a este decreto, os proprietários reagem justificando os acréscimos com a desvalorização da moeda. O raciocínio era simples e eficaz: *“se a moeda nacional é desvalorizada, nós temos que aumentar os aluguéis, ainda mais quando melhoram os salários, (...) se os empregados recebem mais é justo que também se acrescentem os aluguéis”*. Nestas condições acedem

---

<sup>22</sup> FAO – Fundo de Poupança Obreira.

<sup>23</sup> No início de 1900, Bolívia apresenta 1.763.983 habitantes, com 48,6% morando em centros mineiros e áreas rurais do altiplano; 35,9% nos vales e planaltos, dedicados a labores agrícolas e à produção de alimentos; em contraste, as extensas lhanuras amazônicas que ocupavam aproximadamente 50% do território nacional, abrigavam 15,5% da população. Em 1950, a população foi incrementada a 3.019.033 habitantes, 56,1% habitam no altiplano, 29,8% nos vales e 14,1% nos lhanos tropicais. Do total da população 66% residiam em áreas rurais e 34% nas cidades; deste total 40% moravam na cidade de La Paz, quatro vezes maior que Cochabamba, considerada como a segunda cidade da Bolívia. (Censo Nacional de População - CNV, 1950) (Anexo 03 - Q.01).

a moradias com relativa comodidade e privacidade, as famílias com capacidade de satisfazer os caprichos dos proprietários. As pessoas que não cumpriam estes requisitos (a maioria da população) tinham duas alternativas: reduzir o habitat da família - às vezes numerosa - a cômodos pequenos ou a um cômodo nos *cortiços* que proliferavam no centro da cidade ou ainda mudar-se, do centro urbano para a periferia da cidade.

Porém, os problemas continuavam. Assim, o governo, mais uma vez, complementa o D.S. com as seguintes disposições: cria-se um livro de *Registros da Propriedade Urbana*, para registrar todos os proprietários de imóveis; cria-se um comitê para barateamento da habitação e instauração de uma nova lei cadastral; elabora-se um projeto de lei do inquilinato e um plano financeiro e legal, designado à construção de bairros obreiros nas principais cidades da República; regulamentaram-se categorias no mercado de aluguéis, determinando preços e exigindo requisitos mínimos de habitabilidade - serviços sanitários aceitáveis e cômodos salubres com ventilação e iluminação natural; - além das condições de despejo. Foi determinada também a criação do *selo de inquilinato*, a arrecadação era destinada às “Caixas de Bairros Obreiros”. Os proprietários, sem opção, aceitaram as medidas como incentivo para melhorar seus imóveis; em compensação os aumentos a os aluguéis continuavam de forma arbitrária.

A nível regional, em 1937 na cidade de Cochabamba foi criada uma organização denominada “União de Inquilinos” designada para instaurar denúncias de especulação de aluguéis e transgressões de proprietários nos procedimentos irregulares nos juízos de despejo, a campanha estava focalizada para demonstrar que - “*a moradia não era mais um bem social, era uma mercadoria custosa e ofertada em termos absolutamente especulativos*”.

Em 1935, o governo General Tejada Sorzano, emitiu um decreto dispondo a organização de um comitê pro-bairro obreiro na cidade de La Paz, mas as disposições legais de maior relevância foram do governo German Buch, emitidas pelo Decreto Lei de 24 de maio de 1939 como primeiro corpo legal de *políticas habitacionais*. Para sua melhor execução foi complementada por D.L. de 16 de Agosto do mesmo ano, com as seguintes disposições: criaram-se a “Caixa de Crédito Hipotecário” e a “Caixa de Seguro e Poupança Obreira” como entidades financeiras para a construção da moradia com empréstimos em moeda equivalente a 70% do valor do terreno; criaram-se “Conselhos de Habitação Departamental” e um “Conselho Superior de Habitação”, com o objetivo de favorecer a construção de habitação econômica para as classes trabalhadoras e proletárias, além de prever com antecedência o saneamento básico desses lugares, introduzir normas, elaborar

planos para a construção de novas moradias; promover a formação de sociedades para construir moradias econômicas e fiscalizar as construções para que se cumprissem as normas técnicas de habitabilidade; definir a tipologia de padrão habitacional mínimo de *moradia econômica*, fornecendo garantias e facilidades financeiras para os investidores e construtores de habitação social. No que diz respeito ao mercado de aluguéis foi implantado um recurso de despejo e foi regulamentada uma escala de valores de acordo com a seguinte classificação tipológica: apartamentos, cômodos avulsos e lojas de aluguel. De acordo com a qualidade da edificação avaliavam-se as características construtivas, de conforto, higiene e anos de antiguidade.

Essas disposições legais, após entrarem em vigência, definiram ônus nos selos postais e no consumo de cerveja e álcool, destinados “à construção de moradias para trabalhadores”, autorizando o Banco Central da Bolívia (BCB) a facilitar empréstimos ao Comitê Central Pró-habitação Obreira para a aquisição de terrenos e a organização de um Comitê Consultivo de Habitação com atribuições para “resolver a localização dos bairros obreiros e prosseguir com os trâmites legais de expropriação”. Em 2 de agosto de 1939, segundo D.L., foram ampliadas as atribuições da Caixa de Seguro e Poupança Obreiro dispondo empréstimos à construção e reconstrução de casas situadas em bairros urbanos e subúrbios das capitais do Departamento de La Paz e Cochabamba. Essas atribuições permitiriam dar início à “construção de casas econômicas” para serem vendidas com facilidades e pagamentos parcelados a empregados e obreiros.

Em 1944, novamente os aluguéis alcançavam níveis incontroláveis, porém, o governo do Cnl. Gualberto Villarroel, poucos meses após assumir o mandato em 3 de Janeiro de 1945 e inspirado nas medidas de pouco êxito do presidente Buch, emite uma nova rebaixa de aluguéis de acordo com uma escala variável, acrescentando o regulamento aos percentuais das baixas obrigatórias. Proibia-se também a pressão dos proprietários que cortavam serviços básicos de seus inquilinos e ordenou-se a suspensão de juízos de despejo para inquilinos que cotizassem preços de aluguéis mais baixos. Outra proibição foi a de manter cômodos desocupados por tempo indeterminado ou deixar de alugá-los a famílias com filhos. As novas disposições legais outorgaram aos municípios atribuições para resolver os novos conflitos que surgissem posteriormente, assim, foram criadas em cada cidade “as comissárias de habitação”.

### 1.3.2 O Estado Nacional - A revolução de 1952

Nos anos 50, a Bolívia estava caracterizada como o país mais pobre e menos desenvolvido da América Latina. O poder dos *barões do estanho* era total com grande influência na vida econômica e social do país. Os três maiores empresários mineiros, além de controlar 50% da produção boliviana de concentrados, controlavam 80% das exportações nacionais e tinham uma enorme influência na tomada de decisões dos diferentes governos. Além disso, estabeleciam alianças com os grandes latifundiários do altiplano e dos vales para garantir a *paz interna* e a provisão da mão-de-obra barata que requeriam para a exploração mineira. A população economicamente ativa desempenhava alguma função relativa à agricultura como a de colonos, servos de fazendas ou como pequenos agricultores camponeses que trabalhavam para sobreviver. A maioria da população que vivia da produção era proprietária de apenas 2% das terras, mas tinha capacidade de gerar 33% do produto interno bruto. A indústria apenas ofertava emprego a 4% da população economicamente ativa e a mineração empregava só 3,2% da população. Todos esses acontecimentos abalaram o país deixando-o numa situação de total atraso, declínio e incerteza que o levou a uma das mais rigorosas e dramáticas crises econômica e social de sua história.

Em 1950, a Bolívia apresentava 3.019.033 habitantes, dos quais 22% moravam em cidades com mais de 2.000 habitantes. Apresentava menos escolas que o Paraguai e o analfabetismo atingia 70% da população. Além dos indicadores de profundo atraso estrutural estavam os de natureza econômica que marcavam profundamente a penúria em que se encontrava a população. O índice do custo de vida nacional atingia um nível astronômico de 5,041%. O tipo de câmbio flutuante passou de 30,14 Bolivianos por dólar em 1938 a 176,11 em 1950. Embora caracterizado como um país eminentemente agrícola, sofria a falta de alimentos básicos. As cotizações dos preços de estanho foram baixando em consequência da Segunda Guerra Mundial e da trégua da Guerra da Coreia (1951 a 1952). Conseqüentemente, esses fatos terminaram debilitando a frágil estrutura do país.

Portanto, a Revolução Nacional de 9 de Abril de 1952 significou uma transformação qualitativa no poder político dando início à constituição do novo *Estado Nacional* no lugar do velho Estado Oligárquico. Tal revolução abria portas à nova concepção de desenvolvimento e essa concepção originou um novo modelo de ordenamento territorial. Nesse conjunto de transformações foi considerada também a nacionalização das minas dos *barões do estanho*, a reforma agrária, a abolição da base econômica dos latifundiários, a reforma educativa, a reforma urbana e a marcha ao Oriente do país, além do voto universal para incentivar a

urbanização destes territórios com o objetivo de diversificar a economia e modernizar o Estado e a sociedade.

Estas transformações geraram mudanças na fisionomia do país: foram diminuindo as barreiras raciais e a segregação social; milhares de famílias camponesas começaram a participar da economia do mercado, migrando às cidades para proliferar o comércio popular e as feiras locais. Outra mudança foi o fato de que as velhas classes de latifundiários foram deslocadas pela emergente burguesia crioula regional constituída por comerciantes, funcionários de transporte e funcionários públicos com forte influência política que chegaram a estabelecer alianças hegemônicas em distintas regiões do país. As classes trabalhadoras, por sua vez, se organizaram e foram representadas pela Central Obreira Boliviana (COB)<sup>24</sup>.

- **Processo urbano na primeira fase da Revolução Nacional**

O processo urbano de 1952 foi iniciado com as *marchas de indígenas* a distintas cidades do país, transformando as praças e os passeios públicos em acampamentos populares de ex-colonos e camponeses migrantes que proliferaram às áreas urbanas. Nas cidades de La Paz e Cochabamba, depois que passaram os fatos revolucionários, formaram-se grupos políticos de matriz popular, especialmente nas esferas municipais, considerados como focos ativos de resistência à Revolução, embora tenham sido eliminadas as eleições Municipais e a representatividade democrática. Os Alcaldes, por sua vez, viraram funcionários do Ministério do Governo. A nível urbano se emitiram as primeiras intervenções Municipais, aplicando-se políticas de abastecimento e controle de preços da cesta básica, contudo, ainda assim, era impossível evitar a proliferação de *mercados negros* e de comércio informal de artigos de contrabando. Em Outubro de 1952, no marco da nacionalização das minas, se adotaram medidas dispondo que os trabalhadores da terceira idade, que foram afastados por motivos de saúde ou de forma voluntária, poderiam retornar a áreas rurais para trabalhar na agricultura, mas a maioria optou por ficar nas cidades.

Assim, a “*Reforma Agrária*”, além de gerar o êxodo dos patrões procurando refúgio nas cidades, também gerou a migração de grandes contingentes de camponeses. Tal migração, em principio, ocorria de forma eventual e, posteriormente, a frequência foi-se fazendo permanente especialmente a dos dirigentes agrários que terminaram integrando-se à vida urbana e ao universo dos negócios. Caminhoneiros, comerciantes atacadistas,

---

<sup>24</sup> Organização sindical de trabalhadores obreiros a nível nacional.

grandes comerciantes de chicha<sup>25</sup>, que formavam os *novos ricos* e grandes contingentes da *população pobre* - ex-mineiros, piqueiros<sup>26</sup>, obreiros da terceira idade -, que migraram com ilusões de fazer riquezas estavam inseridos nas lutas sociais reivindicando seus direitos à cidade. As classes médias e as pobres imersas na crise habitacional também aspiravam a um *lote* onde construir a *casa própria*.

Anteriormente à “*Reforma Agrária*”, o governo tinha expropriado fazendas antigas próximas à cidade e dentro do perímetro urbano para distribuir aos trabalhadores. Esta distribuição foi realizada em meio a grandes mobilizações populares, mas dentro de um panorama de completa improvisação e ausência absoluta de critérios técnicos. Devido a esses acontecimentos, a Honorable Alcaldía Municipal (HAM) de Cochabamba, na tentativa de conter a ocupação indiscriminada da periferia urbana, estabeleceu disposições técnicas que ajudem a controlar o processo especulativo da compra de terras rústicas a preços baixos, pois, uma vez parcelados, eram vendidos com grandes margens de lucro como terras urbanas. Solares afirmava a respeito que:

Estes acontecimentos estimularam novas mobilizações de grupos sociais, como magistério, ferroviários, empregados públicos, empregados manufatureiros, etc, que também aspiravam beneficiar-se com dotação de terras, ameaçando transbordar o restringido marco legal de expropriações fixadas pela reforma agrária. Assim, nas vizinhanças da cidade foram expropriadas muitas propriedades medianas que não estavam contempladas dentro da Lei, criando um perigoso antecedente para o conjunto das propriedades urbanas.<sup>27</sup> (SOLARES, 1990:214).

Como foi indicado anteriormente, o potencial da economia de mercado do departamento de Cochabamba era eminentemente agrícola, mas com a reforma agrária foram produzidas algumas mudanças no âmbito urbano. O crescimento do comércio informal foi maior que a escala prevista, o que deixou pequeno o antigo mercado *Praça Calatayud*, incentivando a procura de maiores espaços de comércio. Assim foram acrescentados novos terrenos, como a denominada *Pampa*, que, posteriormente, se tornou eixo de um extenso comércio regional e interdepartamental e a maior feira popular cochabambina.

---

<sup>25</sup> Bebida alcoólica obtida mediante a fermentação de milho, produzida de forma artesanal, típica e popular da região de Cochabamba.

<sup>26</sup> Pequenos camponeses com terras obtidas antes de 1953.

<sup>27</sup> Idem nota 7.

- **A Lei de Reforma Urbana e as Políticas habitacionais da Revolução**

A partir de 1954, aumentou a demanda de terras. Os setores populares inseridos em sindicatos obreiros, camponeses e sindicatos de inquilinos realizaram intervenções diretas forçando a dotação de terras de ex-fazendas expropriadas em 1953 para usos urbanos, provocando, assim, a perigosa prática da invasão de terras baldias e casas desocupadas. Porém, o governo de Victor Paz Estensoro viu-se obrigado a preservar o direito de propriedade, que começou a ser questionado pelos grupos radicais, além de proporcionar legalidade à ocupação de propriedades e invasão de casas ainda pontuais, mas com tendências de expansão. A população de classe média, por sua vez, via a questão habitacional com a mesma importância e significado que a nacionalização das minas para os trabalhadores ou a propriedade de terras laborais para os camponeses.

Assim, em 28 de agosto de 1954, mediante decreto supremo, foi emitida a *“Lei de Reforma Urbana”*, determinando a expropriação de terras excedentes a 10.000 Km<sup>2</sup> situadas dentro do tecido urbano das principais cidades do país. Além dessa determinação, outorgaram aos municípios faculdades para regulamentar as condições de parcelamento, de venda e de distribuição de lotes destinados à construção de moradias em favor de obreiros e da população de classe média. Desta maneira manifestava que seu objetivo essencial era o de promover a função social daqueles latifúndios urbanos mantidos sem edificar e justificando que as ações especulativas buscavam lucros excessivos pelo *desenvolvimento demográfico da conseguinte mais-valia urbana*. Conseqüentemente, a permanência dessas terras baldias dificultava a solução do problema da habitação e o crescimento ordenado das cidades.

As disposições contidas na Lei, também estavam direcionadas ao controle e impedimento das manifestações de agressão à propriedade privada, adotando um marco legal e normativo com alguns limites de tolerância. Mas esta distribuição de terras gerou novos problemas como o crescimento vertiginoso das cidades, o requerimento de nova infraestrutura e a renovação de demandas para a construção de novas moradias em terrenos recentemente adquiridos.

Em Abril de 1956, foi criado o *“Regime de Habitação Popular”* para atender às novas demandas de habitação, como um serviço público de caráter social e obrigatório destinado à construção de moradias para trabalhadores - com esse objetivo se estabelece o Instituto

Nacional de Vivenda (INAVI)<sup>28</sup>. Os recursos destinados a essa finalidade eram baseados nos aportes patronais canalizados através do Fundo Nacional de Habitação Popular.

A aplicação da Lei de “*Reforma urbana*” teve diferentes efeitos em cada Departamento do país. Assim, na cidade de Cochabamba, embora o município já contasse com o Plano Regulador, e além dos esforços desdobrados para a administração adequada das terras que passaram a propriedade pública, foi impossível controlar o enorme crescimento da cidade, ocasionando a dispersão e redução de áreas verdes e a expansão desmedida em direção a muitas zonas residenciais, vulnerando assim as normas municipais. Até meados de 1956 se adjudicaram 264,64 hectares de terras: 33% destinados a vias públicas, áreas verdes e áreas de equipamento comunitário; 67% foram loteados em 3.500 unidades de 500 Km<sup>2</sup> cada um para beneficiar a 18.000 habitantes aproximadamente. Mas, deste total, só 29% foram distribuídos a setores de classe média, empregados públicos ex-combatentes, grêmios e ex-mineiros. Portanto, conclui-se que o restante das terras foi posto a disposição de especuladores imobiliários.

- **A Lei do Inquilinato**

A partir de 1957, foram emitidos vários artigos de Lei relacionados com os problemas habitacionais. A de maior impacto foi a “*Lei do Inquilinato*”, como instrumento de defesa das classes populares, promulgada em Dezembro de 1960, após um longo processo, sem grandes mudanças às do governo Villarroel emitidas em 1945, mas incluindo a suspensão expressa de despejos judiciais. Diante dessas medidas os proprietários procuram alternativas para despejar seus inquilinos. Assim, foi surgindo uma nova idéia denominada *direito de chaves*, modalidade praticada entre arrendadores e inquilinos, baseado numa *indenização* equivalente a dez aluguéis a serem pagos pelo proprietário ao inquilino desde que a *entrega de chaves* dos ambientes que este ocupava ocorresse sem conflitos. Embora muitas famílias desocupassem de forma pacífica, os conflitos entre proprietários e inquilinos ainda eram intensos, o que foi determinante para que ambos setores procurassem refúgio em organizações sindicais, protagonizando enfrentamentos de tipo legal e de direito.

Esses acontecimentos mostraram que, apesar de ter um corpo legal que favorecia aos inquilinos, o acesso à casa própria era complexo, pois muitos setores não tinham

---

<sup>28</sup> Foi a primeira entidade técnica encarregada de elaborar, planificar e de executar planos quadrienais de habitação.

condições de cumprir os requisitos exigidos para a adjudicação de lotes e casas desejadas, provocando novas invasões que afetavam especialmente as terras de propriedade fiscal. Embora os municípios procurassem preservar os terrenos de propriedade fiscal destinados a áreas verdes, parques públicos e áreas de preservação ambiental, foi um esforço inútil, pois provocou a ira da população, protagonizando ruidosas passeatas e manifestando: “primeiro que a floresta e os ornatos da cidade é a casa própria” - (SOLARES, 1990b.).

- **Sindicato de Inquilinos e a luta pela casa própria**

A “Reforma Urbana” permitiu, em parte, que as aspirações de importantes grupos da população de classe média de encontrarem a oportunidade de obter o ansiado lote próprio, para que ficassem isentos do aluguel, fosse possível. Mas o percurso entre a aquisição do lote e a edificação da moradia não era simples e rápida pela incapacidade do Estado de produzir as demandas habitacionais enquanto a tarefa de construir com recursos próprios era utópica. Isso porque, muitas vezes, as poupanças de toda uma vida não eram suficientes nem para a construção da obra grossa. Assim, para reivindicar suas demandas, essa faixa da população se organizou em sindicatos, vinculados à COB, a que também foram incluídos os trabalhadores não assalariados - pequenos comerciantes, caminhoneiros, trabalhadores em serviços terciários e obreiros de pequenas empresas. Solares (1999) afirma a respeito:

O inquilino deixou de ser um simples locatário de um imóvel qualquer, e passou a operar como uma categoria social oprimida pela tirania e interesse usurário dos proprietários, tipificados como a classe patronal, ou uma entidade real com que se orienta a luta, opção que muitos setores de trabalhadores artesanais e intelectuais autônomos não logravam articular-se, pois não têm capacidade econômica. Daí que o “Sindicato de Inquilinos” joga um rol mais abrangente que sua finalidade específica, porém, na cidade teve o mesmo ou similar influência política, que o sindicato agrário no meio rural.<sup>29</sup> (SOLARES, 1992:223).

A nível regional, na cidade de Cochabamba, foram reunidos aproximadamente 3.000 inquilinos, num grande encontro organizado pela Central Obreira Departamental (COD) e o Bloco Obreiro Camponês (BOC), para criar o “Sindicato de Inquilinos”, como uma entidade

---

<sup>29</sup> Idem nota 7.

encarregada de cuidar dos direitos destes. Para a representação do sindicato foi eleito um diretor, que expressava:

Desde hoje ficam abolidos definitivamente os odiosos privilégios de aluguel a *'familias sem filhos'*, contratos anticréticos e aluguéis em moeda estrangeira (...) Serão proibidos os despejos e será criada uma polícia do Sindicato para a fiscalização contínua das casas denunciadas como desabitadas.<sup>30</sup> (El Pueblo apud SOLARES, 1999:223)

O *"Sindicato de Inquilinos"* foi constituído com inspetores profissionais treinados para este fim. *"Com essa prática foram identificadas muitas casas e cômodos desocupados, posteriormente adjudicados pela força, para instalar às famílias que não tinham onde morar"*. Tais fatos geraram temor nos proprietários que reagiram optando pela *clausura* de suas casas, mantendo-as fechadas com paredes ou com habitantes fictícios para burlar a ação sindical, que, por sua vez, também desenvolviam estratégias próprias. A proliferação dessas práticas obrigou o Município a tomar algumas medidas, proibindo ao *"Sindicato de Inquilinos"* a ocupação coativa da propriedade privada desocupada, por outro lado, exigia-se que os proprietários arrendassem essas dependências em prazos breves. Mas os conflitos continuavam mediante mecanismos e expedientes de ações e reações.

Como resultado, em meio a esses contingentes, foram invadidos terrenos municipais na zona sul da cidade, que, segundo o plano regulador, estavam destinados à construção de um mercado de feiras e a um parque público. Os funcionários do município procuraram trasladar esses ocupantes a lugares mais apropriados, porém, a população, organizada num sindicato único pró-habitação, propôs abandonar os terrenos com a condição de que pudessem se estabelecer na colina mais próxima, denominada *"São Miguel"*. O município rechaçou a oferta, pois a colina estava destinada como área de preservação ambiental. Ainda assim, no final de 1960, o sindicato formado por 400 famílias toma posse simbólica da colina, argumentando que *"Se nossos companheiros camponeses desde 1953 são proprietários de suas terras, é justo que nós, proletários da cidade sejamos proprietários de um metro de terras para a construção de nossas moradias"*<sup>31</sup> (El Mundo 30/12/1960 apud SOLARES, 1999:229 ).

---

<sup>30</sup> Idem nota 7.

<sup>31</sup> Idem nota 7.

Os funcionários municipais, tentando preservar essas áreas, procuraram demonstrar que as características empinadas da colina impossibilitariam a instalação de serviços básicos e que, portanto, era considerada inviável para urbanização. Mas, em Janeiro de 1961, se originaram os primeiros enfrentamentos com funcionários municipais que, na tentativa de proceder à arborização da colina, foram expulsos violentamente com explosões de dinamites. Esses enfrentamentos foram contínuos ao longo do ano. Assim, em meio a posições contrárias foram-se multiplicando os ocupantes da ladeira, originando uma mistura de posturas sociais, mercantilistas e políticas. Essa prática de ocupação ilegal da colina de São Miguel foi tipificada como *uma conquista revolucionária* para o sindicato, mas foi rejeitada pela COD e trouxe preocupação ao município, pois, a partir deste perigoso exemplo, se materializava o intolerável antecedente de abrir jurisprudência às práticas de usurpação. (SOLARES, 1999:230).

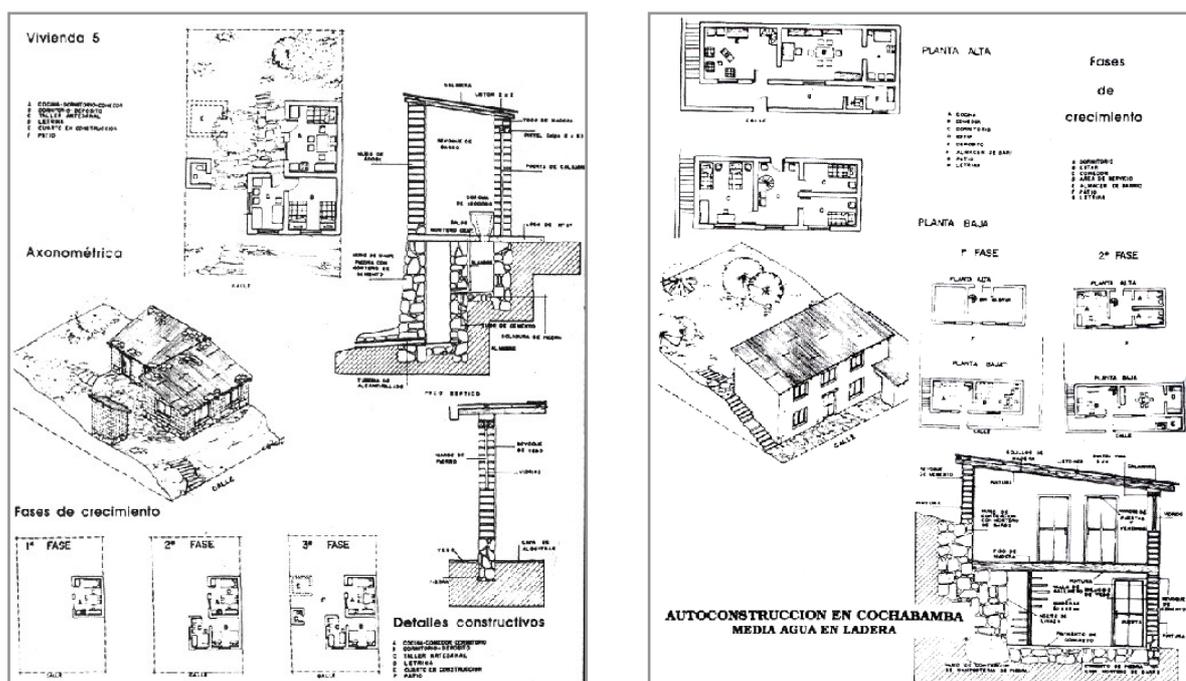
A partir desses fatos foi desenvolvida a autoconstrução massiva de bairros nas colinas de “*San Miguel*”, “*Cerro Verde*” e “*El Solterito*”. A construção era realizada por toda a família, incluindo crianças, num trabalho mútuo e sacrificado. As edificações eram construídas com paredes de adobe e cobertura de telha metálica; o padrão tipológico mais comum era o de ambientes distribuídos em fita ou fileira nos fundos e nos limites laterais dos lotes. Esse tipo de edificação denominava-se *medias águas* em alusão ao uso de telhado de um único pendente. Esta experiência era inédita na Bolívia, embora amplamente praticada, durante este período, em outras cidades de América Latina.

No final de Janeiro de 1962, uma comissão da COD realizou a seguinte avaliação:

No Cerro Verde: vimos aproximadamente 40 casas em construção, algumas com cobertura, mas a maioria estava paralisada na altura das paredes; construções que requeriam de grande esforço para a remoção de terra para assentar os cimentos, pois estavam assentadas nas ladeiras da colina, acima do canal de “*La Angostura*” (Uma represa próxima à cidade). Quando perguntamos de onde se proveriam de água, fomos conduzidos ao pico da colina, onde mantinham uma pequena quantidade de águas detidas (...) Nesta zona se apresentaram pessoas, especialmente mulheres, manifestando que elas sozinhas construíram suas moradias.

Na colina de São Miguel: existem casas habitadas ainda sem acabamento. Segundo declarações dos dirigentes, atualmente existem mais de 100 casas com telhado. Em zonas mais povoadas, manifestaram ter construído com o próprio esforço. Para ratificar essa asseveração vimos uma mulher fazendo um adobe. Em ambas colinas, existe necessidade de deslocar toneladas de terra para construir os cimentos (...),

pois a terra não era aproveitada na fabricação de adobe pela falta de consistência além de conter grande quantidade de areia piçarrosa. (...) Os dirigentes do sindicato São Miguel e Cerro Verde apresentaram planos de urbanização, com áreas destinadas a equipamentos comunitários, abertura de ruas e a previsão da construção de um reservatório de água com uso de bomba, localizado na cima da colina (El Mundo 31/01/1962)<sup>32</sup>.



Moradia de crescimento progressivo

Moradia de dois pavimentos em Ladeira

Figura 15: Tipologias de moradias autoconstruídas em fileira *médias águas*.

Fonte: Lopez e Rico, 1992.

Esses acontecimentos, além de consolidar a ocupação ilegal de terras também materializaram uma alternativa para a construção da casa própria, mas sem efeito prático de ordem jurídica pelo decreto emitido em 1962 que estabelecia que a expropriação das colinas não possibilitava a obtenção de títulos de propriedade. A obtenção de títulos de posse só foi resolvida após duas décadas, numa anistia estabelecida pelo Município marcando tendências perigosas à expansão urbana, quanto ao parcelamento clandestino e à autoconstrução de casas e bairros inteiros, provocando assim, o crescimento vertiginoso nas décadas seguintes - rotina que passa despercebida até pela Alcaldia. No decorrer do tempo, os sindicatos de inquilinos perderam força e foram substituídos por *loteadores* profissionais que compravam terras rústicas na periferia da cidade, parcelavam de forma clandestina em lotes menores e, posteriormente os comercializavam, formando uma base

<sup>32</sup> Idem nota 7.

social para prosseguir o longo trâmite de *aprovação de planos*, com base em fatos consumados. Esses fatos deixaram as Alcaldias Municipais sem outra opção e, por isso, acabavam conciliando o problema depois de uma longa burocracia de vários anos.

Por outro lado, a produção habitacional de INAVI<sup>33</sup> era modesta. Não obstante o árduo trabalho, não conseguiam cumprir as metas traçadas devido à falta de apoio do governo e dos recursos financeiros necessários fornecidos pela Caixa Nacional de Seguro Social (CNSS), organismo arrecadador, dando lugar ao afastamento de várias entidades, como grêmios, ferroviários, petroleiros, bancários, professores urbanos e rurais, e trabalhadores mineiros, que organizaram novas caixas de poupança e crédito destinadas à construção de moradias.

O governo do MNR procurou introduzir novos planos habitacionais com créditos provenientes dos Estados Unidos. Assim, em julho de 1964, INAVI foi substituído por um novo organismo denominado Conselho Nacional de Vivenda (CONAVI), como organismo reitor de *políticas habitacionais de interesse social* adjunto a um plano de habitação com aporte financeiro do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), que nunca antes acedeu a colaborar com a INAVI. A primeira fase do empreendimento previa a construção de 3.870 casas. Essas políticas não objetivavam encarar com seriedade o problema de habitação social, pois este era um instrumento de promoção política e controle social, submetido completamente aos desígnios do Poder Executivo.

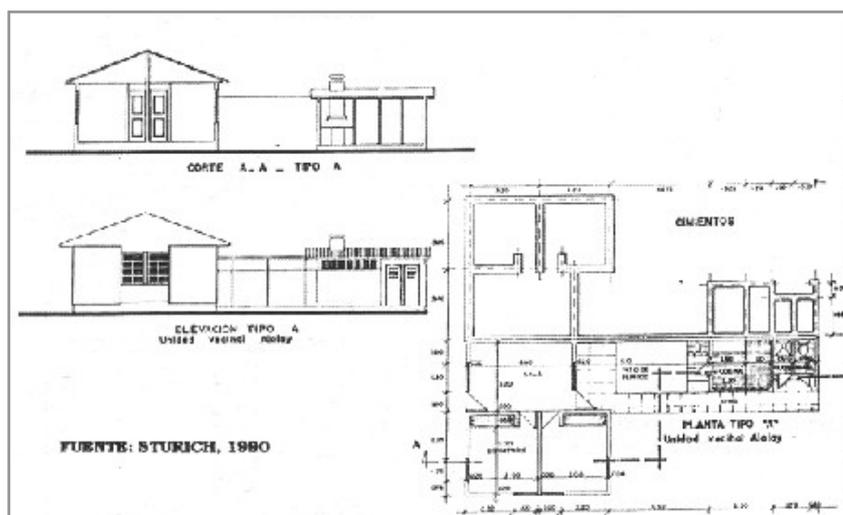


Figura 16: Projeto - Tipologia de Habitação social produzida por CONAVI, 1960.

Fonte: Sturich, 1990.

<sup>33</sup> O primeiro empreendimento de INAVI previa a construção de 1.114 unidades habitacionais, mas até 1962 foram concluídas apenas 523 e 621 ainda se encontravam em fase de construção. Estes empreendimentos não contemplavam a provisão de infraestrutura básica.

### 1.3.3 O Estado autoritário - 1965 a 1980

Após a queda do governo Constitucional de Victor Paz Estensoro, em Novembro de 1964, iniciou-se aproximadamente duas décadas de governos militares. Neste longo período, foram distinguidas três etapas: o governo dos Generais Barrientos e Ovando; o denominado Nacionalismo Revolucionário formado pelos governos de Ovando e Torres e o período ditatorial do General Hugo Banzer Suarez, iniciado em 1971.

Nos primeiros anos desse processo, as políticas urbanas foram centradas na militarização das Alcaldias, que foram sendo substituídas por alcaides militares com ideologias ligadas à *ordem, disciplina e eficiência funcionária*. Segundo o governo, essa trilogia atingiria os objetivos do desenvolvimento urbano, melhorando o aparato administrativo e as finanças municipais e para isso se organizaram numa base social de apoio à atual conjuntura vigente no momento.

As políticas urbanas da cidade de La Paz estavam focalizadas em três aspectos: a política assistencial através do programa de *ação comunal*; o incremento de obras urbanísticas e abastecimento de serviços básicos através das Alcaldias e os programas de habitação, através de CONAVI, com o apoio financeiro dos Estados Unidos, que estavam interessados em consolidar o programa de *“Aliança para o Progresso”*. Essas políticas reativaram a indústria da construção civil, mas também foram gerando liberdade aos mecanismos de especulação de terras urbanas. Assim, o BID participou do financiamento das seguintes obras:

- Em 1965, o BID, como parte de apoio a Aliança para o Progresso, outorgou um empréstimo de 2.600.000 dólares para melhorar o sistema da rede de águas potável das Cidades de La paz e Oruro.
- Concedeu um crédito de 3.800.000 dólares para melhorar a rede de água potável na cidade de Cochabamba.
- Outorgou um crédito de 4.900.000 dólares para obras da rede de esgoto e água potável em Santa Cruz, dentre os programas de obras entre o primeiro e terceiro anel que circunda a cidade, com um custo de 10.500.000 dólares. O resto foi aporte do comitê de Obras Públicas com recursos provenientes das regalias do petróleo. Esse tipo de operação foi determinante para a rápida urbanização da cidade de Santa Cruz.

-Além de mais um aporte de 1.800.000 dólares para favorecer 49 povoados urbanos menores, sobre um total de 3.500.000. O restante foi aporte do governo e dos próprios beneficiários.<sup>34</sup> (CALDERON, 1983:235).

Essas obras visaram à consolidação do eixo urbano regional *altiplano-vale-oriente*, onde foram investidos os maiores percentuais de contribuição estrangeira.

As políticas habitacionais do Estado também foram reativadas com financiamentos do BID, centrados em duas ações: o desenvolvimento de programas privados da habitação, para setores de ingressos médios e altos, através de créditos da “Caixa Central de Poupança e Crédito para Habitação”, formada por sete associações e mutuais. A outra ação era dar continuidade às obras de construção habitacional de CONAVI, iniciadas no período do MNR, que estavam destinadas a trabalhadores assalariados e não assalariados incorporados ao regime de seguridade social. E os recursos utilizados para esse fim eram provenientes dos 2% de ingressos anuais dos trabalhadores ativos e passivos, além das partidas orçamentárias anuais disponíveis pelo governo e dos financiamentos do BID<sup>35</sup>. O objetivo era construir 7.107 unidades por ano, especialmente no Departamento de La Paz. Por outro lado, os conselhos autônomos de habitação como o mineiro, petroleiro, militar e de YPFB<sup>36</sup> também realizaram diferentes programas.

Em abril de 1966, foi emitido o D.S. estabelecendo a criação da “Caixa Central de Poupança e Empréstimo para Habitação”, com objetivo de descentralizar as políticas habitacionais e de dar cobertura à intervenção do setor privado, *através da criação de instituições com capacidade de mobilizar poupança destinadas ao financiamento da habitação familiar*. Para tanto foram criados comitês de habitação, cooperativas e associações de poupança e empréstimo para habitação, fiscalizadas pela CONAVI e, posteriormente, eram licitadas para a execução de planos habitacionais entre as empresas construtoras nacionais qualificadas para esse fim.

Assim, de 1964 a 1971 foram construídas apenas 8.800 moradias, tanto pela iniciativa privada como pela estatal, especialmente para a população de classe média e um número insignificante de habitações para obreiros. Porém, essa produção continuava

---

<sup>34</sup> Idem nota 7.

<sup>35</sup> O financiamento do BID era de 10.500.000 de dólares. Entre 1964 e 1971 os financiamentos alcançaram a 15,3 milhões de dólares.

<sup>36</sup> Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - Empresa Estatal de Jazidas de petróleo.

pequena frente ao déficit habitacional estimado, em 1970, em 200.000 unidades. Além das mudanças realizadas na esfera política, o Estado não conseguiu modificar de forma considerável as políticas urbanas e habitacionais, exceto a prática de repressão às tentativas de invasão de terras e a retirada da proteção aos sindicatos, que foram desaparecendo e dando origem às *juntas vicinais*, com reivindicações centradas nos problemas dos bairros populares.

Em abril de 1970, o governo revolucionário do General Juan José Torres, aprovou a Lei Geral de Bases do Poder Executivo e criou o “Ministério de Urbanismo e Vivenda”, como entidade encarregada de desenvolver as políticas habitacionais no país e responsável por controlar, fiscalizar e supervisionar os conselhos criados para a habitação mineira, petroleira, trabalhadores de fábricas, construtores e gráficos. No governo do General Hugo Banzer Suarez foram complementados pelo Conselho Nacional de Habitação do Magistério e o Conselho de Habitação Policial. Em Janeiro de 1974, foi criado o “Banco da Habitação” para financiar créditos de investimentos na construção civil. Essa política denominada *crédito suave* para habitação dos setores economicamente privilegiados, tinha a sua disposição muitas opções de crédito da banca estatal e privada, além das inúmeras cooperativas, prestadoras, caixas de poupança e o próprio Banco da Vivenda (SOLARES, 1990b).

Embora este conjunto de facilidades e oportunidades gerasse um verdadeiro *Boom imobiliário* favoreceu unicamente à população de estratos médios e altos, funcionários do Estado, setores da construção civil e dos setores imobiliários. Isso promoveu centenas de urbanizações e edificações em propriedade horizontal em todo o país, especialmente nas principais cidades, onde surgiram novos bairros exclusivos e de alto padrão. Enquanto isso, os empreendimentos de habitação social eram modestos<sup>37</sup>.

O Censo Nacional de População de 1976 além de apresentar o crescimento demográfico (Anexo 2 - Quadro: 02) pela primeira vez incluía o conjunto de dados estatísticos sobre a questão da moradia, mostrando assim, a verdadeira realidade do déficit habitacional. Foram contabilizadas 1.040.704 moradias: 40,47 % situadas em áreas urbanas e 59,53% em áreas rurais. Do total de moradias contabilizadas, 70% era ocupado por famílias em qualidade de proprietários. Esses resultados aparentemente indicam que o déficit não é negativo, embora apresentem um déficit quantitativo de 312.000 unidades, 30% do total. Já o déficit qualitativo, apresentava um quadro crítico, pois 75% da população

---

<sup>37</sup> A oferta do Estado era de 2.300 unidades habitacionais por ano, mas entre 1969 e 1975 apenas foram construídas 6.069 moradias. Dados do MINISTÉRIOS DE URBANISMO, 1976.

morava em cômodos avulsos, que tinham dupla função: atividades domésticas e de trabalho. Apenas 26% das moradias urbanas contava com rede de água potável; 53% sofria a falta de saneamento básico. Resumindo, 70% das moradias apresentava déficits qualitativos, 46,95% estava situada em áreas urbanas e 53,05% em áreas rurais.

#### **1.3.4 O Estado Democrático - Anos 80 a final do século XX**

Posterior à Revolução Nacional de 52, o modelo urbano foi substituído pelo *eixo de desenvolvimento* Altiplano-Oriente apresentando tendências de crescimento *equilibrado*. Assim, em 1970, La Paz era considerada a primeira cidade, Santa Cruz, a segunda cidade e Cochabamba ocupava o terceiro lugar quanto ao desenvolvimento urbano, com fortes diferenças das outras regiões do país. (MENDEZ, 1980).

O eixo central começou a expressar a dimensão espacial da nova articulação da economia nacional com o mercado mundial, mas as vantagens do desenvolvimento não eram positivas devido à lacuna existente entre campo-cidade. Por outra parte, careciam de uma estrutura produtiva especializada. Isso se deve não somente à falta de consolidação de uma infraestrutura urbana eficiente mas também à falta de capacidade para administrar e estabelecer tendências no crescimento populacional, além da falta de capacidade de empreendimento que foi gerando atividades produtivas e de serviços terceirizadas.

O elevado déficit de infraestrutura e serviços básicos também for uma forte limitação para satisfazer de forma adequada às necessidades da população pelos grandes contingentes de massas migratórias, assim, a população além de perder a esperança de melhorar as condições de vida, era obrigada a *resolver* os problemas que correspondiam ao Estado. Em consequência desses fatos, a partir dos anos 70, foi proliferando a autoconstrução nas principais cidades bolivianas.

Entre 1971 e 1991, as *Estratégias de Desenvolvimento Nacional* de maior relevância foram os “*Planos Quinquenais*” ligados ao desenvolvimento econômico que geraram um impacto regional. Assim, La Paz constituía-se *pólo dominante*, Cochabamba, *pólo de serviços*, Santa Cruz e Oruro, *pólo de Desenvolvimento*; Chuquisaca e Tarija, *pólo Agroindustrial*. - (ARZE CUADROS 1979). Por sua vez, a cidade de Cochabamba ficava privilegiada como *grande ponte* de vínculo entre o altiplano e o Oriente: duas regiões

geográficas com recursos naturais interessantes para o mercado mundial, como petróleo, gás, produtos tropicais agro-exportáveis e diversos minerais.

Em 1985, pela quarta vez, assumiu a presidência Victor Paz Estensoro. Nos primeiros dias do seu mandato, promulgou o D.S. 21060, que, de um simples instrumento de controle da estabilidade monetária, se converteu num programa de transformação do Estado e da sociedade. As medidas aplicadas neste contexto foram o fechamento das minas deficitárias da COMIBOL<sup>38</sup> e a *re-localização* de milhares de trabalhadores mineiros. “Estas medidas logo foram ampliadas a outras empresas estatais insolventes; o antigo *Estado Benfeitor* foi transformado num *Estado Neoliberal*, com novas ideologias de estímulo à privatização da propriedade estatal; foi reduzido o aparato produtivo e se estabeleceram bases para satisfazer as demandas do setor privado - reclamadas durante décadas”.(SOLARES, 1999:241).

O alto custo econômico e social a que foi submetida a população de baixa renda, gerou convulsões sociais, pois foram produzidos altos índices de déficit habitacional, insalubridade e deficiências nos serviços básicos em decorrência das renovadas migrações, agora de grandes contingentes de trabalhadores mineiros desempregados, e o crescimento da população urbana. Além desse aumento da população desempregada, aumentou também o denominado *setor informal urbano*. Por outro lado, o eixo de desenvolvimento não estava organizado para resolver uma dinâmica homogênea a nível regional, pois cada região envolvida mantinha raízes históricas e as tarefas para o seu desenvolvimento eram fixadas pelo próprio Governo.

- **A crise habitacional**

Com o problema habitacional iniciado nos anos 60, devido à “*briga de inquilinos e proprietários*”, a constituição dos cinturões urbanos da marginalidade baseada na autoconstrução precária da moradia foi evoluindo. No fim dos anos 70 e início dos 80, estes fatos não eram mais uma simples tendência, pois foram convertidos numa realidade plena e extensa vinculada ao paulatino crescimento da pobreza. As tímidas políticas habitacionais das décadas passadas não conseguiram atender às demandas de abrigo. Portanto, os esforços do Estado foram praticamente nulos pela convergência de três problemas: a declarada incapacidade da economia nacional para gerar o volume adequado de oferta de

---

<sup>38</sup> Corporação Mineira Boliviana

habitação de interesse social; a dificuldade de acesso à compra de imóveis, dos estratos baixos e médios devido aos preços que ofertava o Estado e à ineficiente organização institucional e do mercado habitacional, ainda mais caracterizada pela burocracia.

O Conselho Nacional da Vivenda (CNV) submetia-se, por razões políticas, a uma excessiva descentralização e fragmentação, interferindo num bom desenvolvimento das políticas estatais que refletiam no aumento de preços da habitação e a especulação de terras. Por outro lado, a persistente legislação municipal que obrigava o uso do solo pouco intensivo em lotes e conjuntos urbanos estimulou a baixa densidade e o crescimento horizontal das cidades, além de gerar altos custos em serviços de infraestrutura básica. A importação de 50% de materiais da construção - para acabamentos e instalações domiciliares -, a baixa produtividade da mão-de-obra e os contínuos aumentos na cotação do dólar, também favoreceram o aumento de preços e a especulação imobiliária.

Relativo a esta questão, o Colégio de Arquitetos de La Paz, emitiu um pronunciamento denominado “*A situação atual e o problema do Habitat*”, onde se expressavam as denúncias do mercado de terras urbanas, caracterizadas como mercadoria, e as críticas condições habitacionais em que se encontravam os setores populares.

Podemos ainda ver em nosso entorno nas ladeiras e barrancos de nossa ‘*Oh linda La Paz*’ para desdém daqueles que intervimos na problemática da habitação, a negação dos conceitos universais do que deve ser a habitação. A depauperação crescente da população que mora nestes setores a isola de serviços urbanos, mais indispensáveis. (...) O sonho do camponês migrante ao chegar à cidade se desvanece: está sentenciado a morar na promiscuidade e na aglomeração. (...) Descem de seus tugúrios para percorrer longas distâncias a suas áreas de trabalho: nas fábricas, oficinas ou na administração pública, a grande maioria como comerciantes ambulantes vendedores de jornais, lustradores de sapatos, carregadores ou caminhando nas artérias na procura de trabalho, como pedreiros ou mendigos. São os elementos urbanos que não faltam nas ruas centrais da cidade, nas portas dos bancos, ministérios e lojas de comércio, dando uma imagem urbana materializada das contradições sociais do sistema. (...) Sobre estes contrastes de processo urbano se abate a crise atual. Nesta situação todo o processo de produção do entorno regional e urbano ficou paralisada. Uma sociedade que não pode satisfazer as necessidades básicas de alimentação consegue pensar ainda menos em empreender obras de caráter urbano e/ou arquitetônico. (...) Muitos dos materiais usados na construção são importados: o ferro, para concreto armado, a carpintaria metálica, as louças sanitárias e os materiais de acabamentos. Sem dólares é impossível importar; além do mais, há o fato de que o comércio da construção nunca

teve um controle efetivo, os preços sobem a capricho dos comerciantes, as variações são constantes, cada semana, dias e ainda horas. Hoje a cotização do dólar é três vezes de seu valor oficial, o custo dos materiais subiu em mais de 300% (...). Tornase aflitiva a situação atual: quanto ao preço do cimento, este material é indispensável numa obra como a farinha é para o pão (...). É necessário que as pessoas que monopolizam sua produção possam determinar o preço que seja conveniente para eles, ainda mais se é para amortizar seu capital invertido nas suas atuais instalações. A influência política é tão forte que faz com que o preço exigido seja mais que dobro do cimento estrangeiro, este último não pode ser importado.<sup>39</sup> (Presencia, 05/04/1982).

Na primeira metade dos anos 80 esta hiperinflação e a recessão econômica constituíram uma intensa crise habitacional, gerando novamente a especulação incontrolável das terras urbanas. A partir dessa fase, se torna difícil determinar o volume de déficit habitacional. Em 1986, o Ministério de Assuntos Urbanos baseados em dados do INE, apresentaram as seguintes cifras: 266.669 unidades habitacionais de déficit quantitativo, para uma população de 1.033.495 habitantes, e um déficit qualitativo - carência de banheiros, cozinha, e espaço para dormir - de 544.446 moradias, que abrigava uma população de 2.783.230 (Opinión 26/07/1986).

Em 1987, uma análise realizada por Luis Vicário, assessor da ONU, declara que os fatores que aumentaram o problema habitacional na Bolívia foram a taxa anual de crescimento dos lares bolivianos de 4,4 %, considerados elevados em relação a outros países de América Latina, e as migrações dos centros mineiros às cidades, gerando o crescimento incontrolável das áreas urbanas, especialmente das principais cidades.

Assim, estas questões determinavam algumas características peculiares na crise habitacional. Aproximadamente 70% da população se abrigava num alto grau de aglomeração; 36% das moradias estavam construídas com materiais inadequados, sem garantir as condições de habitabilidade; 77% das moradias não dispunham de serviços básicos; 59% das moradias careciam de algum sistema de serviços; 64% não contavam com rede de energia elétrica; 92% das moradias não contavam com chuveiro nem banheiros e ainda 78% carecia de algum sistema de eliminação de águas servidas.

---

<sup>39</sup> Idem nota 7.

O documento “Diagnóstico do Habitat da Bolívia” apresentado pela delegação oficial em 1996 à Confederação das Nações Unidas sobre assentamentos Humanos<sup>40</sup> apresentava a seguinte informação: 52,3% dos lares bolivianos não possuem água potável por rede, desse total, 85% estão situados em áreas rurais e 25% em áreas urbanas; 75% dos lares carecem de banheiros sanitários na moradia, 22% estão situadas nas capitais de departamento. Em 1992, 13% dos lares não possuíam rede de energia elétrica na moradia, mas nas áreas rurais apenas 16% das moradias contavam com este serviço; a coleta de lixo era deficiente nos bairros populares, pois só 43% dos lares eram abastecidos por este serviço em áreas urbanas e 1,5% em áreas rurais. (SOLARES, 1999:265)

A nível regional, segundo o censo de 1992, a cidade de Cochabamba apresentava as seguintes características: 93.447 moradias particulares, abrigando 398.010 habitantes, considerados 4,26 habitantes por moradia. Desse total, 72% são moradias próprias; 28% ambientes diversos ou abrigos improvisados. Considerando a conurbação Sacaba-Cochabamba-Quillacollo - Área Metropolitana de Cochabamba - AMC - alcançava 112.639 moradias que abrigavam 518.732 habitantes com uma família de 4,6 habitantes por moradia, abrangendo 8.557 hectares. Estes dados determinam o predomínio de uma estrutura urbana mais horizontal; deste total 47,74% era ocupada pelos proprietários, 26,99% ocupada em regime de aluguel, 8,45% por contrato de anticrese<sup>41</sup> e 16,82% estava *cedida* geralmente aos parentes. Apresentavam um grau de aglomeração baixo - só 2,02% com alto grau de aglomeração - 42,25% das moradias tinham distintos graus de aglomeração sem atingir níveis extremos. Por outro lado, analisando as condições construtivas, de serviços básicos e de uso, 46,07% foram consideradas moradias *boas*, 31,38% aceitáveis, 18,29% regulares e 4,26% deficientes.<sup>42</sup> (GORDILLO E RICHMOND, 1995).

Diferente do crescimento vertical da cidade de La Paz, Cochabamba realizou um processo de busca de soluções ao problema, procurando alternativas de expansão de novos assentamentos horizontais na extensa periferia<sup>43</sup>, assim, entre 1967 e 1992, a cidade duplicou de tamanho, mas a relação entre população por zonas urbanas cadastradas e tendências de expansão física expressava situações contraditórias. A zona central do Casco

---

<sup>40</sup> Conferência Habitat II, organizada pela ONU, de 3 a 14 de Junho de 1996, em Istambul, Turquia.

<sup>41</sup> Contrato pelo qual o devedor entrega ao credor um imóvel, dando-lhe o direito de receber os frutos e rendimentos como compensação da dívida.

<sup>42</sup> As moradias não habitáveis consideradas críticas estavam concentradas: na zona Oeste de Quillacollo, zona Nordeste e bairros populares de Cochabamba e uma boa parte da conurbação Cochabamba-Sacaba.

<sup>43</sup> Em 1967, a cidade ocupava 3.500 hectares, em 1976, 6.135 hectares e em 1992, 7.638 hectares.

Velho da cidade abrigava 51.558 habitantes em 1976 e 47.156 habitantes em 1992, ou seja, expressa uma redução da população pela exagerada valorização do uso do solo, sendo substituído aos poucos por funções mais rentáveis, como a edificação de prédios multifamiliares para famílias abastadas.

Os bairros residenciais situados na zona Norte<sup>44</sup>, em 1976, apresentavam 59.632 habitantes, em 1.484,3 hectares, com uma densidade bruta de 40 habitantes/hectares. Em 1992, apresentavam 95.099 habitantes, ocupando 1.564,1 hectares e uma densidade bruta de 60,8 habitantes/hectares, apresentando um crescimento físico moderado de 79,8 hectares. Esse processo espontâneo da densidade estava promovido pela valorização da terra urbana, estimulando a paulatina evolução da tipologia de moradia isolada e a tipologia de edifícios de apartamentos ou conjuntos habitacionais.

Os bairros populares da Zona Sul<sup>45</sup> em 1976 apresentavam 30.708 habitantes, em 700,7 hectares com uma densidade bruta de 43,8 habitantes/hectares. Em 1992, apresentavam 62.229 habitantes em 817,8 hectares, com uma densidade bruta de 76 habitantes/hectares, ou seja, a população foi duplicada a uma taxa de crescimento de 6,41% anual, mas o tecido urbano só foi se expandido em 16,7%.

Assim, a cidade expressava diferentes características segundo os estratos sociais. Os estratos médios se estabeleciam nos bairros residenciais existentes, promovendo novas tipologias de moradias e introduziram os edifícios de apartamentos. A população de baixa renda estabelecia-se na periferia da cidade, vinculada a vias de acessos e próxima às áreas de trabalho, promovendo um grau de expansão física mais elevada em relação às outras zonas urbanas e desenvolvendo estratégias de solução para a questão da moradia em áreas de lote de 200 a 250 m<sup>2</sup>, substituindo assim, os generosos lotes de 500 m<sup>2</sup> de épocas anteriores. A procura por lotes acessíveis à economia era outra característica comum, mas estes só podiam ser encontrados em áreas ilegais, não incorporadas à estrutura urbana da cidade, e, muitas vezes, apresentavam restrições legais ou normativas, pois eram terras agrícolas, terras sujeitas a riscos naturais ou terras de propriedade municipal<sup>46</sup>.

Quanto à questão de casa própria, a autoconstrução constitui uma solução, pois esta prática não era mais uma forma isolada de ação ou resultado de conjunturas e urgências

---

<sup>44</sup> Tupuruya, Queru Queru, Cala Cala e Muyurina.

<sup>45</sup> Las Cuadras Oeste, Alalay e Jaihuayco.

<sup>46</sup> Destinadas a usos públicos ou áreas de preservação ambiental.

pontuais, tornou-se uma estratégia ampla vinculada a uma lógica complexa, a da denominada *informalidade urbana*, onde as soluções ou alternativas de emprego, de acesso à educação e saúde, se prolongavam à questão do abrigo, refletindo, assim, na aquisição do lote e na produção da casa própria.

Porém, a autoconstrução foi motivando grandes contingentes da população para criar seu próprio espaço de reprodução em função das diversas formas de cooperação, seja individual, familiar seja coletiva, com o objetivo de baixar os custos de construção da edificação, simplificando o processo de construção e substituindo a mão-de-obra qualificada da moradia convencional por trabalho artesanal não qualificado. Mas, dessa forma, em muitos casos, se obtinham moradias precárias, acompanhadas de problemas simples ou complexos, como, por exemplo, o fato de estarem sujeitos à regularização fundiária e à legalização da construção, além do grau de estabilidade no trabalho e do esforço exaustivo visando poupar recursos econômicos para a família.

Segundo Rivera (1991), este processo trata-se de um *tipo de inversão de risco calculado* realizado em função das expectativas de mobilidade residencial da família e outras vantagens que traz consigo a nova residência. A respeito afirma:

Mais que o custo, o que explica a relativa importância da autoconstrução como mecanismo de acesso à moradia é sua versatilidade. Permite produzir a moradia em condições de cuidadoso risco calculado, apelando a tecnologias apropriadas de fácil acesso e materiais de baixo custo, é uma programação que considera os recursos econômicos disponíveis pela família em cada momento, e que aproveita os recursos não convencionais das famílias como a solidariedade, a cooperação e o intercâmbio recíproco, tanto ao interior da extensa rede de que forma parte como fora dela (...) A autoconstrução seria, nesta perspectiva, um procedimento relativamente eficaz para resolver o problema do déficit habitacional nas economias familiares urbanas de Cochabamba (...) Eficaz porque de alguma forma corresponde aos requerimentos traçados pela lógica produtiva dessas famílias, e, relativamente, porque ao satisfazer as necessidades mais urgentes e imediatas impede a satisfação de outras não menos importantes.<sup>47</sup> (Rivera, 1991).

Assim, a autoconstrução tornou-se uma alternativa que permitiu promover *abrigo* para milhares de famílias migrantes, que nas últimas décadas se estabeleceram na cidade de Cochabamba, mas estavam longe de oferecer uma *moradia digna*. Nos últimos anos, o

---

<sup>47</sup> Idem nota 7

impacto dessa alternativa foi extenso. Em 1986 foram autoconstruídas, aproximadamente, 10.000 moradias em diferentes zonas da cidade, num processo de fracionamentos irregulares, pois foram invadidos terrenos de propriedade Municipal. Em 1993, constatou-se que 90% dos assentamentos e as construções da periferia eram clandestinas, 20% estavam situadas em áreas agrícolas, franjas de segurança de rios e torrente, áreas de preservação ambiental e áreas destinadas ao projeto Misicuni<sup>48</sup>. Em 1995, a H.A.M. emitiu a *anistia técnica*<sup>49</sup> adjunto a um regulamento especial para regularizar aproximadamente 45.000 moradias ilegais, oferecendo mesmo tratamento aos diferentes bairros irregulares que até então não contavam com benefícios de infraestrutura.

- **Políticas Habitacionais**

No início dos anos 80, a produção de habitação social foi suspensa pela crise econômica, assim, até 1983 foram edificadas apenas 180 moradias para todo o país. Em 1985, o novo Estado emergente das drásticas medidas econômicas implementadas pelo D.S. 21060 substituiu o Ministério de Habitação e Urbanismo pelo Ministério de Assuntos Urbanos encarregado da questão habitacional. O novo ministério, uma vez que examinou a problemática habitacional, concluía que esta questão apresentava duas características: a autoconstrução de moradias clandestinas consideradas como prática tradicional presente desde sempre e as tendências de crescimento da autoconstrução em consequência da crise econômica, causada pela violenta dolarização do mercado imobiliário além da “*Reforma Tributaria*”.<sup>50</sup>

Uma vez examinado o problema, foi emitido um Decreto que contemplava a disponibilidade de créditos para habitação de interesse social, equivalente a 40 milhões de dólares<sup>51</sup> em favor de trabalhadores assalariados. Foram eliminados CONAVI, o Banco da Vivenda e os antigos conselhos de habitação setorial e foram criadas novas entidades: o Fundo Social de Emergência (FSE), destinado a promover obras públicas e a constituir uma alternativa de controle aos efeitos sociais e ajustes econômicos aplicados a partir de 1985; o

---

<sup>48</sup> É um projeto múltiplo que está sendo desenvolvido para exploração de recursos hídricos, com objetivo de abastecer água potável e rego aos vales de Cochabamba e Sacaba.

<sup>49</sup> Com objetivo de dar solução aos problemas de ordem legal, a regularização fundiária da terra e a edificação de 60% dos lares cochabambinos.

<sup>50</sup> A ‘*Reforma Tributaria*’ emitida em 1986, tinha um objetivo: aplicar o valor dos imóveis com valores comerciais reajustáveis segundo a variação do dólar.

<sup>51</sup> Valor estipulado superior ao de épocas passadas.

Instituto de Vivenda Social (IVS), para cumprir tarefas técnicas nos planos habitacionais e o Fundo Nacional de Vivenda (FONVI), como organismo financeiro, encarregado de arrecadar os aportes tanto da empresa como do trabalhador para a execução de planos de habitação.

Os recursos destinados à habitação social representavam apenas 4% segundo cálculos contidos num informe do Ministério de Assuntos Urbanos<sup>52</sup> e o objetivo inicial era construir 26.000 moradias e posteriormente foi reduzida a 10.000. Mas até Abril de 1998 foram construídas apenas 6.269 moradias em todo o país.<sup>53</sup>

Para a *reativação econômica* foram canalizados recursos financeiros destinados à criação de empresas produtivas orientadas ao mercado externo e à dotação de serviços de áreas rurais reorientando ao processo de descentralização setorial de saúde, educação e habitação, desenvolvendo programas e projetos estratégicos de geração de empregos orientados a propiciar ajuda à autoconstrução. Esses programas eram dirigidos a *ex-mineiros re-locados*<sup>54</sup> que imigraram às principais cidades do país. Assim, além de incentivar a autoconstrução da sonhada casa própria, eles eram mantidos ocupados mesmo com empregos temporários. Em relação a este fato um membro da Câmara Boliviana da OConstrução afirmava:

O Governo criou o “Fundo Social de Emergência” para resolver a situação dos re-locados e desempregados, que ao ficarem em condições econômicas desesperadoras, podem resolver suas necessidades mais urgentes com empregos temporários, de pouca duração, sem benefícios sociais e com salários que apenas cobrem suas necessidades básicas.<sup>55</sup> (Los Tiempos, 18/09/1988).

A adjudicação e execução de moradias foram *democratizadas* outorgando responsabilidades aos próprios interessados com um requisito: portar um certificado de Direitos Reais<sup>56</sup> para provar que a família não tinha moradia própria. Para a execução destes projetos os próprios beneficiários procuravam a empresa construtora ou intermediária. A adjudicação era realizada da seguinte forma: as organizações sindicais ou cooperativas desenvolviam projetos habitacionais para serem apresentados ao Ministério,

---

<sup>52</sup> Revista Urbanismo y Desarrollo n° 1, 1986.

<sup>53</sup> Informe do Ministério de Assuntos Urbanos, Opinion 09/04/1989.

<sup>54</sup> Os ex-mineiros re-locados eram considerados como *perigosos agitadores*, significando uma ameaça para o governo.

<sup>55</sup> Idem nota 7.

<sup>56</sup> Entidade registradora do direito proprietário de bens imóveis.

se estes fossem aprovados se realizavam os empréstimos através de entes financeiros qualificados pelo Banco Central, contemplando uma taxa de juros de 5% anual com prazo de pagamento mensal do empréstimo até 20 anos. Tecnicamente os projetos estavam definidos em três tipologias: o núcleo básico; a moradia mínima; a moradia média<sup>57</sup>. O modelo mais requerido foi o *núcleo básico*<sup>58</sup>, construído em 45 m<sup>2</sup>, sem infra-estrutura básica, e em terrenos próprios do beneficiário, a um custo de 1.700 a 2.000 dólares.

Os resultados destes empreendimentos foram diversos. A população beneficiada do setor informal ficou insatisfeita pelas deficiências apresentadas: os projetos eram inadequados à concepção da forma de vida familiar e a distribuição dos ambientes era deficiente em relação à tipologia tradicional, interferindo assim no aproveitamento da área de lote. A causa fundamental foi a falta de participação dos usuários na execução do projeto e os escassos conhecimentos dos técnicos sobre a realidade cultural desta população, porém o impacto foi negativo em relação à dívida assumida. Em contrapartida, para o governo, foi um êxito, pois lograram controlar as mobilizações sociais, mas os aspectos negativos foram sendo gerados posteriormente, pois os beneficiários se recusavam a realizar os pagamentos mensais. Assim, o resultado final foi o retorno a políticas habitacionais que beneficiassem unicamente a trabalhadores assalariados solventes.

Em 1991, o governo de Jaime Paz Zamora deu continuidade às políticas habitacionais do governo anterior com pequenas mudanças. O Fundo Social de Emergência (FSE) mudou para o Fundo de Inversão Social (FIS), dando maior atenção à saúde e educação de áreas rurais de extrema pobreza; o FONVI mudou para Fundo da Vivenda Social (FONVIS)<sup>59</sup>, com a mesma função que a entidade anterior, mas com recursos financeiros administrados através de Instituições Creditícias Intermédias (ICI).

A administração da política ministerial estava orientada a três objetivos: o ajuste institucional do sistema de poupança e crédito que regulava a participação das instituições no processo de intermediação crediário e mudava a gestão no tratamento dos aportes de assalariados; a definição de políticas para planos e programas experimentais, como o “Plano Nacional de Vivenda Popular” e a formulação da “Estratégia Nacional de Vivenda” considerada como *“os pilares da nova Política social de Vivenda em Bolívia”* e a realização

---

<sup>57</sup> Sala, 2 ou 3 quartos, cozinha e banheiro.

<sup>58</sup> Um Quarto, cozinha e banheiro.

<sup>59</sup> O trabalho do FONVIS, não pode ser qualificado como políticas habitacionais, apenas era uma instituição financeira que canalizava os aportes dos trabalhadores.

de uma política agressiva para financiar recursos provenientes de fontes nacionais e internacionais destinados a reforçar as inversões estatais dos setores mais desfavorecidos que buscavam acesso a linhas de crédito<sup>60</sup>.

Segundo o porta-voz do Ministério de Urbanismo e Vivenda, entre 1989 e 1990, foram construídas 3.500 moradias em todo o país para trabalhadores assalariados e funcionários públicos. O programa de governo Plano Nacional de Vivenda Popular (PNVP) previa a construção de 10.000 moradias em 1991 e 70.000 moradias nos cinco anos posteriores (...). No mesmo ano, o Ministério de Assuntos Urbanos comunicou que 60 milhões de dólares de crédito foram obtidos com o BID para desenvolver programas de dotação de lotes e serviços básicos - designando o PNVP para receber aportes do Tesouro Nacional da Nação dirigida a apoiar *“Uma solução ao déficit quantitativo e qualitativo da habitação, com projeção à construção de novas unidades habitacionais e para melhorar o parque habitacional existente”*, prevendo financiamentos em uma quantia aproximada de 2.000 \$us. a unidade<sup>61</sup> em favor de famílias *“cujos ingressos não sejam maior a 200 \$us por mês e que aportem o não ao Regime de habitação”* estimulando, assim, o desenvolvimento de experiências com garantias solidárias. Com este fim foram previstos quatro tipos de programas:

**Tipo A:** Aquisição e habilitação de lotes, referentes à compra de terrenos destinados a programas de habitação, além da habilitação de serviços básicos individuais ou de bairro.

**Tipo B:** Legalização fundiária da propriedade do terreno e/ou construção.

**Tipo C:** Melhorias nas habitações existentes, ampliação, reabilitação, renovação da construção e/ou execução de conexões e instalações domiciliárias de serviços.

**Tipo D:** Construção de unidades habitacionais básicas em terrenos próprios com possibilidade imediata de acesso à infra-estrutura básica.<sup>62</sup> (Presencia, 16/08/92).

Os recursos destinados a esses programas foram os seguintes: o aporte anual de 15 milhões de dólares por ano canalizados através do FONVIS, 4 milhões de dólares provenientes do Tesouro Geral e 20 milhões de dólares do Estado<sup>63</sup>, mais um crédito adicional de 70 milhões de dólares financiados por organismos multilaterais que ainda

---

<sup>60</sup> Foram financiados créditos de 60 milhões de dólares do BID para programas de habitação social ou lotes, para execução de programas de melhoramento através da Autoridade Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) e outros programas de assistência técnica.

<sup>61</sup> Célula básica de 45 m<sup>2</sup>

<sup>62</sup> Idem nota 7.

<sup>63</sup> Os recursos do Estado foram disponíveis a partir do decreto 22407 de 1990.

estavam em processo de trâmite. Esses recursos deveriam ser empregados durante os quatro anos, mas os resultados finais foram negativos, pois até 1993 foram construídas apenas 5.000 moradias e mais 1.000 unidades até a conclusão do mandato. (Los Tiempos 10/06/1993)

- **Políticas habitacionais no marco da Lei de Participação Popular**

Como parte da gestão do novo Governo Lic. Sanchez de Lozada (1993 a 1997), foram propostas mudanças dirigidas a um programa transparente e com cobertura a todo cidadão que tenha vontade de poupar para possuir uma moradia digna. Assim, foram elaboradas as políticas de habitação dentro do marco da “*Lei de Participação Popular*”,<sup>64</sup> com projetos de um sistema financeiro amplo e políticas de subsidio complementares e transparentes que substituam o sistema FONVIS. Com este fim, o Aparato Estatal considerou algumas mudanças, entre elas a exclusão do Ministério de Assuntos Urbanos para ser substituído pela Secretaria de Desenvolvimento e de Vivenda<sup>65</sup>.

Os objetivos de FONVIS previam gerar *35.000 soluções habitacionais*, até 1997, através de três programas de habitação: a Restauração da área Histórica da cidade de Potosí, diversos planos de habitação em Cochabamba e Beni e planos habitacionais em Santa Cruz. Os investimentos eram previstos em créditos de 85 milhões de dólares para a construção e melhoramento de moradias, a aquisição de terrenos e a implementação de serviços básicos em todo o país. (Los Tiempos, 20/05/1995 e 16/01/1996)

Esses empreendimentos ofertavam dois tipos de créditos para os beneficiários: o crédito individual com garantia pessoal através da ICI para famílias com renda menor que 1.110 Bs/mês, financiamento destinado para a aquisição de uma moradia nova ou usada, para remodelação, ampliação e manutenção ou, finalmente, para a instalação de serviços básicos, muros de contenção ou muros perimétricos. O crédito solidário para grupos de pessoas estava destinado à demanda de melhoramento urbano ou para dotação de infraestrutura e saneamento básico. Posteriormente, foram implementados outros programas, como a moradia progressiva, outorgando ao usuário o núcleo básico a preços baixos.

---

<sup>64</sup> O marco da Participação Popular significou o reconhecimento das organizações comunais e dos sindicatos campesinos.

<sup>65</sup> Entidade dependente do Ministério de Desenvolvimento Humano e Ministério de Desenvolvimento Sustentável.

Similar à anterior gestão, esta operação era realizada por FONVIS através da ICI<sup>66</sup>, que era a instituição que recebia o dinheiro, contratava a empresa construtora e, uma vez concluídas as obras, FONVIS realizava a entrega oficial aos beneficiários.

As ICI's se limitavam a favorecer empregados assalariados, estáveis e de ingressos médios - funcionários públicos e profissionais autônomos. Os requerimentos solicitados eram muitos e até impossíveis, na maioria dos casos, pois os beneficiários estavam obrigados a ter 10% da quantia solicitada em dinheiro depositado na entidade, além de projetos aprovados pela H.A.M. para a execução da edificação. Entretanto, a maioria das famílias não cumpria os requerimentos, pois suas moradias eram autoconstruídas e não tinham projetos. Assim, uma vez mais os setores informais e assalariados com renda inferior a 100 \$us eram excluídos do regime habitacional.

No final da administração Sanchez de Lozada, o Ministério de Desenvolvimento Humano, através da secretaria Nacional de Participação Popular, realizou uma avaliação da problemática habitacional considerando os compromissos assumidos na Cúpula sobre assentamentos Humanos Habitat II e a reconhecida necessidade de introduzir reformas no regime habitacional, admitindo que as atuações desenvolvidas pelo FONVIS foram restritas, pela incapacidade de produção habitacional e as irregularidades freqüentes. Frente a estas circunstâncias a Subsecretaria de Participação Popular, prevendo o futuro da nova administração de governo, sugeriu o fechamento e a liquidação do FONVIS.

Na administração do novo governo Gral. Hugo Banzer Suarez, foram determinadas novas estruturas do Poder Executivo, a antiga Subsecretaria da Habitação passou a ser Ministério de Vivenda e Serviços Básicos. Assim, em 30 de Dezembro de 1997, o Poder Executivo emitiu o D.S. 24935, de criação do Programa Nacional de Vivenda<sup>67</sup>, instruiu a liquidação do FONVIS e regulamentou a arrecadação e administração de aportes obreiro-patronal.

No seu primeiro capítulo, o Decreto inclui a criação do "Programa Nacional de Subsidio de Vivenda" (PNSV) como instrumento da Política Nacional de Vivenda e Serviços Básicos, orientado a solucionar os problemas habitacionais da população de baixa renda. Estabelece também que os programas serão financiados com recursos provenientes dos

---

<sup>66</sup> As ICI eram Instituições Crediárias Intermediárias, formadas por entidades bancárias ou sistemas de Popança e Empréstimo.

<sup>67</sup> Separatas del Ministerio de Vivienda y Servicios Básicos, 1998.

aportes patronais do setor privado - 2% do total do salário - com crédito e doações estrangeiras, os aportes voluntários dos municípios elegíveis e com os remanescentes da liquidação do FONVIS.

No segundo capítulo, refere-se à liquidação do FONVIS, a cargo de uma Comissão formada por representantes de vários Ministérios.

No terceiro capítulo, se institui levar a cabo a licitação e adjudicação da arrecadação e administração dos aportes laborais - 1% de salários - e patronais - 2% do registro em carteira. Recomenda-se a uma entidade financeira especializada resolver dentro do marco das normas legais estabelecidas na Lei de Pensões a administração de poupanças de capitalização individual e transferir o aporte patronal ao PNSV.

A resolução No. 218346 emitida em Abril de 1998 aprovou o Regulamento Operativo de “*Programa Nacional de Subsidio a Vivenda*”, através de 12 artigos que estabelecem mecanismos de focalização do subsidio, além de tratar da localização geográfica dos grupos sujeitos ao subsidio, ao controle quanto à integridade do programa e à elegibilidade dos subprogramas. Foi estabelecido também que os mecanismos de subsidio serão subprogramas:

***De financiamento coletivo***, são subprogramas de projetos de melhoramento de bairros para prover infra-estrutura básica, regularização fundiária e projetos de saneamento básico em comunidades pequenas, através dos quais a família recebe o subsidio em bens ou serviços.

***De financiamento individual***, são subprogramas que outorgam subsídios individuais para a aquisição, construção, ampliação ou reforma de moradias.



## CAPITULO II - HABITAÇÃO, ESPAÇO, HABITABILIDADE E CONFORTO

### 2.1 Habitação

O dicionário Aurélio define habitação como um lugar onde se habita, uma edificação, uma morada, um local destinado para moradia, vivenda, residência. Por outro lado, abrigo é definido como um lugar de refúgio que oferece proteção contra os rigores do sol, chuva e vento.

Na Antigüidade, a habitação era considerada um abrigo perante os elementos da natureza ou uma proteção contra invasores, mas, com o decorrer do tempo, a casa deixou de ser meramente um abrigo - apesar de esta ter mantido funções importantes - e torna-se o ambiente para uma unidade social nova e compacta: a família. Junto com a família veio um certo isolamento se considerarmos que antes se vivia em comunidade, mas também veio a vida familiar e a domesticidade, assim, a casa torna-se um lar. (RYBCZYNSKI, 1996:87).

Para Sigmund Freud (1997 apud BRANDÃO, 1999:43) a casa para moradia constitui um substituto do útero materno, o primeiro alojamento pelo qual, com toda a probabilidade, o homem ainda anseia e no qual se achava seguro e se sentia à vontade.<sup>68</sup> A ânsia ou nostalgia daquela condição uterina, em Freud, é o que leva o ser humano a construir sua habitação para estar à vontade e em segurança. Estar à vontade numa habitação é senti-la familiar, familiaridade que se conquista através do tempo e do uso (...)

Segundo Gaston Bachelard (1989:24-26), a casa é o nosso canto do mundo, o nosso primeiro universo, um verdadeiro cosmos (...). A casa abriga o devaneio, protege o sonhador, pois permite sonhar em paz (...) a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem (...). Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. A casa é corpo e é alma, é o primeiro mundo do ser humano. EKAMBI-SCHMIDT (1974), por sua vez, vê a casa como refúgio pessoal e como espaço social familiar.

---

<sup>68</sup> FREUD, Sigmund. Trad. José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997. *O Mal-Estar na Civilização*. p. 43 apud Carlos Antônio Leite Brandão.

A habitação é um ser dotado de vida própria e intensamente ligada à vida de seus habitantes; ela é vivida e sentida espontaneamente de diversas maneiras por seus usuários; abriga o lar de vários indivíduos, famílias e gerações. A habitação, residência, morada ou simplesmente casa é para os seres humanos um espaço vital e imprescindível a sua existência; é um bem primário; um lugar íntimo onde se desenvolve a vida privada da família; satisfaz uma grande quantidade de funções vitais (lazer, repouso e serviços), sociais e culturais; nela se desenvolve física, emocional e espiritualmente a família; é um espaço que proporciona abrigo, resguardo, proteção, segurança, conforto e estabilidade, que todo ser humano necessita para desenvolver-se satisfatoriamente; é um bem que transforma seu usuário em um sujeito protagonista da economia que o rege ou desenvolve algo que é essencial para o ser humano: a dignidade. Nela confluem as condições para fazer efetiva a sua integração a uma comunidade, possibilitando a interação entre indivíduos, famílias, sociedade e cultura.

Assim, o conceito de habitação é mais amplo que a simples edificação. É o habitat integral, é a qualidade de vida e um problema que envolve a sociedade em geral, porém, devem existir alternativas de solução para todos os segmentos sócio-econômicos da população. A solução deve ser ampla e integral, tendo em vista a diversidade de atores e setores envolvidos.

O *desenvolvimento humano*<sup>69</sup> está relacionado estreitamente com a qualidade de vida da população. Porém, a habitação não somente deverá ser erigida a partir da necessidade de construir para abrigar as atividades humanas de prazer, repouso noturno e serviços em geral, denominados por Carlos Lemos como *funções de habitação*<sup>70</sup>, mas também para propiciar um nível de bem-estar, pois o estar bem não decorre apenas do conforto funcional dado pela habitação, mas também por afetar e acolher as dimensões do imaginário e do simbólico.

Existe um princípio geral - *ordem* - que orienta o processo projetual de uma boa casa, além do conjunto de elementos que a configuram: a disposição dos ambientes sempre é estruturada segundo determinado tipo de intenção (ordenação), e obedece a uma determinada configuração capaz de expressar os valores e o tipo de vida dos

---

<sup>69</sup> Segundo a Declaração Universal da ONU, desenvolvimento humano é definido como o processo de ampliar opções que permitam ao indivíduo alcançar uma vida prolongada e saudável, adquirir conhecimento, aprender destrezas e contar com os recursos necessários para desfrutar uma alta qualidade de vida.

<sup>70</sup> LEMOS, Carlos. Cozinhas, etc.

seus habitantes, além do tipo de ordem que confere sentido para *espaço, configuração e domínios exteriores*. (MOORE, ALLEN e LYNDON, 1974).

Segundo esses autores, as crenças, os valores e a sensibilidade do projetista também orientam o processo projetual de uma boa casa, possibilitando que a marca pessoal do projetista seja explicitada em sua obra.

Além dos requerimentos mencionados nos projetos de habitação social, devem ser amplamente conhecidas as características dos usuários, como expressa LEMOS “(...) Das maneiras de olhar a questão das moradias populares, o enfoque sociológico é o que deve merecer a nossa melhor atenção de planejadores, por englobar a maior soma de dados ainda não bem interpretados ou compreendidos, além daqueles com certeza ainda desconhecidos e nebulosamente suspeitados (...)” (LEMOS, 1994:11). Assim:

“(...) O que interessa é compreender melhor a casa popular autêntica, dentro do quadro de nossa sociedade, aquela construída pelo próprio morador: é compreender os anseios do proletariado, as expectativas concernentes à noção de conforto e bem-estar. É saber distinguir o que é bom e o que é ruim para uma dona de casa operária. É procurar vislumbrar dentro da simplicidade despojada da casa popular as constantes intencionais sempre presentes, apesar da pobreza e carência de meios. (...)” (LEMOS, 1994:12).

### **2.1.1 Definição de habitação social**

Para conceituar a habitação social devemos compreender amplamente o conteúdo antropológico, sociológico e cultural da população, pois cumpre uma aplicação social, econômica e política com os grupos humanos em torno de uma sociedade. Assim, o conceito de *‘habitação social’* é mais amplo que a simples edificação, - como indicamos anteriormente envolve o habitat integral; é qualidade de vida - *“é um problema que afeta a sociedade em geral”*. Em países em vias de desenvolvimento, a habitação se constitui como *‘um bem custoso’* acessível a um limitado número de famílias, gerando, assim, um alto índice de déficit habitacional; sua projeção é um processo de longo prazo, pois envolve transformações políticas, institucionais e legais.

- **A produção social da habitação**

Segundo Patrícia Torres (2003), a produção da habitação social é realizada de duas formas: a primeira, enfocada como *'um bem custoso'* conduzida pelo governo, a empresa privada e entes financeiros multilaterais. A segunda, enfocada como *'um bem social'* conduzida pela população, organizações sociais, vizinhanças, ONG's e algumas entidades solidárias de cooperação internacional.

- **A habitação como um bem custoso**

A habitação como **produto terminado** refere-se à edificação para pronta entrega, denominada *'chave em mão'*. Apresentam ambientes reduzidos, porém, baixa qualidade de conforto e flexibilidade de ampliação a necessidades familiares. Este tipo de produção está limitado a atender a população de classes médias, pois é produzido pelo mercado imobiliário.

A moradia como **satisfação social** é produzida em massa, pelo governo e os organismos financeiros para trabalhadores de classe média assalariada. Caracteriza-se pela construção de habitações monótonas e despersonalizadas, desmerecendo as conotações e funções da moradia nos aspectos econômico, produtivo, cultural e espiritual.

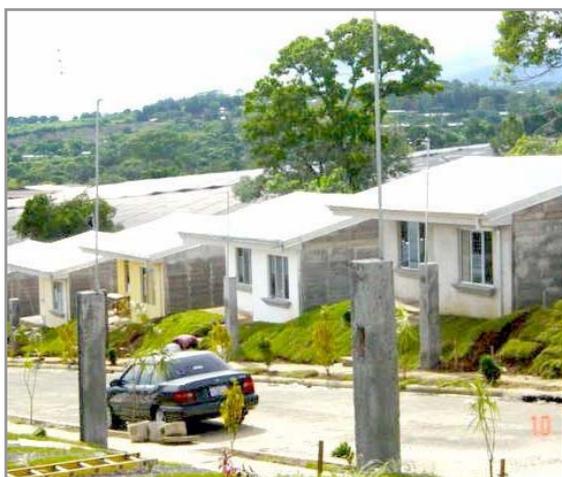


Figura 17: Moradias produzidas pelo Governo

(...) a produção em massa da habitação social tem desconsiderado questões ligadas à cultura e características regionais das populações-alvo, resultando muitas vezes em espaços estranhos ao usuário, onde a qualidade das edificações construídas é precária e, como elemento agravante, os padrões de projeto utilizados não apresentam flexibilidade, prejudicando as tentativas de adaptação da moradia. (SZÜCS; SOUZA; BRUNETTO, 1999 apud LANCHER, 2004:2).

- **A habitação como um bem social**

A moradia como **bem social** é construída pelos próprios usuários com o fim de satisfazer suas necessidades de abrigo. Surge da iniciativa do usuário em forma individual, familiar ou coletiva a partir de um conceito amplo e imaginativo, potencializando as próprias habilidades como a administração de recursos próprios via poupança (*Pasanaku*); construindo de forma solidária (*Ayni*); em tempos livres e usando materiais da construção do lugar, negociando preços e condições de ofertas e oportunidades na aquisição de materiais da construção.



Figura 18: Sistema de Autoconstrução por mutirão  
Fonte: Fotos do Arquivo da Comunidade



Figura 19: Moradia Autoconstruída  
Fonte: Fotografia - I. Miriam Chugar Z.

Assim, a autoconstrução constitui-se num **processo evolutivo**, onde a edificação é consolidada de forma paulatina, num rol ativo geralmente protagonizada por mulheres chefes de lar. Essas edificações se caracterizam por sua flexibilidade de adaptação à dinâmica familiar e às possibilidades econômicas, mas nem sempre oferecem espaços adequados e confortáveis, pois são fragmentadas em compartimentos destituídos de comunicação interna, obrigando os moradores a transitar no relento quando se dirigem de um ambiente a outro já que todos os ambientes estão em torno de um pátio central, que por sua vez, funciona como área de circulação e até de estar e de serviço.

- **O direito à moradia**

*“A moradia é uma necessidade e direito fundamental, absoluto, universal, inalienável e imutável é um direito humano básico muito além de qualquer consideração legal”.*

Porém, para estabelecer o conceito de direito à moradia é importante esclarecer o conceito de *'moradia adequada'* entendida como espaço destinado a atender funções vitais, sociais e culturais do ser humano, que proporciona abrigo, resguardo, intimidade, repouso, além de servir como referência individual. Também nela confluem as condições para fazer efetiva a integração com a comunidade, possibilitando a interação entre indivíduos, famílias, sociedade.

O direito à moradia adequada é reconhecido em vários instrumentos (pactos, declarações, convenções, convênios e recomendações de ordem internacional), inclusive da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Art.25)<sup>71</sup>, que situa a moradia como parte fundamental de *'direito a uma vida digna'* para a pessoa e para sua família, tendo ao Estado como principal ator.

Segundo o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, se definem os seguintes componentes fundamentais de *Direito a Moradia*.

**Segurança Jurídica da Propriedade:** todo indivíduo deve contar com um nível de segurança que garanta uma proteção legal contra o despejo, a fustigação e outras ameaças.

**Habitabilidade:** significa que deve oferecer um espaço adequado aos moradores, proporcionando-lhes proteção frente às variações climáticas e outras ameaças para a saúde, oferecendo segurança.

**Acessibilidade:** principal objetivo da política Estatal, deve conceder aos grupos sociais em desvantagem ou desfavorecidos o acesso aos recursos adequados para conseguir uma moradia, procurando satisfazer as necessidades básicas.

**Lugar:** a moradia deve situar-se em lugares que facilitem o acesso a opções de emprego e serviços sociais incluindo a educação, a cultura, a saúde e a recreação, de maneira que esse acesso não implique, em termos de custo de transporte uma carga excessiva no pressuposto da família. Também não devem construir-se moradias em lugares contaminados ou próximos a estes.

---

<sup>71</sup> O Art. 25 estabelece que todo ser humano tem o direito de dispor de um espaço habitável, para seu uso exclusivo com um nível de vida adequado para si e para sua família, favorável a sua saúde, ao seu bem estar, na alimentação, no vestuário, a moradia, a assistência médica e os serviços necessários.

**Adequação cultural:** as características intrínsecas e extrínsecas das moradias devem responder a identidade de seus habitantes incorporando e facilitando o acesso aos serviços tecnológicos modernos sem interferir na dimensão cultural.

**Disponibilidade de serviços básicos, materiais da construção e infra-estrutura:** uma moradia adequada deve contar com serviços disponíveis que garantam a saúde, a segurança, a comodidade e acesso a serviços como água potável, energia elétrica, calefação, alumbrado público, instalações sanitárias, infra-estrutura para o almoxarifado de alimentos, a eliminação de detritos sólidos, esgoto e serviços de emergência.

- **O direito à moradia na Bolívia**

A Constituição Política do Estado no Artigo 7, inciso i) estabelece que toda pessoa tem os seguintes direitos fundamentais: *“O direito à segurança do indivíduo e sua família e a propriedade privada individual e coletiva, sempre que cumpra uma função social”*.

O Artigo 105 indica que *“A propriedade é um poder jurídico que permite usar, gozar e dispor do bem imóvel exercitando de forma compatível com os interesses coletivos e dentro dos limites e com as obrigações que estabelece o ordenamento jurídico”*.<sup>72</sup>

Quanto aos modos ou formas de adquirir a propriedade imóvel, o Artigo 110 do Código Civil indica que *“A propriedade é adquirida por ocupação, por ascensão, por usucapião, por efeito dos contratos, por sucessão ‘morte causa’, por posse de boa fé e por outros modos estabelecidos pela lei”*.

Assim, a legislação boliviana, tal como outras legislações, define o *‘Direito Proprietário’* como o direito que cada indivíduo tem sobre seu direito real de usar, gozar, dispor, desfrutar do bem do qual é proprietário por lei e dentro das normas legais.

## **2.2 O espaço na habitação**

Para estabelecer alguns aspectos que justifiquem a importância do espaço doméstico para aqueles que o habitam, foram considerados estudos fenomenológicos dos

---

<sup>72</sup> CÓDIGO CIVIL DA BOLÍVIA – Traduzido pela autora

valores de intimidade do espaço da casa feito por Bachelard no seu livro “A poética do espaço” citado no conceito de habitação. Conclui-se que a relação entre habitante e espaço habitado vai ou deveria ir além da mera e simples utilização dos compartimentos. Portanto, o espaço da moradia deve dar condições para que nela se possa viver e conviver, mais do que simplesmente realizar funções, por exemplo, no espaço mínimo da *cozinha* - projetada para caber os equipamentos básicos e responder as necessidades de preparo de alimentos - pode ser que ao mesmo tempo este seja um espaço de convivência mais representativo da casa e que nem sempre será usado para cozinhar ou comer, mas para múltiplas tarefas que incluem lazer, encontro da família e receber visitas.

Com o exemplo indicado acima fica clara a diferença entre espaço funcional e de convivência, portanto é importante conhecer esta diferença para projetar espaços adequados e habitáveis, que respondam as necessidades vitais dos usuários. Como afirma LEMOS, “o êxito do planejamento da casa popular está condicionado à perfeita compreensão de como deveriam ser satisfeitas as funções básicas de habitação: repouso, estar e serviço, atendendo todas as condições impostas pelo seu destinatário (...)”.

As referências das atividades domésticas determinaram a setorização dos espaços na moradia, mas a concepção básica dos ambientes habitacionais além de responder as necessidades básicas, também deve responder a convivência em função da sua identidade cultural.

As funções da habitação são apresentadas por LEMOS num esquema funcional “de uma moradia normal”<sup>73</sup> que permite uma rápida visualização das três zonas que a compõem: estar, repouso noturno e serviço. Estas funções compreendem os seguintes espaços: Sala, Quarto, Cozinha, Banheiro, Varanda e Pátio.

A sala ou espaço de estar varia em tamanho e está restringida a um único ambiente. O quarto ou aposento é o setor íntimo (simples repouso, sono, convívio), o número de ambientes se determina em função do número de componentes da família. A cozinha é o ambiente mais importante do setor de serviço; nas casas populares ainda são mantidas as características da cozinha colonial. O banheiro é um ambiente que ainda não está no interior da habitação popular mais pobre, geralmente encontra-se no pátio. A varanda é um espaço aconchegante ou coloquial, intrinsecamente associado a tradições, torna-se fundamental pelas razões climáticas, pois cria o indispensável colchão de sombras que impede o

---

<sup>73</sup> Refere-se a um núcleo básico com sala, quarto, cozinha e banheiro.

aquecimento do muro perimetral da casa. O pátio ou área de serviço é um espaço fundamental na habitação popular, pois em torno desse ambiente são construídos todos os demais. É a típica tipologia colonial espanhola que persiste através do tempo.

- **Flexibilidade de uso**

Flexibilidade<sup>74</sup> é a capacidade de um ambiente, de um espaço ou da edificação, coberto ou descoberto, para ser organizado, utilizado de diversos modos e para distintas funções. Assim, a flexibilidade de espaço construído para fins habitacionais tem por finalidade permitir aos usuários de uma casa a realização de modificações internas e externas sem que isso represente uma total agressão à concepção arquitetônica original.

Em sua essência, a casa é um complicado programa de arquitetura, porém, a concepção do projeto arquitetônico deve prever flexibilidade, possibilitando futuras alterações de espaço e função. A flexibilidade de função está relacionada com a flexibilidade do espaço para permitir distintos usos<sup>75</sup> numa mesma área construída, seja um quarto seja uma sala, em uma casa ou edifício. Assim, os espaços destinados à moradia social necessitam ser pensados e projetados de forma a atender os vários requerimentos de seus usuários.

- **Flexibilidade quanto ao processo construtivo**

Trata-se de tentar conceber a construção sem a grande rigidez de paredes que não permitem mudanças na configuração do espaço interno e que impedem reformas ou substituição de tubulações e outros requerimentos. Torna-se necessário criar ou adaptar processos construtivos e mudar o emprego de materiais de construção que facilitem ao usuário a execução das conhecidas *'reformas'* em sua moradia, pois os sistemas tradicionais, às vezes são excessivamente rígidos e dificultam a realização de futuras reformas, além de gerar gastos excessivos.

---

<sup>74</sup> ROSSI, A M. Gabriella. Tese de Doutorado da autora "Novos conceitos em tipologias na construção habitacional com apoio Governamental: Uma Comparação entre Brasil e Alemanha".

<sup>75</sup> Residencial, industrial, comercial e serviços.

## 2.3 Habitabilidade

Segundo o dicionário Aurélio, habitabilidade se define como qualidade de habitável ou possibilidade de ser habitado.

Para Carlos Antônio Leite Bradão (2005), a habitabilidade é atributo do sujeito e do objeto; surge no encontro vivido do habitante e da habitação, um encontro que não é mera contemplação, mas envolve o uso, o atendimento de algumas necessidades e desejos por parte do espaço projetado e construído; é um tempo em que se constitui a familiaridade do espaço com aquele que o habita.

Habitabilidade é um termo de significado variado em função do contexto em que está inserido. Referente à questão habitacional, não deve se restringir ao edifício habitacional isoladamente, mas sim a seu contexto mais amplo de habitat. Isso significa alcançar condições satisfatórias de habitabilidade e de salubridade, ou seja, condições ambientais apropriadas, espaços adequados, privacidade, segurança, durabilidade, iluminação, ventilação, infra-estrutura básica, disposição de resíduos sólidos, e adequada localização em relação ao emprego e aos equipamentos e serviços urbanos.

O bem-estar varia conforme as diferenças culturais, os costumes, os hábitos, e inclusive a idade, mas sempre gira em torno de um único núcleo: produzir habitabilidade. A habitabilidade e o bem-estar vão além da constituição da forma que abriga o hábito cotidiano, pois não decorre apenas do conforto funcional dado pela habitação, implica também dotar de limites, reais, simbólicos ou imaginários um território no qual nos sentimos seguros e protegidos. Assim, a habitabilidade plena só se dá quando o real, o simbólico e o imaginário se integram. O mal-estar se define quando estamos num lugar que nos provoca insegurança e nos deixa pouco à vontade, não acolhidos, ou quando nos sentimos de alguma forma ameaçados.

**O bem-estar** doméstico é uma necessidade humana fundamental que está profundamente enraizada nas pessoas e que precisa ser satisfeita. Considera-se que a habitação é um espaço indispensável para desenvolver esse estar-bem do homem. Portanto, para se habitar, deve-se ter *habitação satisfatória* que responda as necessidades do grupo social a que pertence. Assim, os espaços criados, além de satisfazer ao bom desenvolvimento das atividades domésticas dos usuários devem oferecer um ambiente saudável e seguro, visto que a qualidade física da habitação influi diretamente na qualidade de vida de seus usuários.

### **2.3.1 Exigências de Habitabilidade: Fisiológicas, Psicológicas e Sociológicas**

- **Fisiológicas**

As características fisiológicas se expressaram no desenvolvimento das atividades vitais do ser humano. Assim, o modo de morar determinará a saúde deste. Portanto, a habitação social não só deveria oferecer infra-estrutura básica (abastecimento de água potável, rede de esgoto, drenagem de águas pluviais, energia elétrica pública e domiciliar, coleta de lixo e vias de circulação) como também deveria promover o bem-estar do usuário. Um ambiente não só esteticamente agradável, mas que possua equipamentos sociais (saúde, educação, cultura e lazer) e acesso fácil o trabalho, pois são preocupações que influenciam a saúde do morador.

- **Psicológicas e Sociológicas**

As reações humanas ao meio em que se vive são as mais diversas. Entre o apreciar um local e senti-lo desagradável existem inúmeras variáveis. Mesmo munido de certos conhecimentos é difícil prever quais condições propiciarão bem estar a uma pessoa ou a um grupo. Assim, para estudar os problemas de ambiente e apropriação de espaços, antes de intervir se deve estudar as variáveis sociais e psicológicas do grupo de usuários, conhecer a forma de vida, suas necessidades e seus desejos, para evitar incômodos que podem trazer conseqüências à qualidade de vida.

Estudos revelam o surgimento de um sentimento de bem estar ao viver em um determinado lugar ou o sentimento de perda quando se é obrigado a deixá-lo. A identidade inclui dimensões do lugar e do espaço, que agrupadas, geram a identidade do lugar, que vem a ser a identidade referente a sua percepção de espaço. As características intrínsecas e contextuais de um espaço não devem ser colocadas em segundo plano ou mesmo negligenciadas quando se busca compreender o processo de identificação, pois estas devem responder a identidade cultural de seus habitantes.

### **2.4 Definição de conforto e bem-estar**

Segundo o dicionário Aurélio, conforto é o ato ou efeito de confortar (se) e bem-estar é o estado de perfeita satisfação, física ou moral.

Para RYBCZYNSKI (1996:231), a definição científica do conforto seria algo como “conforto é uma condição em que se evitou o desconforto”. Muitos cientistas comportamentais concluem que, como as pessoas só sentem o desconforto, o conforto como fenômeno físico não existe. Assim, o conforto é o sentimento generalizado de bem-estar, que não pode ser quantificado ou estudado cientificamente. Segundo o autor:

A noção de conforto foi desenvolvida historicamente; é um conceito que teve significados diferentes em cada época. No século XVII, conforto significava privacidade, o que levou à intimidade e, por sua vez, à domesticidade, assim, a casa torna-se um lugar para o comportamento pessoal e íntimo. - O século XVIII, passou a enfatizar o lazer e bem-estar. No século XIX, o conforto é auxiliado pela mecânica - luz, calor e ventilação. - As engenharias domésticas do século XX enfatizaram a eficiência e a conveniência. Em diversas épocas em relação a diversas forças externas - sociais, econômicas e tecnológicas - a noção de conforto mudou, às vezes drasticamente. (RYBCZYNSKI, 1996:235).

O Conforto é objetivo e subjetivo e, ao mesmo tempo, algo simples e complexo, pois inclui diversos aspectos de sentido - privacidade, convivência, bem-estar físico e emocional; - dentre estes alguns são mais profundos do que outros e contribuem para a atmosfera de tranqüilidade interior que propiciam o conforto.

As palavras conforto e confortável expressam a sensação de contentamento que surge quando se desfruta do próprio ambiente físico. Assim, o conceito de conforto aplicado neste contexto pode ser entendido como a avaliação das exigências humanas baseadas no princípio de que quanto maior for o esforço de adaptação do indivíduo, maior será sua sensação de desconforto.

Assim, como a habitação constitui uma necessidade básica do ser humano e joga um papel decisivo na qualidade de vida deste, ela deve oferecer espaços adequados, habitáveis e confortáveis, além disso devem ser implementadas com toda a provisão de serviços básicos para sua habitabilidade. Outro aspecto que precisa ser considerado é o respeito aos valores culturais, como as características e expectativas concernentes à noção de conforto e bem-estar.



### **CAPITULO III - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA POPULAR**

O problema habitacional na Bolívia teve maior incidência a partir dos anos 60 com a briga de inquilinos e proprietários que foi gerando a crise de aluguéis e atingindo a população de baixa renda, estimulando-a a se constituir na periferia da cidade, o que foi desenvolvendo, assim, grandes cinturões urbanos de autoconstrução nas principais cidades do país. No final do século XX e início do Século XXI se evidencia que as tímidas políticas habitacionais das décadas passadas por questões diversas não aliviaram as demandas, especialmente pelos limitados recursos financeiros, que transformaram este problema num desafio ainda maior. Neste sentido, a autoconstrução constitui-se como única alternativa de acesso à moradia própria da população de baixa renda. Assim, a moradia é construída pelos próprios usuários como uma necessidade de abrigo muitas vezes com recursos técnicos e econômicos tão limitados que comprometem a qualidade da edificação associada à insatisfação do usuário, gerando assim, custos sociais, ambientais e econômicos.

Segundo Rivera (1991), além do custo econômico a importância da autoconstrução é um mecanismo de acesso à moradia que pode ser construída em condições de cuidado e risco calculado apelando a tecnologias apropriadas de fácil acesso e materiais de baixo custo. É também uma programação que considera os recursos econômicos disponíveis pela família e os recursos não convencionais de outras famílias como a solidariedade, a cooperação e o intercâmbio recíproco. Nessa perspectiva a autoconstrução seria um procedimento relativamente eficaz para resolver o problema do déficit habitacional na cidade de Cochabamba.

A compreensão da moradia não se restringe apenas ao estudo da edificação como objeto físico, envolve uma infinidade de fatores - necessidades e desejos da apropriação; além do uso do ambiente construído seja interna ou externamente. Nela se desenvolvem atividades diárias como cozinhar, dormir, lavar roupa, etc. e os indivíduos se apropriam do ambiente construído para abrigar suas necessidades básicas da melhor forma possível.

Cada grupo social tem determinados valores marcados pela identidade cultural e moldados através de sua história de vida e que sofrem mudanças no decorrer do tempo - costumes, práticas sociais -, entretanto, muitas vezes, esses valores não fazem parte do conhecimento científico. Portanto, torna-se necessário realizar pesquisas voltadas para a compreensão das atitudes peculiares da população, para conseguir que as características

intrínsecas e extrínsecas da moradia respondam às necessidades básicas dos indivíduos. Como afirma Lemos:

O que interessa é compreender melhor a casa popular autêntica, dentro do quadro de nossa sociedade, aquela construída pelo próprio morador: é, compreender os anseios do proletariado, as expectativas concernentes à noção de conforto e bem-estar. É saber distinguir o que é bom e o que é ruim para uma dona de casa operária. É procurar vislumbrar dentro da simplicidade despojada da casa popular as constantes intencionais sempre presentes, apesar da pobreza e carência de meios. (LEMOS, 1994:12).

Portanto, para compreender a relação entre indivíduo e o ambiente construído é indispensável conhecer os hábitos dos usuários, considerando seus valores, preferências, atitudes, necessidades e os padrões sócio-culturais. A partir desses conhecimentos se poderá conduzir conceitos de espaço, forma e função no desenvolvimento de projetos de habitação.

Assim, nosso objeto de pesquisa é a representação social da moradia e consiste num estudo de caso da Comunidade autoconstruída Maria Auxiliadora, implantada na periferia da cidade de Cochabamba, Bolívia. A definição como área de estudo foi norteadada a partir dos seguintes critérios:

- A comunidade foi organizada em torno da dimensão de gênero, por um grupo de mulheres que vivenciavam problemas relacionados ao habitat e a questões intrafamiliares, assim, concluem que a falta de moradia própria gera insegurança e preocupação na família. No intuito de resolver a falta de moradia, essas mulheres percorrem juntas uma longa caminhada desdobrando esforços para realizar o sonho da casa própria.
- A Comunidade foi implantada em função de um anteprojeto de planejamento urbano executado; os terrenos foram adquiridos com recursos próprios, mas são considerados irregulares porque não formam parte do tecido urbano da cidade.
- A Comunidade em seu conjunto está sendo desenvolvida pelos próprios moradores, mediante o sistema de autoconstrução por *ajuda mútua*, desde sua implantação, passando pela abertura de ruas, pela instalação de infra-estrutura urbana, pela construção de equipamentos comunitários até a construção de suas moradias.

- A relevância da autoconstrução e as tipologias diferenciadas que se apresentam na comunidade.

### 3.1 Pressupostos teórico-metodológicos

Na representação social da moradia desenvolveu-se um estudo baseado na *“Teoria das Representações Sociais”*, de Serge Moscovici porque emprega métodos de levantamento e análise de conteúdo com estratégia de pesquisa do senso comum, porém, tornando-se fundamental para a compreensão das construções que fazem parte da realidade comum de nossos entrevistados. Por outro lado, a teoria das representações sociais, *“se constitui num domínio de pesquisa dotado de instrumentos conceituais e metodológicos próprios que interessa a várias disciplinas”*. (ABRIC, 1998 apud MOSCOVICI, 2003).

Realizar o estudo em representações sociais é analisar um determinado fenômeno social, estudar comportamentos, ações, valores, atitudes e práticas inseridas em nossa sociedade no seu senso comum, pois as representações são elementos construídos no pensamento das pessoas para direcionar suas vidas, participando no campo intuitivo da sociedade e estando presente no processo cotidiano da população. Como afirma Sá (1998) ela é um produto social, uma interpretação, a construção da realidade por um determinado grupo conduzido por um processo sócio-histórico-cultural que se transforma constantemente acompanhando as mudanças do contexto sócio-ideológico que envolve o grupo. Os fenômenos de representações sociais apresentam-se de diferentes formas e sempre em constante modificação, direcionando e adaptando-se aos atuais padrões sociais da população.

As expectativas do indivíduo em relação à moradia são moldadas através de exigências de ordem social e expressas por costumes, hábitos, valores coletivos e individuais presentes no cotidiano. Por isso, neste trabalho foram utilizados métodos de coleta de dados de forma espontânea, que nos ajudam a compreender os valores e atributos relacionados com a moradia, para interpretar as relações entre o indivíduo e o ambiente construído. Com referência à questão do espaço, Jodelet (2002) afirma que as representações do espaço são também representações sociais, e propõe, então, uma abordagem para o estudo da produção e das significações do espaço em termos de representação sócio-espacial.

### 3.1.1 A Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais, é suficientemente clara e precisa para apoiar e manter um crescente corpo de pesquisa através da psicologia social, contribuindo para nossa compreensão de um amplo espectro de fenômenos sociais, entendimento público da ciência e idéias populares de diversas áreas do saber.

A teoria das representações sociais nos fornece um referencial interpretativo para tornar as representações visíveis e não elegíveis como formas de prática social, vem explicar o sentido que atribuímos aos diferentes objetos a partir da nossa experiência pessoal mas também de informações, saberes de pensamento, imagens, crenças, constituindo-se numa forma de conhecimento específico, *'o saber do senso comum'*, orientada para a comunicação, compreensão e o domínio do entorno social e material (JODELET, 2001 apud MOSCOVICI, 2003).

Toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado, sendo, pois, impossível compreendê-la como um processo cognitivo individual, já que é produzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais. Como diz Jodelet: (2001:8) *"é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado tendo uma intenção prática e concorrendo a construção de uma realidade comum a um conjunto social"*.

- **O Surgimento da Teoria**

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici que foi o primeiro a introduzir o conceito na Psicologia social contemporânea na sua obra intitulada *"La Psicanalyse: Son image et son public"*<sup>76</sup> em 1961 na França, com raízes na sociologia de Durkheim e uma presença marcante na história das mentalidades e na antropologia da cultura moderna. (MOSCOVICI, 2003)

Para a construção da teoria, Moscovici se baseia em vários estudiosos; os de maior relevância por sua contribuição quanto aos processos de elaboração do tipo de conhecimento foram os seguintes: Lévy-Bruhl, com sua teoria que apresenta como pontos centrais a atividade do sujeito e a realidade do mundo; nas interpretações de Piaget a

---

<sup>76</sup> "A psicanálise sua imagem e seu público"

respeito do desenvolvimento do pensamento infantil; Freud com as teorias sexuais das crianças, as duas relacionadas ao psiquismo humano e resgatando a noção de representações coletivas estabelecidas por Durkheim (1912) que transforma o simbolismo em um meio pelo qual a sociedade torna-se consciente de si mesma e separa as representações individuais das representações coletivas, sugerindo que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia, enquanto a segunda formaria parte da sociologia.

Émile Durkheim, sociólogo e filósofo francês, “*vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo*”. Uma vez constituídas, as representações tornam-se realidades parcialmente autônomas, com vida própria, ou seja, mesmo mantendo íntimas relações com seus respectivos substratos, as representações individuais e coletivas são, até certo ponto, independentes. Tendo origem nas relações que se estabelecem entre o conjunto dos indivíduos associados às representações coletivas são independentes e exteriores às consciências individuais, ou seja, existem no conjunto e são exteriores ao particular como fatos sociais. O agrupamento das partes que formam o todo não se dá de forma repentina, já que há uma série de fatores intermediários para que aconteça e, a partir disso, surgem novos fenômenos que não derivam diretamente dos elementos associados. “*Sentimentos privados são unificados e transformados e, nesta associação, a síntese é obra do todo. A resultante ultrapassa o indivíduo e o todo ultrapassa a parte*” (Durkheim, 1970 apud MOSCOVICI, 2003). Assim, a representação coletiva não pode ser reduzida a um conjunto de representações individuais.

Desta forma, consolida o conceito de representação a partir de duas premissas: as representações coletivas se separam das representações individuais de acordo com a seguinte definição: as representações individuais têm como essência a consciência de cada um; não possuem leis próprias; são heterogêneas, subjetivas, efêmeras e próprias de cada indivíduo. Enquanto isso, as representações coletivas têm como essência à sociedade em sua totalidade; têm suas leis próprias; são homogêneas e vividas por todos os indivíduos de um grupo, da mesma forma que partilham uma língua, preservando o vínculo entre eles para pensar e agir de modo uniforme; são estáveis porque persistem gerações após gerações e exercem coerção sobre o indivíduo.

A partir deste postulado, Moscovici substitui a noção de representações coletivas pelo conceito de representações sociais, pois não procura a tradição de um social preestabelecido das sociedades ditas “*arcaicas*”, como fizera Durkheim. Ele se interessa em explorar a variação e a diversidade das idéias coletivas compartilhadas nas sociedades

modernas produto de uma divisão do trabalho que as distingue com alguma autonomia - e a emergência de um novo saber: a ciência, - orientada para questões de como as coisas mudam na sociedade, e para aqueles processos sociais, pelos quais a novidade e a mudança, como a conservação e a preservação, se tornam parte da vida social onde as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações. (NÓBREGA, 2003:55).

- **Abordagem Teórica**

A influência da comunicação no processo de construção das representações sociais ilustra a maneira como as representações se tornam senso comum. As representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns a outros.

Por um lado, a representação toma o lugar da ciência e por outro, a constitui ou reconstitui, a partir das relações sociais envolvidas; de um lado, portanto através da representação uma ciência recebe uma duplicação, sombra colocada sobre o corpo da sociedade e de outro lado ela se desdobra – na medida em que está fora do ciclo das transações e dos interesses correntes da sociedade (Moscovici, 1978:78).

Moscovici, tendo encontrado um campo de pesquisa propício à construção da teoria, introduz o conceito de representação social a partir da idéia de construção de uma psicologia social do conhecimento, e de uma corrente de pensamento sócio-psicológico, apresentando-o da seguinte maneira:

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e porque, as pessoas partilham o conhecimento e, desse modo, constituem sua realidade comum, de como eles transformam idéias em prática - uma palavra, o poder das idéias - é o problema específico da psicologia social (Moscovici, 1990:164).

O conhecimento é produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão nele implicados, ou seja, o conhecimento surge das paixões humanas, portanto, não é desinteressado. Ao contrário, ele é sempre produto de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos.

“Se nós queremos fazer a ciência dos fenômenos mentais nas sociedades, é necessário identificar o conhecimento produzido em comum e reconhecer a legitimidade de suas propriedades relativas à teoria. Não se deve denegri-lo enquanto popular, pré-científico, pois longe de ser uma pura ou simples *“imagem”* desprovida de função, ele joga um papel essencial contribuindo para determinar o gênero de argumentos e de explicações que nós aceitamos” (JODELET, 1989:14-15 apud NÓBREGA, 2001:63.)

Assim, as *“Representações Sociais”* são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade, sendo estruturadas e transformadas, através dos intercâmbios comunicativos. A modernidade sempre se coloca em relação a algum passado que é considerado como tradicional. Em contraposição se caracteriza por centros mais diversos de poder, que exigem autoridades e legitimação, de tal modo que a regulação do conhecimento e da crença não é mais exercida do mesmo modo. O fenômeno das representações sociais pode, neste sentido, ser visto como a vida coletiva se adapta às condições descentradas de legitimação.

A transição para a modernidade é também caracterizada pelo papel central de novas formas de comunicação, que se originaram com o desenvolvimento da imprensa e com a difusão da alfabetização. A emergência das novas formas de comunicação de massa gerou novas possibilidades para a circulação de idéias, como também trouxe grupos sociais mais amplos para o processo de produção psicossocial do conhecimento. As questões de legitimação e comunicação servem para enfatizar o sentido da heterogeneidade da vida social moderna, uma visão que ajudou a dar à pesquisa sobre representações sociais um foco distinto, na emergência de novas formas de representação.

A Teoria das Representações Sociais de Moscovici se distingue por sua mobilidade, permeabilidade e flexibilidade; emerge não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico. As representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específica a qualquer momento como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social.

As funções das representações sociais são contribuir com os *“processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais”*. Moscovici (1961) sistematiza esses fundamentos recorrendo a dois mecanismos, dialeticamente articulados

entre si: o de ancoragem e o de objetivação. O primeiro mecanismo é aquele que dá sentido ao objeto que se apresenta à nossa compreensão. Ancorar é, pois, classificar ou nomear o elemento não familiar, a partir de nossos paradigmas, organizado sobre três condições estruturantes: A atribuição de sentido, a instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema do pensamento. O segundo mecanismo consiste em “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” A objetivação trabalha em três fases: construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização. (MOSCOVICI, 1984). Os mecanismos funcionam nessa ordem: primeiro o sujeito ancora, categoriza, depois ele objetiva, transforma essa categoria ou imagem em algo concreto.

Segundo Moscovici (1984) as Representações Sociais possuem duas funções: elas *convencionalizam* os objetos, pessoas e coisas, formando modelos, que serão partilhados por um grupo de sujeitos, a partir dos quais novos elementos serão categorizados; elas são *prescritivas*, pois se impõem sobre os sujeitos, por uma força que pode ser traduzida nas tradições a partir das quais as formas de pensar são perpetuadas por várias gerações. A partir dessas duas funções, as representações se transformam em um ambiente concreto ou verdades inquestionáveis, que irão interferir no comportamento dos sujeitos participantes de uma coletividade.

Para Jean-Claude Abric (1998), outro pesquisador da teoria, as Representações Sociais possuem três funções: a função do saber - através das representações, cada grupo transforma o saber científico em saber comum, fazendo compreendê-lo a sua forma; a função identitária - as representações definem a identidade de cada grupo e protegem sua especificidade-; a função de orientação, visto que estas guiam os comportamentos e as práticas de um determinado grupo.

Considerando-se que o rigor metodológico é indispensável à consecução de uma pesquisa, independente do aporte teórico que lhe dá sustentação, é importante que a coleta e análise de dados sejam adequadas ao referencial teórico e ao objeto de pesquisa. Assim, como complemento à teoria das representações sociais, segundo Sá (1998), existem três abordagens complementares: Abordagem processual (Denise Jodelet - Paris); Abordagem estrutural, (Jean-Claude Abric - Aix-en-Provence) e Abordagem relacional (Willem Doise - Genebra).

- **Abordagem estrutural**

Na presente pesquisa, optou-se pela abordagem estrutural, proposta pela primeira vez na tese de doutorado de Jean-Claude Abric, em 1976, cuja hipótese sugeria que a representação é organizada em torno de um núcleo central (SÁ, 2002). Esta abordagem toma conta, segundo seu precursor, da aparente contradição das representações sociais, visto que elas são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis; embora sejam consensuais, elas são marcadas por deferências interindividuais, através de um sistema interno duplo composto:

Sistema central (núcleo central) - é baseado no coletivo, no contexto sócio-histórico-cultural do grupo, ou seja, se baseia no sistema de valores e normas sociais que o constituem. Tem papel fundamental na estabilidade e coerência da representação, independente do contexto imediato, estando sua origem no contexto global que define as condutas do grupo.

Sistema periférico (elementos periféricos) - constituem o essencial do conteúdo da representação; são os componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos, sua determinação é individualizada e associada ao contexto imediato, permitindo uma adaptação da representação, de acordo com as experiências cotidianas. Protege o núcleo central, permitindo em seu nível, a heterogeneidade de comportamentos e conteúdo. Ela é instável e sofre transformações em função das modificações do contexto social, porém é um indicador das modificações ou evoluções das representações.

A base desta abordagem consiste em que toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, cabendo a este determinar sua significação e sua organização interna e um sistema periférico que atualiza e contextualiza a representação. Assim, o núcleo central é o elemento organizador da estrutura gerada pela representação de um objeto por seu sujeito, sendo também o elemento mais estável e resistente às mudanças desta representação (ABRIC, 1998).

O núcleo central assume duas funções: *“geradora e organizadora”*. A primeira transforma e atribui valor ao significado dos demais elementos da representação, e a segunda possibilita o entendimento das conexões entre os elementos periféricos da representação. Caracteriza-se por sua propriedade específica, através da qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação.

A centralidade de um elemento não deve ser atribuída especificamente por critérios quantitativos, pois, ao contrário, possui especialmente, uma dimensão qualitativa (ABRIC, 1998). Assim, a teoria do núcleo central funciona como um instrumento para apreender, organizar, analisar e interpretar dados empíricos de um determinado fenômeno social.

A teoria do núcleo central não pretende substituir a abordagem teórica primeira, que se confunde com o espírito acadêmico do próprio campo, mas sim proporcionar um corpo de proposições que contribua, como diz Flament (1989:204) "para que a teoria das representações sociais se torne mais heurística para a prática social e para pesquisa". (SÁ, 2002:51).

O sistema periférico estabelece a concretização da representação social com a realidade. É composta pelos elementos da representação que gravitam em torno do núcleo central. São os elementos citados com menor frequência e mais e mais tardiamente evocados pelos sujeitos. Segundo Abric, esse sistema possui três características primordiais:

**Função de concretização:** são resultados da ancoragem da representação na realidade. É através deles que a representação é formulada, compreendida e transmitida.

**Função de regulação:** Adaptam as representações às evoluções do contexto ao qual o grupo se insere. Tendo em vista a estabilidade do núcleo central, é o sistema periférico que se modifica em face às alterações do contexto, constituindo assim, o aspecto móvel e evolutivo da representação.

**Função de defesa:** O sistema periférico funciona como o sistema de defesa da representação. Ele constitui o que Flament (1994) chama de "para-choque" da representação. A transformação de uma representação se opera, na maior parte dos casos, através da transformação de seus elementos periféricos. (...). (ABRIC, 1998).

O sistema periférico "permite uma adaptação, uma diferenciação em função do vivido, uma integração das experiências cotidianas. Os elementos desse sistema permitem modulações pessoais referentes ao núcleo central comum, gerando representações sociais individualizadas. Bem mais flexível que o sistema central, ele protege este último de algum modo, permitindo a integração de informações e até de práticas diferenciadas". (ABRIC, 1998).

As representações sociais e seus dois componentes, o núcleo central e os elementos periféricos, funcionam exatamente como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte. Suas organizações, assim como seus funcionamentos são regidos por um duplo sistema. (ABRIC, 1998:33).

Este duplo sistema permite compreender uma das características básicas das representações, que podem parecer contraditórias: - elas são simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas quando determinadas por um núcleo central, profundamente ancorado no sistema de valores partilhados pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, quando alimentadas das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos. (ABRIC, 1998:33).

Para nós, a homogeneidade de uma população não é definida pelo consenso entre seus membros, mas sim pelo fato de que sua representação se organiza em torno do mesmo núcleo central, do mesmo princípio gerador do significado que eles dão à situação ou ao objeto com a qual são confrontados (Doise 1985:250).

O quadro a seguir, proporcionado por Abric (1998:34), sintetiza as características e funções de cada um dos sistemas postulados na organização interna das representações sociais.

SISTEMA CENTRAL	SISTEMA PERIFÉRICO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligado à memória coletiva e à história do grupo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permite a integração das experiências e histórias individuais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consensual: - define a homogeneidade do grupo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tolerância a heterogeneidade do grupo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estável</li> <li>• Coerente</li> <li>• Rígido</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexível - Tolerância às contradições</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resiste às mudanças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolutivo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco sensível ao contexto imediato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensível ao contexto imediato</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funções: - Gera a significação da representação - Determina sua organização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funções: - Permite adaptação a realidade concreta - Permite a diferenciação de conteúdo - Protege o sistema central</li> </ul>

Quadro 04: Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação

Fonte: A abordagem estrutural das representações sociais. In: Estudos interdisciplinares de representação social

Existem vários procedimentos metodológicos propícios para a coleta e análise de dados, mas “*por envolver diversos produtos mentais e culturais como crenças, valores, normas, opiniões, imagens, etc., o estudo de uma representação social deve sempre buscar a complexidade do objeto em questão adotando para isso diferentes técnicas e estratégias metodológicas visando apreender as diferentes dimensões da representação*” (JODELET, 1984).

Assim, a perspectiva teórica de Abric e do Grupo de Midi incentivou a especulação de métodos propícios à obtenção de formas mais rápidas do conteúdo e o acesso à estrutura interna das representações, destacando que, “apesar de ser também uma produção verbal, o método das evocações ou associação livre permite reduzir as dificuldades e os limites das expressões discursivas habitualmente utilizadas nas pesquisas”. (ABRIC, 1994) (8:574). Quanto ao levantamento do conteúdo da representação, distinguem-se duas grandes famílias de métodos: os interrogativos (entrevista, questionário, desenhos e demais suportes gráficos) e os associativos, (evocações ou associações livres e mapas associativos). (Abric apud SÁ, 2002:104).

Sá (2002) recomenda que os questionários utilizados na abordagem estrutural devem ser construídos e testados depois de uma apropriada revisão literária, para permitir contextualizar o objeto de estudo orientado a uma coleta de dados que facilite o acesso à estrutura interna das representações.

No presente estudo “*A Representação Social da Moradia*” as técnicas utilizadas para a coleta de dados foram as seguintes: visitas de reconhecimento e observação do local, a fim de conhecer melhor a realidade da comunidade e verificar os aspectos relativos à apropriação do espaço; participação de reuniões programadas com as representantes, para conhecer a história e evolução da comunidade “*Maria Auxiliadora*”; entrevistas gravadas, dirigidas às representantes e a moradores claves da comunidade; além de entrevistas aplicadas a um morador por família, utilizando como instrumento da coleta de dados um questionário estruturado em 4 partes: a primeira, relacionada à “*Representação Social da Moradia*”, contendo um teste de “*evocação de palavras*” com o termo indutor *MORADIA*; a segunda parte do questionário apresenta perguntas abertas, com intenção de avaliar os espaços físico e funcional da moradia. A terceira parte envolve um registro das características sócio-econômicas e demográficas dos moradores; finalizando, a quarta parte diz respeito ao levantamento físico e ao registro fotográfico das moradias e seu entorno.

A elaboração do questionário com diferentes formas de perguntas objetiva estabelecer sistemas complementares que facilitem com maior segurança as interpretações dos resultados, visando conhecer os diversos aspectos da moradia, tanto funcional, espacial, de uso, conforto, quanto aspectos técnicos e construtivos, como de caracterização e situação sócio-econômica de cada família. A coleta de dados com a técnica de “*Evocação Livre*”, conhecida também como associação livre ou teste por associação de palavras, tem “o princípio de desenhar a estrutura da Representação a partir da produção do próprio sujeito, que é solicitado a realizar um trabalho cognitivo de análise”. (ABRIC, 1994 apud Oliveira, 2005:579). O objetivo desta técnica é apreender a percepção da realidade do grupo social em estudo, a partir de uma composição semântica preexistente.

A aplicação dessa técnica em estudo de grupos sociais permite o alcance de dois objetivos: o de estudar os estereótipos sociais que são partilhados espontaneamente pelos membros de grupo; e a visualização das dimensões estruturantes do universo semântico específico das representações sociais. (BARDIN, 1995:51 apud OLIVEIRA, 2005:576).

### 3.2 Estudo de Caso: Comunidade Maria Auxiliadora

<b>País:</b>	Bolívia
<b>Departamento:</b>	Cochabamba
<b>Província:</b>	Cercado
<b>Distrito</b>	9
<b>Zona:</b>	Sudoeste
<b>Bairro:</b>	Azirumarca
<b>Comunidade:</b>	Maria auxiliadora

Quadro 05: Resumo de Localização

Fonte: I. Miriam Chugar Z.

O Distrito 9, do qual faz parte a Comunidade Maria Auxiliadora, localiza-se na zona sudoeste da Cidade de Cochabamba. Abrange uma extensão de 14.710 Hectares, aproximadamente, 47% da superfície total da cidade e uma população de 46.268 habitantes.

Os proprietários da área, desalentados pela baixa rentabilidade da atividade agropecuária, procuram subsistir com a venda parcial de suas terras, gerando assim, assentamentos irregulares carentes de propriedade legal, além disso, tecnicamente

apresentam grandes deficiências construtivas nas moradias e no que diz respeito às urbanizações, pois carecem de serviços básicos e equipamentos comunitários: problemas próprios das áreas em processo de consolidação.

As características da população se expressam no processo de transformação da economia camponesa, a expansão do traçado urbano e a mudança e diversificação da economia. A população rural apresenta um crescimento vegetativo e processos de emigração que incidem numa pequena margem de crescimento populacional. As áreas de expansão urbana manifestam um processo de crescimento acelerado em consequência de numerosos índices de imigração procedentes dos Departamentos de Oruro, Potosí, La Paz e centros mineiros.

A população economicamente inativa é superior à população economicamente ativa, em que 66,5 % da população ativa é de sexo masculino e 33,5 % de sexo feminino. As principais atividades do setor em ordem de importância são as seguintes: agropecuária, construção civil, manufatura, transporte e comércio informal.



Figura 20: Localização esquemática do Distrito 9 no Município de Cochabamba

O Distrito apresenta problemas de grande porte e demanda ações imediatas frente a uma série de fenômenos socioeconômicos e territoriais articulados à dinâmica dos problemas urbanos da cidade e à microrregião. Constitui um dos 14 distritos da província Cercado dentro da administração municipal. Na atualidade enfrenta um dinâmico e descontrolado processo de ocupação urbana de terras potencialmente agrícolas, gerando mudanças de uso de solo.

- **História do Projeto**

O projeto “*Habitat para a Mulher*” estabelecida na “*Comunidade Maria Auxiliadora*”, nasceu em 1999 com um grupo de mulheres líderes preocupadas com ‘*a violência intrafamiliar*’ e ‘*o direito a uma moradia digna*’. Elas tinham como objetivo fundamental garantir o habitat para mulheres, pois a falta de moradia própria gerava insegurança e preocupação. Concluía-se que, nas famílias que alugavam um ambiente para morar, às vezes, a mulher era duplamente maltratada além do perigo de ser despejada a qualquer momento. Esses maus-tratos poderiam ser causados pelo proprietário da casa, que na situação de arrendador, gerava conflitos quanto ao uso de energia elétrica, água potável e uso dos espaços comuns para o lazer das crianças. Além disso, poderia sofrer abusos do próprio parceiro com quem mora em um ambiente com funções múltiplas e, por não ter legalmente a co-propriedade da casa, poderia ficar na rua junto a seus filhos sem abrigo caso houvesse uma briga com o parceiro.

Com objetivo de dar solução ao problema, a associação de mulheres liderada por Rose Mary Iruستا<sup>77</sup> decide criar o projeto de habitação social dirigido a famílias de baixa renda especialmente a mulheres chefas de lar, que possam aceder a uma área de terreno próprio, com a instauração de um processo progressivo de construção social de uma moradia e uma comunidade que garanta um habitat digno. Assim, os títulos de propriedade são emitidos em nome da mulher, com o intuito de garantir a segurança dela e das crianças. A propriedade da terra é coletiva, para garantir que ‘*a moradia seja concebida como um bem social e não assim como bem econômico*’<sup>78</sup>, por conseguinte não poderá ser transferida, alugada nem ser submetida a contrato anticrético<sup>79</sup>, pois é um abrigo no qual a família se desenvolve e acompanha o crescimento das crianças na total segurança.

Os relatos dos representantes e alguns moradores que residem na Comunidade desde sua fundação expressam sentimentos de felicidade pelo fato de alcançar o “*sonho da casa própria*” mesmo através das dificuldades encontradas no percurso. Assim, os moradores ainda lembram dessa conquista com os seguintes depoimentos:

---

<sup>77</sup> Coordenadora do Projeto “Habitat para a Mulher” da Comunidade Maria Auxiliadora.

<sup>78</sup> Hábitat para la mujer - Comunidad Maria Auxiliadora, Cochabamba: Fundación PROHABITAT, 3 Ed., 2006.

<sup>79</sup> É uma espécie de juros calculados sobre o capital de dinheiro. O investimento visa a obtenção de uma renda mensal pelo uso do dinheiro.

*“A minha melhor lembrança é quando Rose Mary Irusta expressava que a Comunidade Maria Auxiliadora era destinada aos pobres e que todos teríamos nossas casas”* (Depoimento do morador M1)

*“As primeiras famílias que chegaram a Maria Auxiliadora, ficaram morando em tendas provisórias, mesmo com o desconforto dos primeiros momentos, elas encontravam-se felizes pelo fato de ter um lugar onde construir a casa própria”.* (Depoimento do morador M2)

Fazendo referência à questão do gênero feminino, uma moradora entrevistada pode exemplificar a importância deste critério:

*“Das 370 famílias que optaram pelos terrenos da Comunidade só eram 15 homens, interessados pela casa própria, pois o resto das famílias eram mulheres chefas de lar”.* (Depoimento do morador M3)

Só foi possível financiar o projeto de forma solidária, com poupanças realizadas, através do sistema denominado *‘pasanaku’*<sup>80</sup> e destinados em primeira instância para a compra do terreno, posteriormente para a compra de materiais da construção de suas moradias, erguidas pelo sistema de *‘mutirão’*. Na atualidade, foi implementado o *‘crédito’* para acesso a pequenos empréstimos com baixos juros e garantia coletiva. A experiência da organização e trabalho solidário transcende a etapa de convivência. - As mulheres cumprem um rol significativo, nas propostas da comunidade, na distribuição de espaços, mantendo as características de identidade cultural, respeitando os costumes, mitos, e práticas tradicionais<sup>81</sup>.

Para conseguir alcançar as metas traçadas, os moradores seguiram juntos um longo percurso: em 1999, realizaram a compra coletiva de 12 hectares de terreno ao sindicato agrário Sivingani; em 2000, se consolidou a comunidade, com estatutos, regulamentos e conformação de um diretório para iniciar os trabalhos de implantação, como a limpeza, a demarcação e parcelamento do terreno e abertura de ruas, num trabalho solidário, como mostram as figuras a seguir:

---

<sup>80</sup> É uma poupança solidária, realizada por um grupo determinado de indivíduos, que organizados realizam um aporte semanal ou mensal, posteriormente a somatória total do dinheiro é entregue a cada um dos integrantes da comunidade de forma rotatória e em função de um sorteio em datas estabelecidas.

<sup>81</sup> Hábitat para la mujer Comunidad Maria Auxiliadora, Cochabamba: Fundación PROHABITAT, 3 ed., 2006.



Figura 21: Abertura de ruas



Figura 22: Construção da Creche

Fonte: Fotos do Arquivo da Comunidade

Em 2001, se realiza a instalação da rede de energia elétrica, pública e domiciliar. Dando continuidade aos trabalhos comunitários foi construída a Escola “Santos Angeles” situada próxima ao bairro; em 2003 se buscou a orientação e coordenação com ONG’s e profissionais da Universidade Mayor de San Simon (UMSS); em 2004, complementou-se com a dotação de infra-estrutura básica, abastecimento de água potável, com fonte de abastecimento próprio e rede de esgoto sanitário com sistema condominial. O financiamento para os projetos foi obtido através de doações do PAMS Suíça (50% do total) e o restante foi adquirido através de empréstimos realizados com ajuda de Pro Habitat. Em 2005, foi construída a creche comunitária, e se deu início a construção de um sistema de tratamento de águas servidas para regar; foram criadas também micro-empresas de artesanato com oficinas de treinamento produtivo.

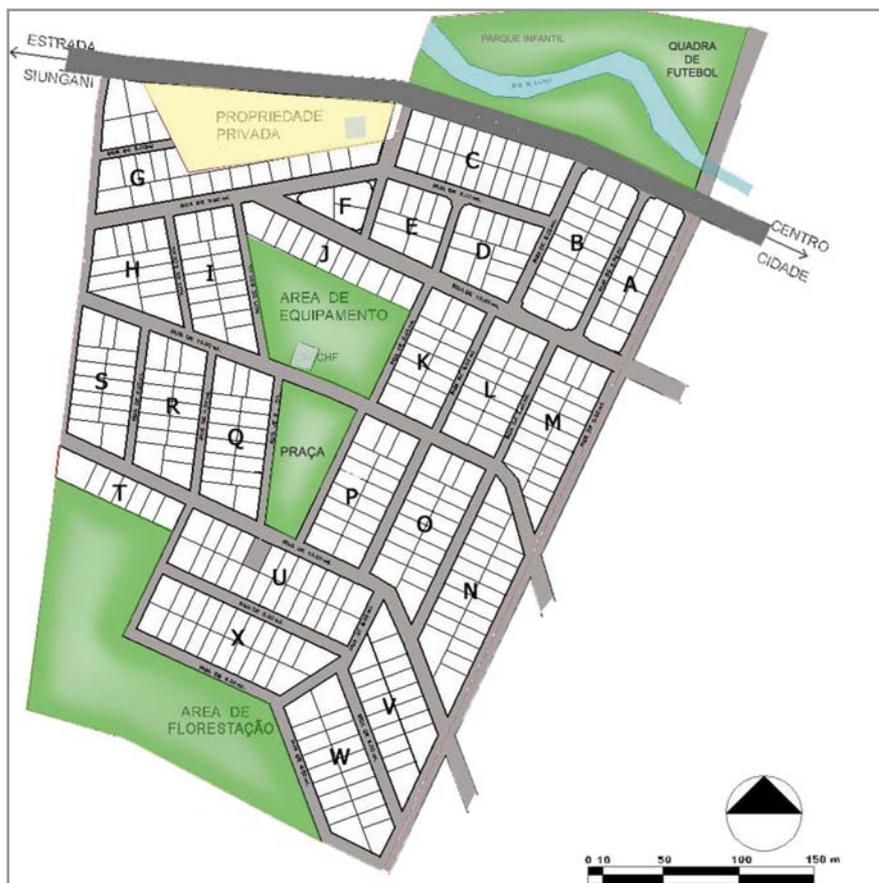
Em Fevereiro de 2006, a comunidade já tinha 500 árvores plantadas e um sistema de seleção e tratamento de lixo - em processo de implementação -; na mesma data foi inaugurado um parque infantil, construído em parceria com a H.A.M. da cidade. Segundo Irusta (Coordenadora do Projeto) atingir as metas alcançadas até a data só foi possível devido à mística comunitária, a uma boa autogestão, à ajuda mútua e às diversas atividades para arrecadação de fundos, com várias atividades e planificação de empréstimos a juros baixos.

- **Localização, implantação, entorno imediato e situação atual**

A Comunidade “*Maria Auxiliadora*” está localizada na zona sudoeste, distante 6 Km do centro da cidade e o acesso a esse local é realizado seguindo da Avenida Ayacucho sentido Zona Sul, até a ponte Tamborada, percorrendo a estrada de pedra em direção a província de Santivañez que se liga com a cidade por meio de uma estrada de terra; em

direção a Província de Sivingani, mediante transporte público alternativo de micros<sup>82</sup>, Kombi e táxi-trufi<sup>83</sup>. A localização da Comunidade não é privilegiada em relação a serviços de transporte urbano: o ponto final das linhas de transporte dista cerca de 1 km da Comunidade e só há transporte até o lugar em três horários específicos durante o dia.

No plano a seguir é possível estabelecer referências das vias de acesso, vias secundárias, áreas de propriedade privada e áreas destinadas a equipamentos comunitários.



### LEGENDA

- ÁREA DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO
- ÁREA DE PROPRIEDADE PRIVADA
- ÁREAS DE LOTE
- VIAS SECUNDÁRIAS
- VIA ESTRUTURAL

Figura 23: Plano Geral de Implantação - Comunidade "Maria Auxiliadora"

<sup>82</sup> Pequeno ônibus urbano.

<sup>83</sup> Táxi urbano de lotação.



Figura 24: Vista da Creche



Figura 25: Vista geral do Parque infantil

Fonte: I. Miriam Chugar Z. 2006



Figura 26: Vista panorâmica da Comunidade Maria Auxiliadora

Fonte: I. Miriam Chugar Z. 2006

Maria Auxiliadora é uma comunidade autoconstruída, implantada, numa ladeira empinada, ocupa 12 hectares de área, incluindo abertura de ruas internas e áreas destinadas a equipamentos comunitários e de lazer. O terreno foi parcelado em 26 quadras e 376 lotes, subdivididos em 11 a 18 lotes/quadra, de 200 e 300 m<sup>2</sup> cada/lote. O uso predominante do solo urbano é residencial, sendo pouco expressivas as moradias com características de uso misto, (comércio e serviços) geralmente situadas nas áreas mais planas.

Embora existam áreas disponíveis para equipamentos comunitários situados na área central e nos extremos da implantação na atualidade constata-se a carência de alguns deles pela falta de atenção municipal. No momento, a comunidade tem uma creche e áreas de lazer, (um parque infantil para crianças entre 1 e 10 anos e uma quadra de futebol), construídas pelos moradores de forma solidária, assim como a abertura de ruas, que na

atualidade ainda são caminhos de pedra, com inclinações não adequadas e com características rústicas.

Em Janeiro de 2006 a comunidade apresentava 100 moradias implantadas e 38 lotes com moradias em fase de construção, como podemos observar no plano a seguir.



### LEGENDA

- ÁREA DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO
- ÁREA DE PROPRIEDADE PRIVADA
- LOTES VAZIOS
- LOTES COM MORADIA EM CONSTRUÇÃO
- LOTES OCUPADOS

Figura 27: Implantação das moradias existentes e em fase de construção

A Comunidade apresenta diversas tipologias de edificações habitacionais, porém para um melhor estudo elas foram classificadas em tipo A, B, C, D e E. Essa classificação foi determinada a partir das seguintes critérios: espaço, forma, função e número de ambientes. Cabe ressaltar que a questão econômica não foi considerada para esta escolha, mas aparece de forma relevante nesta classificação.

- **Tipo A** - Casa térrea: constituída de um ambiente de uso múltiplo e banheiro do tipo puxado, autoconstruída pelos moradores, sem critérios técnicos e com materiais econômicos. Como podemos observar na fig.29 os muros perimétricos são provisórios e de materiais do meio, é a tipologia mais comum e pertence às famílias de menores recursos da Comunidade.
- **Tipo B** - Casa térrea com pátio central: denominada também medias águas, constituída de um dormitório, cozinha e banheiro, distribuídas em torno de um pátio central autoconstruída com ajuda de pedreiro. Essa tipologia hispânico-colonial é adotada por famílias culturalmente conservadoras.
- **Tipo C** - Casa térrea tipo apartamento: constituída por dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, autoconstruída por pedreiros com projeto planejado.
- **Tipo D** - Casa térrea com cobertura de laje: autoconstruída por pedreiros, esse tipo de edificação é construída com previsão para um segundo pavimento.
- **Tipo E** - Casa Chalé de dois pavimentos: constituída por todos os ambientes básicos; o número de dormitórios varia entre dois e três. Essas tipologias são edificadas com projetos planejados desenvolvidos por profissionais e construídas por pedreiros, poucas vezes com direção técnica qualificada.

Conclui-se que a tipologia E é formada por edificações construídas pelas famílias que recebem dinheiro de outros países. Isso ficou comprovado ao analisar o questionário, já que na questão *Tem família em outro país?* 26% dos entrevistados afirmaram ter pelo menos uma pessoa da família trabalhando no exterior. Os países mencionados, por ordem de importância, são estes: Espanha, Estados Unidos, Itália, Argentina e Brasil.

Na figura 29 apresentamos as diversas tipologias mencionadas anteriormente. Também podemos observar características quanto a técnicas construtivas e uso de materiais. Como já foi mencionado, as Representações Sociais são difundidas através da comunicação, mas são impostas pela tradição; a partir das representações são tomadas as atitudes, assim, nestas tipologias podemos observar como os moradores compreendem e atuam na construção de suas moradias.



**TIPO A:** Casa térrea - tipo puxado um ambiente múltiplo e banheiro



**TIPO B:** Casa térrea - Tipo médias águas com pátio central



**TIPO C:** Casa térrea - tipo apartamento



**TIPO D:** Casa térrea - cobertura de laje, com previsão para um segundo pavimento.



**TIPOLOGIA E:** Residência de 2 pavimentos - com projetos planejados

Figura 28: Tipologias Habitacionais - Comunidade Maria Auxiliadora

I. Miriam Chugar Z. 2006

Nas tipologias apresentadas pode-se observar que um alto percentual das edificações foi construído com técnicas de tipo convencional e materiais próprios da região. Assim, na questão “*Quais os materiais usados nas PAREDES de sua casa?*”. Um alto percentual dos moradores expressa que usaram tijolo maciço (69%); apenas 4% usou tijolo furado; 11% adobe, 7% pedra e um pequeno grupo 8% afirmou ter utilizado mais de um material como, por exemplo, tijolo maciço /tijolo furado, tijolo maciço/adobe, tijolo maciço/pedra e adobe/pedra.

Na questão “*Qual o material usado na COBERTURA de sua casa?*”, um alto percentual dos moradores menciona ter utilizado placa metálica ondulada (69%), telha cerâmica (16%), placa de fibro-cimento (3%) e laje<sup>84</sup> (3%), no resto das edificações foram utilizados mais de um material.

Os sujeitos ressaltam os aspectos positivos e negativos dos materiais usados tanto nas paredes como nas coberturas. Assim, expressam que nas *PAREDES* o adobe é econômico, mas em curto prazo apresenta fissuras, desgaste ou ninho de insetos; quanto à *COBERTURA* dizem *que* a placa metálica ondulada é econômica, durável, mas produz calor e ruído; a telha cerâmica é bonita, mas é custosa; a placa de fibro-cimento é frágil; já a laje apresenta vazamentos com frequência. Os moradores afirmam que a preferência por determinados materiais em detrimento ao uso de outros é estabelecida em função das seguintes características: tradição, durabilidade, preço baixo, fácil acesso e, sobretudo, que não seja necessária mão de obra qualificada na construção.

Do total, 90% das edificações não apresentam revestimento externo e 50% não têm revestimento interno, em consequência da falta de recursos econômicos da população. Assim, muitas moradias na atualidade encontram-se com obras paralisadas ou ainda estão em fase de construção. Essa questão é outro aspecto que gera desconforto nos moradores da comunidade.

- **Perfil dos Moradores: Dados sócio-econômicos**

A Comunidade está formada por 350 famílias, mas, na atualidade, moram no lugar só 100 famílias. O perfil dos moradores entrevistados foi bastante heterogêneo, quanto à idade e sexo.

---

<sup>84</sup> A laje foi empregada como cobertura nas moradias com previsão de ampliar um segundo pavimento.

Pode-se definir os moradores entrevistados como uma amostra heterogênea do ponto de vista socioeconômico, 45 % das famílias recebem uma renda mensal de até dois salários mínimos. Esse aspecto também reflete na tipologia de moradias construídas por estas famílias, assim, as famílias com maior renda apresentam moradias com maior número de ambientes. No gráfico a seguir podemos observar os dados específicos por salário mínimo (SM).

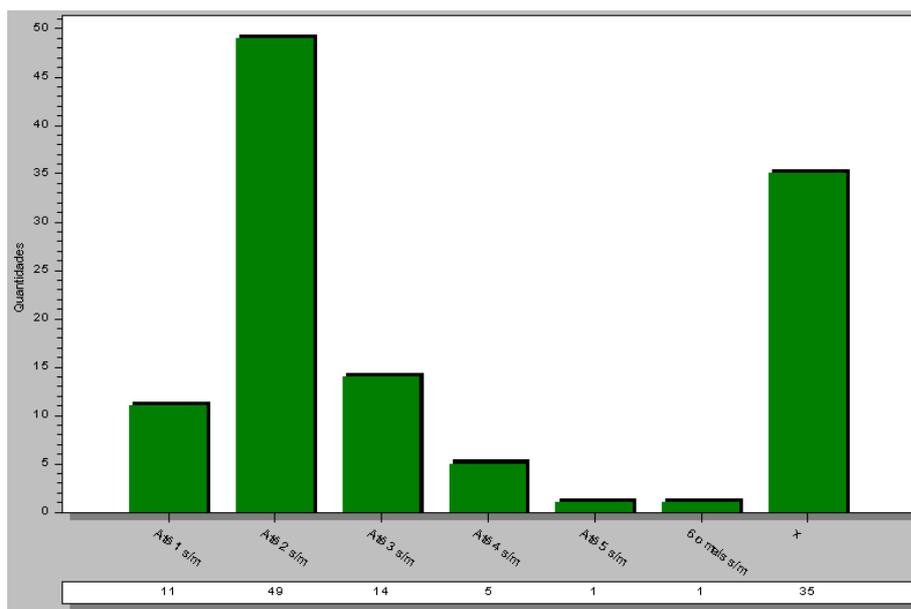


Figura 29: Gráfico de barras - Relação quantitativa Renda Familiar (Salário Mínimo SM)

A maior parte das famílias está constituída por 5 pessoas (2 pais e 3 filhos), 51% da população é de sexo feminino e 49% masculino. A faixa etária da população apresenta as seguintes características: 32% de 0 e 18 anos, 26% entre 19 e 30 anos, 34% entre 31 e 45 anos e 8% da população tem mais de 46 anos, o que representa uma população relativamente jovem. A maioria da população trabalha no setor de serviços (55%), outros como funcionários públicos (10%), comerciantes (8%), empregadas domésticas (5%); profissionais autônomos de nível superior (10%) e apenas 5% dos moradores pesquisados declarou-se desempregado. Para efeitos de categorização foram consideradas atividades que formam o setor de serviços: empregados da construção civil, motorista, segurança, trabalhadores de confecção, cabeleireiro, pequenos artesãos, dentre outras. Os empregos do setor de serviços geralmente são temporários ou eventuais, razão pela qual estas famílias não têm estabilidade econômica.

Predominam na comunidade os casos em que os chefes de família concluíram o ensino médio (35%), seguindo-se dos que não concluíram o ensino fundamental (28%) e os que não concluíram o ensino médio (22%). O número de analfabetos é pequeno, 3% dos entrevistados. Já os chefes de família que concluíram o ensino superior somam 12%.

Com referência a sua procedência, na questão *Aonde morava anteriormente?*. Um alto percentual da população afirmou que anteriormente moravam de aluguel (60%), existem outros que moravam em casa dos pais ou parentes (17%). Dessa população que morava na mesma cidade 30% residia na Zona Sul; 13%, na Zona Norte; 5%, na Zona Leste (Cochabamba/Sacaba) e 12% na Zona Oeste (Cochabamba/Quillacollo). Apenas 8% afirmaram que provém de outras províncias ou departamentos, o resto da população não respondeu a esta questão. O gráfico a seguir apresenta os resultados da procedência dos moradores.

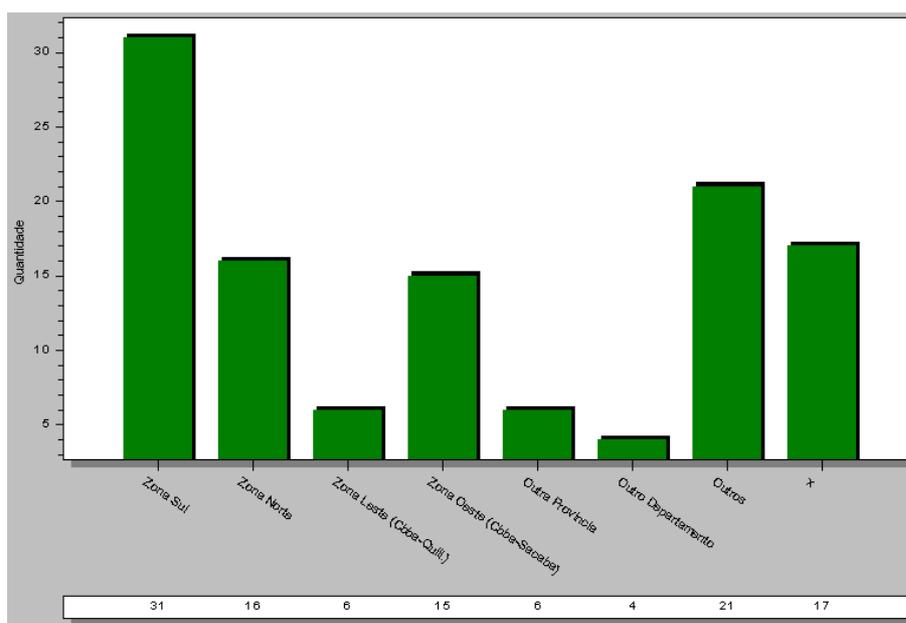


Figura 30: Gráfico de barras - Relação quantitativa  
Procedência dos moradores da Comunidade

### 3.3 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho foi desenvolvido em duas fases: primeiramente foi realizado o levantamento de campo da área de estudo, posteriormente foram realizadas a sistematização e análise do conteúdo das informações obtidas no levantamento. Convém

dizer que a triangulação dos diferentes procedimentos metodológicos foi importante para a obtenção dos resultados da apropriação dos espaços e a representação social da moradia na Comunidade Maria Auxiliadora.

### **3.3.1 Levantamento de Campo**

O levantamento de campo foi realizado em parceria com a equipe de pesquisadores do Instituto de Investigação de Arquitetura (IIA) da UMSS, nos meses de Dezembro de 2005 a Fevereiro de 2006. No mês de Dezembro foram realizadas as primeiras visitas de reconhecimento do lugar, de modo a conhecer melhor a realidade da comunidade e verificar os aspectos relativos à apropriação do espaço. Durante as visitas foram feitos levantamentos com produção de mapeamento de uso e ocupação do solo, vias de acesso e tipologias arquitetônicas das moradias; registros fotográficos das moradias, dos espaços de uso comum e do entorno urbano, coletando assim as impressões mais representativas.

Em Janeiro, fomos convidados a participar de dois eventos organizados pela comunidade, o primeiro realizado no segundo domingo do mês, numa convivência participativa entre moradores e entidades ligadas ao habitat. Neste evento foi apresentada uma exposição de cartazes fotográficos e explicativos com a história e evolução da comunidade; também foram realizados seminários de formas de acesso às moradias, a avaliação das metas e as expectativas para o futuro. No segundo evento, realizado no terceiro Domingo do mês, foi inaugurado o parque infantil, construído pelos moradores da comunidade em parceria com a H.A.M.

Seguindo o roteiro, no mesmo mês foram realizadas as entrevistas gravadas com representantes e moradores claves da comunidade; depois, foi elaborado um questionário (vide anexo 04), como instrumento da coleta de dados; posteriormente, foram realizados os primeiros testes. Após o teste foram programadas as reuniões junto a Associação de moradores, no intuito de definir as datas e formas para realizar as entrevistas. Assim, no dia 5 de Fevereiro, foram feitas as entrevistas com um morador de cada família, num evento realizado pela Associação de Moradores da Comunidade. A reunião foi prestigiada pelo diretor da escola e pároco da Igreja católica da região; por representantes do Comitê de Habitação, formado por um arquiteto e uma socióloga; por 116 pessoas, que representam as 86 famílias que moram no lugar e por 30 famílias com moradias em fase de construção -

estas últimas selecionadas aleatoriamente. A equipe de trabalho contou com doze pesquisadores, entre eles seis arquitetos e seis estudantes.

O evento foi iniciado pelas representantes da comunidade, Rose Mary Irusta (Coordenadora do Projeto) e Anna Soliz (Presidenta da Comunidade), que deram as boas vindas ao pároco e aos pesquisadores. Posteriormente, o evento ficou por nossa conta. Deu-se continuidade ao “seminário participativo” seguindo um roteiro, após realizar os protocolos necessários à orientação de como preencher os questionários, foram realizados treinamentos, com a ajuda de cartazes, solicitando aos sujeitos que dissessem 4 palavras que lhe viessem à mente em relação a expressões utilizados no cotidiano. Nas fotos abaixo, pode-se observar o roteiro do seminário.



Figura 31: Vistas do Seminário participativo – Procedimento da coleta de dados  
I. Miriam Chugar Z. 2006

Uma vez concluída a explicação, a equipe de apoio foi distribuindo um questionário e um lápis a um representante por família, posteriormente se deu a ordem para preencher os questionários, num tempo estipulado de 60 minutos, considerando 20 minutos por cada parte. A primeira parte do questionário emprega a ‘evocação de palavras’ formada por 6 perguntas; a segunda parte: Avaliação de Espaços é formada por 10 perguntas e a terceira parte é a das características sócio-econômicas, formada por 5 perguntas. Durante o evento, os participantes foram assistidos de forma individual pela equipe de pesquisadores para esclarecer as possíveis dúvidas. Na conclusão do seminário os questionários devidamente

preenchidos foram coletados por um responsável da equipe. Posteriormente, foi oferecida uma refeição a todos os moradores participantes como agradecimento pela participação. No total, foram aplicados 116 questionários.

O questionário foi um importante instrumento de pesquisa. Ele foi estruturado em quatro partes e com diferentes formas de perguntas para estabelecer um sistema complementar e, assim, facilitar as interpretações dos resultados com maior segurança. Na primeira parte do questionário, relacionada à “*representação social da moradia*”, foi aplicada a técnica de evocação de palavras, solicitando ao entrevistado que enuncie as quatro primeiras palavras que lhe vem à mente quando escuta a palavra *MORADIA*; posteriormente, pedimos que indiquem as duas palavras mais importantes das quatro evocadas e justificassem o porquê de sua escolha. De acordo com a ordem de importância atribuída pelo sujeito, esta hierarquização é um complemento para uma melhor interpretação “e produzirá uma nova ordem de dados, que, associada ao cálculo das freqüências, constitui-se num dos critérios para a determinação dos elementos centrais e periféricos”. (OLIVEIRA, 8:575-577).

Na mesma seqüência seguem as palavras *COBERTURA* e *PAREDE*, estes dois últimos termos indutores foram incluídos como parte da pesquisa da equipe do IIA-UMSS.

Na segunda parte do questionário que apresentava 10 questões foram empregadas perguntas abertas com intenção de avaliar os espaços físicos e funcionais da moradia. As perguntas abertas possuem um caráter discursivo, refletem uma abordagem empírica do uso da moradia, desperta um conteúdo similar a breves relatos, originando um material reflexivo que, superposta aos resultados do núcleo central da representação social da moradia, sustenta as afirmações, as suposições e os pensamentos originados nas discussões, o que propicia uma boa análise. A terceira parte envolve um registro das características sócio-econômicas, demográficas e o perfil dos moradores.

### **3.3.2 Apresentação e Análise dos Resultados**

A técnica de tratamento de dados adotado para a análise da estrutura da representação social da moradia foi a de construção do “*Quadro de quatro casas*”, proposta por Pierre Vergés (1994 apud OLIVEIRA 2005:589). Para sua construção foi realizada a categorização de uma pré-análise das respostas evocadas, depois este corpus foi

submetido ao programa “EVOC”<sup>85</sup>, software específico para este tipo de tratamento de dados. Os demais dados recolhidos da segunda e terceira parte do questionário foram compilados no software “EPI INFO”, versão 3.3.2/2005, originando o banco de dados, a partir do qual foi possível prosseguir com a pesquisa.

Foram coletadas 452 evocações (documento com palavras categorizadas - vide anexo 05). Como as manifestações são inúmeras e diversas foi realizado um trabalho de aproximação semântica em conjunto à frequência de pronunciamentos, assim foram unificados termos que possuíam a mesma essência no seu conteúdo. Por exemplo, quando o morador evoca ‘bem-estar’ e um outro diz ‘comodidade’, percebemos que o conteúdo da afirmação possui o mesmo significado. Esta unificação foi realizada preservando as palavras de maior frequência. No caso apresentado ‘bem-estar’ aparece com maior frequência, então ‘comodidade’ foi quantificada como ‘bem-estar’. Outro exemplo marcante foi ‘segurança’, ‘seguro e confiável’, a primeira apareceu com maior frequência, conseqüentemente ‘seguro e confiável’ foram transformados em ‘segurança’, nessa seqüência seguiram as demais palavras. Uma vez categorizadas foram registradas 46 palavras diferentes, constituindo um dicionário, que posteriormente foi processado pelo software “EVOC”.

O resultado encontrado segue uma relação entre a frequência e a ordem média de evocação das palavras pronunciadas, formando os valores dos eixos x e y que no seu cruzamento determinam os limites de cada quadrante. (OLIVEIRA, 2005:581). Esta organização resulta em uma estrutura dividida em quatro quadrantes. O primeiro quadrante apresenta muito provavelmente elementos do núcleo central da representação, o quarto quadrante apresenta os elementos periféricos, o terceiro e segundo quadrante caracterizam a periferia próxima, palavras que flutuam entre o núcleo central e o sistema periférico.

---

<sup>85</sup> Conjunto de programas articulados, que realizam a análise estatística das evocações, e servem de base para a construção do quadro de quatro casas.

<b>Primeiro quadrante</b> ≥ Freqüência < Ordem média de evocação	<b>Segundo quadrante</b> ≥ Freqüência ≥ Ordem média de evocação
<b>NÚCLEO CENTRAL</b> Agrupa os elementos mais freqüentes e mais importantes.	<b>1ª Periferia</b> São encontrados os elementos periféricos mais importantes.
<b>Terceiro quadrante</b> < Freqüência < Ordem média de evocação	<b>Quarto quadrante</b> < Freqüência ≥ Ordem média de evocação
<b>Elementos de contraste</b> São encontrados os elementos com baixa freqüência, mas considerados importantes pelos sujeitos.	<b>SISTEMA PERIFÉRICO</b> 2ª periferia é constituída pelos elementos menos freqüentes e menos importantes, porém, mais próximos do cotidiano dos moradores.

Quadro 06: Estrutura do Quadro de quatro Casas

As palavras com maior freqüência, ou maior saliência, foram as seguintes: casa (56), família (35), obra (34), cozinha (31), dormitório (30), banheiro (30), lar (23), sala (23), abrigo (21), e infra-estrutura (21). Portanto, o elemento que, provavelmente, constitui o núcleo central da representação social da *MORADIA* é a evocação ‘casa’, ou seja, para os moradores da Comunidade Maria Auxiliadora, os atributos empíricos relacionados à moradia se organizam em torno da palavra ‘casa’. Assim, as características sócio-culturais que determinam hábitos e valores do grupo social, atribuem um sentido relacionado a ‘casa’, como uma necessidade básica e indispensável para o ser humano. Este sentido, por sua vez, influencia a construção da imagem que esta ‘casa’ possui na mente destes moradores, pois o núcleo central não é determinado apenas pelas idéias individuais dos moradores, ‘casa’ e indivíduos se influenciam mutuamente, “(...) não existe separação entre o universo externo e universo interno do indivíduo (ou do grupo). Sujeito e objeto não são forçosamente distintos (...)” (MOSCOVICI, 1969:09, In Abric 1998).

A palavra ‘casa’ é determinada por três vertentes: pela natureza da própria essência da palavra; pelo que representa para a população uma “*necessidade básica, indispensável a todo ser humano*” e pelo contexto social que configura o atual momento dos moradores da comunidade. Os três elementos constroem uma imagem para esta ‘casa’ sintetizando as diferentes características que foram atribuídas à moradia. Segundo Abric (1988), o núcleo central é determinado, de um lado, pela natureza do objeto representado, de outro, pelo tipo

de relações que o grupo mantém com este objeto e, por fim, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo.

Assim, a sociedade em seu conjunto, além, de receber influência de diversos elementos para a construção dos sentidos da ‘casa’ através dos meios de comunicação, leis, educação coletiva, cultura, história social, etc. também é influenciada por condicionantes individuais, história de vida, valores individuais, formação educativa e familiar, conhecimento adquirido, e outros condicionantes. Porém, a essência natural que a palavra ‘casa’ carrega ao longo da história na sociedade quando estabelece a relação com os moradores também influencia a construção da imagem desta ‘casa’ evocada por eles. A representação social não segue esta ordem específica, os elementos oscilam em maior ou menor grau de importância dependendo do atual momento sociológico do grupo e do objeto.

ORDEM MÉDIA: 2,5

FREQÜÊNCIA MÍNIMA: 10

FREQÜÊNCIA MÉDIA: 38

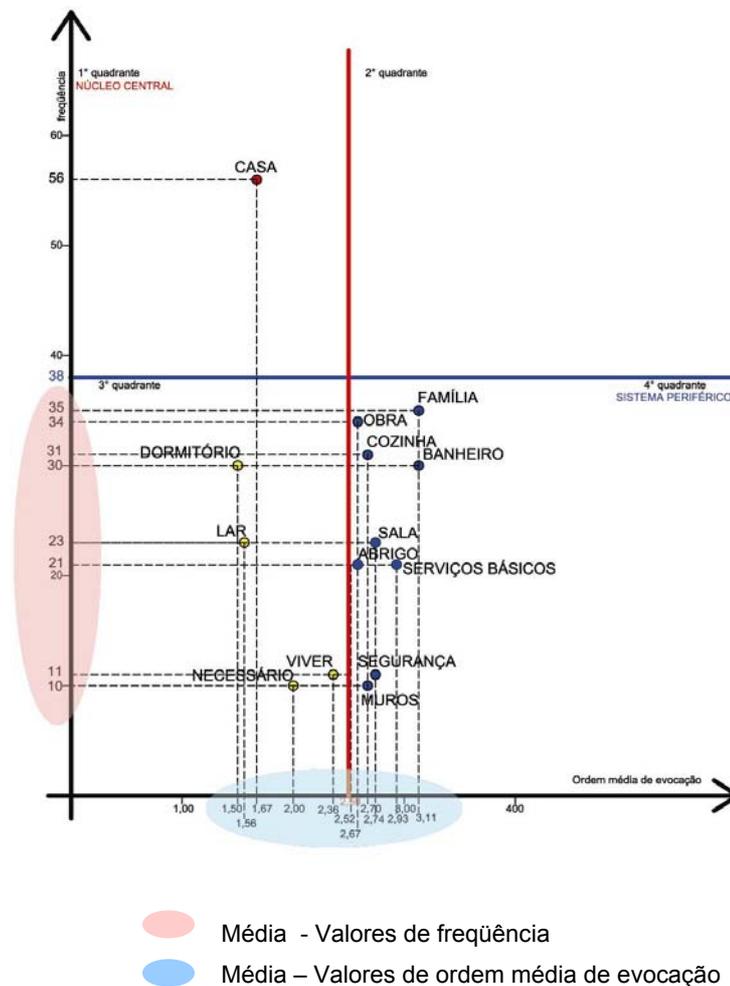


Figura 31: Organização estrutural do núcleo central

O gráfico que apresentamos visualiza a relação espacial entre as palavras seguindo os respectivos valores de freqüências e ordem média de evocação. O eixo vertical representa a freqüência de pronunciamento e o horizontal a ordem média de evocação. As freqüências elevadas atribuem um caráter coletivo na palavra, como é o caso de 'casa'; uma elevada ordem média de evocação caracteriza individualidade na palavra, como 'banheiro', 'família', 'infra-estrutura', 'muros', 'sala', 'cozinha' e 'obra'.

Observa-se que a palavra 'casa' apresenta uma freqüência elevada: é a única expressão do grupo, possui um caráter coletivo. Portanto, ela organiza os diferentes sentidos evocados e é visualmente o núcleo central estruturante da representação social da moradia, portanto, apresenta-se como o elemento organizador de todo pensamento intuitivo dos moradores de Maria Auxiliadora.

O procedimento de hierarquização das evocações por ordem de importância conferida pelos sujeitos e suas respostas complementares quando estes justificam o porquê de sua escolha, foram dados importantes que possibilitaram compreender como a imagem desta 'casa' se apresenta na mente dos moradores. Assim, conforme o quadro abaixo, 56% do grupo entrevistado associam 'casa' com MORADIA, gerando três categorias: "Moradia Casa"; "Moradia Casa própria" e "Moradia Casa concluída".

Palavras evocadas por ordem de Importância	Justificação Do porquê da sua escolha
<b>(42) Casa</b>	Lugar para morar Lugar íntimo, onde se desenvolve a família. Lugar de repouso e descanso. É uma necessidade indispensável ao homem, pois sem ela não dá para viver.
<b>(11) Casa própria</b>	Para morar com tranquilidade Para morar em liberdade Sonho da família
<b>(3) Casa concluída</b>	Para ter um mínimo de conforto

Quadro 07: Núcleo Central - Procedimento de Hierarquização e justificação das evocações

MORADIA associada à 'casa' como 'uma necessidade indispensável ao homem' e que 'sem ela não dá para viver'; como 'um lugar para morar', 'lugar íntimo onde se desenvolve a família' e 'lugar de repouso e descanso'. Isso significa que a casa é, para os moradores da Comunidade Maria Auxiliadora, um espaço vital e imprescindível a sua existência; é um bem primário; um lugar íntimo onde se desenvolve a vida privada da família e que satisfaz uma grande quantidade de funções vitais (lazer, repouso e serviços), sociais e culturais; nela a família se desenvolve física emocional e espiritualmente.

A associação de MORADIA com a 'casa própria', se justifica devido às seguintes declarações: é um lugar 'para morar com tranquilidade' ou 'para morar em liberdade'. Isso significa que não terão despesas de aluguel nem terceiras pessoas regulando os usos de serviços básicos e espaços comuns. Quando a vêem como 'sonho da família' é porque para eles a casa própria representa resguardo, proteção, segurança, conforto e estabilidade, ou seja, aquilo que todo ser humano necessita para desenvolver-se satisfatoriamente; além de representar um bem econômico que desenvolve algo que é essencial para o ser humano: a dignidade. Como afirma Roger Lafforest "A casa é um complemento necessário ao homem. Nem tanto por uma questão de conforto, mas para garantir a segurança moral" (LAFFOREST, 1991:13 apud BERGAN, 2005:60).

A associação MORADIA e 'casa concluída', expressada por afirmações como é 'para ter um mínimo de conforto', representa os desejos e a necessidade dos moradores de ter uma casa concluída, pois, na atualidade, 90% das edificações se encontram ainda em construção; além do mais, existem moradias simplificadas a um ambiente de uso múltiplo adjunto a um banheiro provisional tipo puxado, porém que prejudicam o bem-estar da família, provocando desconforto devido aos espaços reduzidos, poeira, sujeira provenientes das obras inconclusas. Como explicamos anteriormente, Maria Auxiliadora é uma Comunidade autoconstruída, de forma progressiva e em função dos recursos econômicos de cada morador.

O núcleo central é uma forma de organizar os diversos elementos da representação social para a busca de interpretações pertinentes, estruturadas por um mecanismo lógico. Por sua vez, os elementos periféricos possibilitam inúmeras interpretações, mas focalizados na palavra 'casa' recebem um valor, um caráter específico, sustentado pelo núcleo central. O sistema periférico possui uma maior aproximação com o indivíduo, se comparado ao núcleo central, são manifestações mais imediatas da representação, "cuja determinação é mais individualizada e contextualizada. Mais associado às características individuais e ao contexto imediato e contingente, nos quais os indivíduos estão inseridos". (ABRIC, 1998).

O quarto quadrante está constituído pelo sistema periférico e apresenta as seguintes palavras: *'família', 'obra', 'cozinha', 'banheiro', 'sala', 'abrigo', 'infra-estrutura', 'segurança' e 'muros'*, esses elementos representam as manifestações individuais e imediatas dos moradores e “constituem o essencial do conteúdo da representação”. (ABRIC, 1998). O sistema periférico estabelece a concretização da representação social com a realidade, é a ponte entre o núcleo central *'casa'* com a realidade dos moradores de Maria Auxiliadora. “Permite uma adaptação, uma diferenciação em função do vivido, uma integração das experiências cotidianas. Eles permitem modulações pessoais em referência ao núcleo central comum, gerando representações sociais individualizadas. Bem mais flexível que o sistema central, ele protege este último de algum modo, permitindo a integração de informações e até de práticas diferenciadas”. (ABRIC, 1998).

A periferia próxima oscila entre o núcleo central e sistema periférico e é constituída pelos elementos do segundo e terceiro quadrante. O gráfico de resultados apresenta o segundo quadrante sem nenhum elemento e o terceiro quadrante constituído das palavras: *'dormitório', 'lar', 'viver' e 'necessário'*.

Os elementos periféricos se mostram representativos na relação empírica entre indivíduo e moradia explicitando valores e necessidades cotidianas da população de Maria Auxiliadora, através de dois sentidos vinculados à moradia: um está relacionado à questão do “*espaço físico*”, o outro associado ao estado “*simbólico*”; os dois são dependentes entre si, e traduzem os resultados referentes à qualidade de espaço, formas de apropriação e necessidades físicas presentes na moradia.

- **O núcleo central *'casa'* e a relação com *'espaço e conforto'***

As relações existentes entre sujeito e objeto representadas pelo morador e a moradia levaram a população da Comunidade a evocar a palavra *'casa'*. A principal busca foi para compreender a satisfação dos moradores em relação a *'espaço e conforto'*, ou seja, estudar os níveis referentes à habitabilidade que apresentam as edificações, entremeados às relações sócio-culturais dos moradores que estimulam formas de apropriação do ambiente construído. O morador associa de forma subjetiva a relação que existe entre espaço e conforto, assim, os aspectos psicológicos foram muito relevantes nas manifestações, pois estas expressam diretamente o estado de *'bem-estar'* do indivíduo vinculado à satisfação pela moradia.

Pode-se considerar que os moradores vinculam as expectativas da moradia associadas a *'espaço e conforto'* com as condições do *'espaço físico'* construído. Assim, o fato de *'obra'*, ter aparecido com a segunda maior frequência no sistema periférico e o sétimo lugar em importância em função da ordem média de evocações expressa uma manifestação atual e imediata de necessidades presente no cotidiano dos moradores, que vinculada a *'casa'*, são complementadas a partir de elementos de descrição física, como *'cozinha'*, *'banheiro'* e *'sala'*, ambientes relacionados diretamente à questão de espaço construído. Estas palavras apresentam respectivamente em ordem de importância a terceira, quarta e quinta maior frequência do quadrante e sexto, primeiro e quinto lugar em importância em função da ordem média de evocações. O quadro 08 apresenta o procedimento de hierarquização das evocações por ordem de importância e a justificação das mesmas.

*MORADIA* associada a *'obra'* é o que há de mais presente no cotidiano dos moradores da Comunidade, seja pela necessidade de ampliação de espaços, pela necessidade de concluir as obras seja pela aspiração de construir a casa própria. A maior parte é justificada pelos moradores como - *'necessidade de construir mais ambientes'*, *'necessidade de materiais para construir'* e *'dinheiro para concluir as obras'*. A demanda por espaços se refere principalmente aos seguintes ambientes: a *'cozinha'*, justificada pelos moradores como *'ambiente indispensável da casa'* e *'lugar onde se preparam os alimentos'*; *'banheiro'*, justificada como *'ambiente imprescindível e essencial da casa'*, *'para cuidar da higiene e da saúde'* e *'para realizar as necessidades fisiológicas'*; a *'sala'*, justificada como *'lugar de reunião familiar'* e *'lugar de convivência da família e os amigos'*. Quando questionados sobre o assunto, os moradores expressam que muitos deles ainda moram em um ambiente múltiplo com superposição de atividades, outros afirmam que o fato de a edificação ainda não estar concluída gera desconforto.

Assim retomamos a fala de um morador

*"A casa concluída e mobiliada é confortável". (M - A)*

<b>Palavras evocadas por ordem de Importância</b>	<b>Justificação O porquê da sua escolha</b>
<b>(34) Obra</b>	-Necessidade de materiais para construir -Necessidade de construir mais ambientes -Dinheiro para concluir as obras
<b>(31) Cozinha</b>	-Lugar onde se preparam os alimentos -Ambiente indispensável da casa
<b>(30) Banheiro</b>	-Ambiente imprescindível e essencial da casa -Para cuidar a higiene e a saúde -Para realizar as necessidades fisiológicas
<b>(23) Sala</b>	-Lugar de reunião familiar -Lugar de convivência da família e os amigos.
<b>(21) Infra-estrutura</b>	-Melhorar rede de esgoto, energia elétrica pública e coleta de lixo. -Necessidade de sistemas de drenagem de águas pluviais,
<b>(10) Muros</b>	-Proteção da casa -Protege das inclemências do tempo
<b>(35) Família</b>	-Forma parte do lar -Casal e filhos que moram na mesmo lar -Importante na vida, para viver feliz.
<b>(21) Abrigo</b>	-Refúgio para a família -Um lugar de refúgio -Um teto para proteção da família -Protege contra as inclemências do tempo
<b>(11) Segurança</b>	-Dentro da moradia -Importante para a família -Gera tranquilidade -A casa própria transmite segurança

Quadro 08: Sistema Periférico - Procedimento de Hierarquização e justificação das evocações

Os elementos *'infra-estrutura'* e *'muros'* também formam parte de *'obra'*. Apresentam a menor frequência do quadrante e o terceiro e quarto lugares em importância quanto a

ordem média de evocações. *'Infra-estrutura'*, representa o conjunto das instalações básicas necessárias às atividades humanas como rede de esgoto e abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar, coleta de águas pluviais, coleta de lixo e rede telefônica, mas, no momento expressam necessidades insatisfeitas. *'Muro'*, provavelmente, expressa a representação de uma necessidade física da *'casa'*, ligada à privacidade e *'segurança'*. Constatou-se um grande número de moradias com muros perimetrais provisórios ou sem eles. Assim, esta dedução é sustentada pelo procedimento de hierarquização e justificação conferida pelos sujeitos.

*'Infra-estrutura'* como parte da *'obra'* é justificada com expressões como *'melhorar a rede de esgoto, energia elétrica pública e coleta de lixo'* e *'necessidades de sistemas de drenagem de águas pluviais'*. *'Muros'* justificados como *'proteção da casa'* e como aquilo *'protege das inclemências do tempo'*. Quando questionados sobre o assunto, um morador expressa:

*"Quando a casa tem muros, apresenta maior privacidade e segurança para a família". (M - B)*

Assim, a falta de espaço físico expressa nos valores intuitivos dos moradores é evidenciada nas respostas complementares e nas visitas realizadas ao lugar, onde observamos que a maioria das edificações está em construção, outras apresentam obras inconclusas pela falta de recursos econômicos enquanto outras estão simplificadas a um ambiente de uso múltiplo adjunto a um banheiro provisional tipo puxado.

*'Família'*, *'abrigo'*, e *'segurança'* representam um sentido simbólico; são elementos que complementam o sistema periférico. *'Família'*, apresenta elevada frequência e o segundo lugar em importância em função da ordem média de evocações. Esse elemento faz referência às pessoas que vivem na mesma casa, particularmente o casal e os filhos ou pessoas unida por laços de parentesco formando parte do mesmo lar. O elemento *'abrigo'*, apresenta uma frequência média e penúltimo lugar em função da ordem média de evocações, representada como um lugar que abriga, um lugar de refúgio que oferece proteção contra os rigores do sol, chuva e vento. *'Segurança'*, apresenta a menor frequência do quadrante e o último lugar em importância em função da ordem média de evocações.

*Moradia* associada a *'família'* expressa: a família que *'forma parte do lar'*, *'casal e filhos que moram na mesmo lar'* e *'importante na vida, para viver feliz'*. *Moradia* associada a *'abrigo'* é justificada como *'refúgio para a família'*, *'um lugar de refúgio'*, *'um teto para*

*proteção da família*' e como *'proteção contra as inclemências do tempo'*. *Moradia se associa a 'segurança'*, para os moradores provavelmente por significar segurança *'dentro da moradia'*, que é *'importante para a família'*, e, além disso, *'a segurança gera tranquilidade'*. Um morador define a palavra com o seguinte sentido simbólico:

*"A casa própria transmite segurança". (M – C)*

A primeira periferia não apresenta nenhum elemento. Os elementos de contraste são evocações com baixa frequência, mas considerados importantes pelos entrevistados. Assim *'dormitório'* está associado ao *'espaço físico'* construído, e apresenta a maior frequência do quadrante, associada pelos moradores como *'lugar de descanso'*; a palavra *'lar'* apresenta a segunda maior frequência do quadrante, expressa o sentido simbólico relacionado com a *'casa de habitação, a família, o espaço construído como abrigo para a família'*. As palavras *'necessário'* e *'viver'* são expressões complementarias associadas à moradia. Assim um morador expressa a respeito:

*"A casa própria é necessária para viver sem pagar aluguel". (M – D)*

O estudo da habitação popular está vinculado a um universo de questões diferenciadas, que não podem ser tratadas independentes umas das outras. Morar não se resume apenas ao espaço construído, está relacionado com a compatibilidade sócio-cultural na busca da satisfação emocional. Assim, os projetos que são desenvolvidos considerando a relação existente entre espaço e os valores sócio-culturais da população proporcionarão um estado de *'bem-estar'* mais pleno.

A Teoria das Representações Sociais foi um instrumento importante para captar dados empíricos transmitidos de forma espontânea, facilitando a compreensão das reais reivindicações do momento dos moradores da Comunidade Maria Auxiliadora. Com a interpretação dos resultados é possível sugerir novas alternativas de projetos progressivos de habitação popular que atendam a qualidade física da moradia e o bem estar de seus ocupantes. Assim, se possibilitará à população de baixa renda o acesso a uma moradia habitável, confortável e que apresente espaços adequados e funcionais. O *"desenvolvimento humano"* está relacionado estreitamente com a qualidade de vida da população. Por isso, a habitação deve ser erigida a partir da necessidade de construir para abrigar as atividades humanas e propiciar um nível de bem-estar, pois o estar bem não decorre apenas do conforto funcional dado pela habitação, mas também pode afetar e acolher as dimensões do imaginário e do simbólico.

- **O Espaço e Conforto na ‘representação da moradia’**

Segundo levantamento físico, a Comunidade Maria Auxiliadora apresenta tipologia de lotes de 200 m<sup>2</sup> a 300 m<sup>2</sup> de áreas de terreno. As dimensões e características destes terrenos expressam qualidade de espaços para a edificação de moradias uni-familiares, e apresentam alternativas diversas de projeto. Mas, no levantamento físico do lugar, verificamos tecnicamente a falta total de organização para a apropriação de espaço, provavelmente pela falta de planejamento do projeto ou pela falta de orientação técnica, pois, na autoconstrução as edificações são realizadas de forma gradual. Assim, para iniciar uma edificação, os moradores definem o lugar para construir o primeiro ambiente de forma intuitiva, sem planificar nem prever os ambientes futuros, com isso, o produto final apresenta a tipologia “*medias águas*” ou do tipo puxados.

Quanto ao ‘*espaço construído*’, também existem deficiências, já que um alto percentual das moradias possui uma redução de áreas às vezes simplificadas a um ambiente de uso múltiplo, adjunto a um banheiro provisional, tipo puxado, gerando superposição nas atividades cotidianas dos moradores. Assim, quando os sujeitos evocam ‘*cozinha, banheiro, sala e dormitório*’ provavelmente expressam a necessidade destes ambientes para realizar as funções vitais do cotidiano. Essas características são apresentadas nas figuras a seguir.



Figura 33: Tipologia de casa térrea - tipo puxado um ambiente múltiplo e banheiro

A forma como os moradores descrevem suas moradias é outra característica importante para avaliar a representação da moradia. Assim, as perguntas abertas da segunda parte do questionário, foram aplicadas para registrar pronunciamentos individuais e diversificados, referentes à descrição da moradia associada a ‘*espaço e conforto*’. Para estabelecer uma análise, foi necessário criar categorias em função de semelhanças no

conteúdo das respostas. Após a categorização foram sistematizadas no programa “EPI INFO”.

### **Questão 01 - Qual o ambiente de sua casa que você mais gosta? Por quê?**

Com referência a esta questão, as avaliações que os moradores fazem sobre os ambientes possuem íntima relação com as atividades cotidianas associadas às necessidades de espaço e conforto. Expressando aspectos positivos em seus discursos. Assim, o ambiente preferido pelos moradores é a sala (30%) seguida do dormitório (30%). A preferência pela sala é por ser um *‘lugar de reunião familiar, lugar de descanso e recreação (assistir TV), e um lugar de convivência da família e os amigos’*. Alguns moradores demonstram preferência pelo dormitório por ser *‘lugar de repouso, descanso e privacidade’*. A preferência pelo pátio e jardim (11%) acontece porque este é um *‘lugar livre, amplo, fresco e arejado’*. A preferência pela cozinha é de 9% do total, por ser um *‘lugar onde permanecem por mais tempo, para preparar as refeições ou pela convivência familiar na hora das refeições’*. Apenas 3,5% expressaram a preferência por outros ambientes, como o banheiro, a oficina ou a despensa, que são *‘lugares necessários para a família’*. O resto da população não respondeu essa pergunta, pois afirmaram gostar de tudo, já que, para eles são espaços imprescindíveis da casa.

### **Questão 02: Qual o ambiente de sua casa que você menos gosta? Por quê?**

As avaliações referentes a esta questão estão associadas com obras não concluídas, ligadas ao desconforto. Por isso, os sujeitos ressaltam os aspectos negativos em seus discursos, enfatizando, em alguns casos, a descrição física dos ambientes mencionados. Dos entrevistados, 30% afirma que não gosta do pátio e jardim, porque no momento atual essas áreas carecem de tratamento físico, *‘não tem piso, desprendem muita terra, portanto não são aconchegantes’*; 13% não gosta do banheiro, porque *‘a obra não está concluída, desprende maus odores, portanto é um lugar desconfortável além de sua obra ser muito custosa, mantê-lo exige trabalho’*; 7% não gosta da cozinha, porque *‘é um ambiente pequeno e quente, ainda outros moradores expressam ‘a obra não está concluída portanto é desconfortável’, além do mais ‘é custosa e manter dá trabalho’*; 9% expressaram não gostarem do ambiente sala, dormitório ou oficina, porque *‘as obras ainda não estão concluídas, por isso, são desconfortáveis’*, outros sujeitos afirmam que são ambientes pouco

usados. Ainda um número menor de moradores (7%) afirma gostar de tudo, justificando que construíram com muito sacrifício. Assim um morador expressa a respeito:

*“Gostamos da casa toda, pois o que temos construímos com muito sacrifício, além do mais pertence à família”. (M – E)*

Outro sujeito complementou afirmando:

*“Como não gostar do que a gente tem?”.(M – F)*

O restante da população não respondeu expressando que ainda não tem os ambientes básicos da moradia, pois habitam num ambiente múltiplo, sobrepondo as atividades cotidianas.

### **Questão 03: Qual o ambiente de sua casa onde a família permanece por mais tempo?**

As avaliações referentes a esta questão são similares às respostas da questão 01, e estão relacionadas também com as atividades cotidianas associadas às necessidades de espaço e conforto. Assim, um alto percentual dos moradores expressa que a família permanece por mais tempo na sala (34%); seguido pelo dormitório (28,50%); em menor proporção afirmam que a família fica mais tempo na sala de jantar (9,50%); na cozinha (7%); outros afirmam ainda que ficam mais tempo no pátio, na oficina ou em todos os ambientes (9%); o restante da população afirma que como não tem escolha ficam no único cômodo múltiplo existente na casa.

### **Questão 04: Que ambientes considera como mais importantes na sua casa?**

As avaliações referentes a esta questão são complementarias e associadas às necessidades de espaço e conforto. Assim, os moradores expressaram com respostas específicas que condicionam as necessidades dos moradores em relação ao espaço construído na moradia. Assim afirmam que os ambientes mais importantes da casa são os seguintes: dormitório (18%); sala (11%) e cozinha (5%); sendo que um alto percentual da população (45%) considera mais de dois ambientes como importantes na moradia - quarto/sala, quarto/banheiro, quarto/cozinha, cozinha/banheiro, cozinha/sala - pátio/jardim (2%) e oficina (2%) por ser um lugar de trabalho; o restante da população (17%) considera

todos os ambientes da casa como importantes, expressando que “*para desenvolver as atividades vitais de repouso, estar e serviços, é importante ter uma moradia que apresente os ambientes mínimos necessários*”. Assim, as referências das atividades domésticas setorizam os espaços na moradia, mas a concepção básica dos ambientes habitacionais além de responder as necessidades básicas, também deve responder a convivência em função da sua identidade cultural.

- **Moradia e conforto: Aspirações do morador**

As questões a seguir estão relacionadas ao espaço e conforto nas moradias como parte do estudo das Representações Sociais. A descrição dos moradores com referência ao assunto foi diversa, expressando necessidades e aspirações.

**Questão 05: Na sua opinião, o que é morar com conforto?**

Com referência a esta questão, as respostas dos moradores foram diversas, portanto, em função da similitude de significados foram categorizadas em doze. Assim, neste conjunto de respostas foram registradas manifestações do tipo: morar com conforto é ‘*ter todos os ambientes básicos*’ (22%); ‘*ter comodidade e estabilidade*’ (22%); ‘*ter casa própria*’ para ter ‘*independência e tranquilidade*’ (16%); outro grupo dos moradores expressou com manifestações diversas que é - ‘*ter casa ampla e cômoda*’ ou ‘*ter todos os móveis básicos da casa*’ (6%). Esse conjunto de respostas expressa manifestações de necessidades e desejos presentes no cotidiano, condicionando aspectos relacionados à obtenção ou posse para que haja bem-estar.

(...) A habitação é um espaço indispensável para desenvolver o bem-estar do homem, portanto para se habitar, deve se ter - *habitação satisfatória* - que responda as necessidades do grupo social a que pertence (...) (Brandão, 2005).

Nesta segunda categoria, encontram-se respostas que condicionam aspectos simbólicos como ‘*morar com a família com paz e amor*’ (8%); ‘*morar com dignidade*’, ‘*morar sem problemas*’ ou ‘*morar satisfeito*’ (9%); um grupo menor expressou que morar com conforto é ‘*morar em local limpo*’ (3%); houve um número menos expressivo de moradores que não souberam responder essa pergunta.

Considerando que a palavra conforto tem conotações objetivas e subjetivas, ela inclui diversas categorias de sentido - privacidade, convivência, bem-estar físico e emocional. Assim, o conceito de conforto aplicado neste contexto pode ser entendido como a avaliação das exigências humanas dentro do ambiente construído. Portanto concluímos que as necessidades expressadas pelos moradores estão relacionadas com espaço e associadas ao conforto.

**Questão 06: O que gostaria de melhorar na sua casa? Por quê?**

As avaliações referentes a esta questão estão associadas com obras não concluídas, ligadas ao desconforto. Portanto, os sujeitos ressaltam os aspectos negativos em seus discursos, enfatizando as necessidades físicas da moradia. Assim, mais da metade dos moradores declaram que gostariam de melhorar *'tudo'* (54%) *'para o bem-estar da família'* ou *'para morar com dignidade'*; estas afirmações condicionam aspectos simbólicos. Um grupo menor de moradores (13%) afirma que gostaria de melhorar a *'cozinha e banheiro'* porque *'ainda não estão concluídos'*, pois *'concluídos e mobiliados são confortáveis'* e *'melhoram o conforto da família'*. Um outro grupo (13%) afirma que gostaria de *'construir mais ambientes'* e *'ampliar espaços'* para *'comodidade e privacidade da família'*, porque muitos moradores ainda *'moram num ambiente múltiplo'*. O restante da população respondeu com manifestações variadas, associadas à obra, muitos afirmaram que gostariam de melhorar *'o pátio e jardim'*, *'a obra fina'*, *'os acabamentos'*, *'a rede de esgoto'* enquanto outros manifestaram que gostariam de *'construir muros divisórios'*. Todas estas manifestações são justificadas pelo fato de *'a casa ainda estar em obra ou não estar concluída'*. Nessa questão, todas as manifestações expressaram necessidades associadas à obra. Pode-se deduzir que todos esses aspectos refletem na falta de bem-estar das famílias de Maria Auxiliadora.

Neste estudo foi realizada uma segunda análise. Para esse fim, os questionários foram separados em dois grupos: o primeiro é constituído por 86 questionários de sujeitos com moradias implantadas já residentes na comunidade; o segundo grupo formado por 30 questionários de sujeitos com moradias em fase de construção que ainda não moram no lugar. Os quadros a seguir apresentam os resultados encontrados. Cabe dizer que os elementos em negrito correspondem àquelas palavras que se repetem nos resultados dos dois grupos:

### GRUPO 1

ORDEM MÉDIA: **2,5**

FREQÜÊNCIA MÍNIMA: **8**

FREQÜÊNCIA MÉDIA: **31**

Primeiro quadrante <b>NÚCLEO CENTRAL</b>			Segundo quadrante.		
Palavras	Freq.	O. M. E.	Palavras	Freq.	O. M. E.
<b>Casa</b>	<b>39</b>	<b>1,625</b>			
Terceiro quadrante.			Quarto quadrante <b>SISTEMA PERIFÉRICO</b>		
Palavras	Freq.	O. M. E.	Palavras	Freq.	O. M. E.
Ambientes	9	2111	<b>Abrigo</b>	15	2,533
<b>Dormitório</b>	24	2,089	<b>Banheiro</b>	24	3,083
<b>Lar</b>	17	1,412	<b>Cozinha</b>	26	2,731
Viver	8	2,125	<b>Família</b>	24	2,958
			<b>intra-estrutura</b>	17	3,048
			Obra	6	2, 833
			Sala	8	2,875

Quadro 09: Organização estrutural do núcleo central

Observa-se nos dois resultados que o elemento que provavelmente constitui o núcleo central é a evocação 'casa' igual ao resultado da primeira análise, apresentada anteriormente. O sentido atribuído para esta palavra tem um significado fortemente marcado por expressões como 'uma necessidade indispensável ao homem' e 'casa própria', por sua vez, como 'sonho de toda família'. Este resultado revela também a realização de um sonho conquistado, mesmo com as dificuldades encontradas no percurso. Cabe ressaltar que o

primeiro grupo de sujeitos, que já mora no lugar, complementou justificando com a expressão ‘casa concluída’.

## GRUPO 2

ORDEM MÉDIA: 2,5    FREQUÊNCIA MÍNIMA: 4    FREQUÊNCIA MÉDIA: 12

Primeiro quadrante <b>NÚCLEO CENTRAL</b>			Segundo quadrante.		
Palavras	Freq.	O. M. E.	Palavras	Freq.	O. M. E.
<b>Casa</b>	<b>16</b>	<b>1,625</b>			
Terceiro quadrante.			Quarto quadrante <b>SISTEMA PERIFÉRICO</b>		
Palavras	Freq.	O. M. E.	Palavras	Freq.	O. M. E.
<b>Cozinha</b>	5	2,400	<b>Abrigo</b>	6	2,500
<b>Dormitório</b>	4	1,532	<b>Banheiro</b>	7	3,429
<b>Infra-estrutura</b>	6	2,054	Educação	4	2,500
<b>Lar</b>	5	2,200	<b>Família</b>	9	3,444
<b>Segurança</b>	5	2,032	<b>Obra</b>	6	2, 833
			Sala	8	2,875

Quadro 10: Organização estrutural do núcleo central

Com referência à periferia próxima constituída pelo segundo quadrante, nos gráficos apresentados, podemos observar que ambos grupos não apresentam nenhum elemento. No terceiro quadrante, constituído pelos elementos de contraste, o primeiro grupo apresenta as evocações ‘ambientes’, ‘dormitório’, ‘lar’ e ‘viver’; o segundo grupo apresenta as evocações ‘cozinha’, ‘dormitório’, *infra-estrutura*, *lar* e *segurança*. Em ambos grupos foram repetidos as palavras ‘dormitório’ e ‘lar’. Referente à palavra ‘dormitório’ no, primeiro grupo, apresenta a maior frequência, e terceiro lugar em ordem média de evocação, enquanto no segundo grupo, apresenta o terceiro lugar de frequência e quarto lugar em ordem média de evocação. Ambos grupos justificaram esta expressão como ‘um ambiente de descanso’ provavelmente aparece como a representação de um espaço físico muito importante da casa. Já a palavra ‘lar’, em ambos grupos apresenta um sentido simbólico associado à

habitação, moradia ou casa, sendo que o primeiro grupo justifica esta expressão como um *'lugar onde se forma o núcleo familiar'*, *'lugar de reunião da família'* ou *'lugar de refúgio da família'* enquanto o segundo grupo a justifica como algo *'importante para a família'* - isso pelo fato de que este grupo ainda não mora no lugar.

No primeiro grupo, além das evocações mencionadas se encontra a palavra *'ambiente'*, associada a espaço físico e *'viver'* que apresenta um sentido simbólico associado à habitação. No segundo grupo se encontram as seguintes palavras: *'cozinha'*, provavelmente como um *'ambiente indispensável da casa'*; *'infra-estrutura'*, apresenta a maior frequência do quadrante e terceiro lugar em ordem média de evocação; *'segurança'*, provavelmente apresenta neste grupo um sentido simbólico associado à *'casa própria'* quando os sujeitos justificam que *'a casa própria transmite segurança'*.

O sistema periférico ou segunda periferia é constituído pelos elementos mais próximos do cotidiano dos moradores. Assim, no primeiro grupo se apresentam os elementos - *'abrigo, banheiro, cozinha, família, infra-estrutura, obra e sala'*; - o segundo grupo está constituído pelas palavras *'abrigo, banheiro, educação, família, obra e sala.'* Em ambos grupos foram encontrados as palavras *'abrigo, banheiro, família, obra e sala'*.

No primeiro grupo *'obra'* apresenta a maior frequência e o quinto lugar em ordem média de evocação enquanto no segundo grupo, apresenta o terceiro lugar de frequência e o penúltimo lugar em ordem média de evocação. No primeiro grupo, *'obra'* está estritamente associada a espaço físico construído, como *'necessidade de construir mais ambientes'*, entretanto, muitos sujeitos justificam que moram em um ambiente múltiplo pela falta de dinheiro. Assim, expressam também a necessidade de *'dinheiro para concluir as obras'*, justificando que *'a casa concluída é mais confortável'*, e dessa forma, assume-se que o fato de que as obras não estejam concluídas gera desconforto. No segundo grupo, *'obra'* está associada também ao espaço físico, quando afirmam a *'necessidade de materiais para construir'*; *'banheiro'* e *'sala'* constituem parte de obra, como *'necessidade indispensável da casa'* nos dois casos; *'família'*, apresenta a terceira maior frequência e ordem média de evocação do primeiro grupo e o primeiro lugar de frequência e ordem média de evocação. O segundo grupo apresenta um sentido simbólico associado ao núcleo familiar, quando afirmam que a família *'forma parte do lar'* ou é constituída pelo *'casal e filhos que moram no mesmo lar'* ou a família é *'importante na vida, para viver feliz dentro da casa'*. *'Abrigo'* é outro elemento que também apresenta um sentido simbólico associado à casa, em ambos grupos.

O primeiro grupo também apresenta os elementos *'cozinha'* e *'infra-estrutura'* que constituem parte de obra e necessidades do momento. O segundo grupo é constituído pelo elemento *'educação'* com a menor frequência e último lugar em ordem média de evocação. Está associado ao estado simbólico quando justificam que é *'para eliminar o analfabetismo'*; e associada ao espaço físico, quando expressam *'é necessário ter uma escola próxima à comunidade'*.

Observa-se que em ambos grupos o resultado do núcleo central foi *'casa'* constituído como um elemento objetivo e subjetivo. Da mesma forma aconteceu na periferia desta representação, já que os resultados foram muito próximos: o primeiro grupo apresentou dois elementos *'cozinha'* e *'infra-estrutura'*, diferentes do segundo grupo, este, por sua vez, apresenta o elemento *'educação'*, diferente do primeiro grupo.

## **CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O déficit habitacional que apresenta Bolívia num maior percentual é de características qualitativas. Um alto percentual do parque habitacional é produto da autoconstrução como única alternativa de acesso à moradia própria. Desta forma, as edificações são erguidas pelos próprios usuários muitas vezes com recursos técnicos e econômicos tão limitados que comprometem a qualidade da edificação associada à insatisfação, gerando assim, custos sociais, ambientais e econômicos. Assim, pode-se concluir que o direito a uma moradia digna está distante da população de baixa renda.

Considerando que a habitação constitui uma necessidade básica do ser humano e joga um papel decisivo na qualidade de vida deste, ela deve oferecer espaços adequados, habitáveis e confortáveis, além disso devem ser implementadas com toda a provisão de serviços básicos para sua habitabilidade. Assim, a busca para melhorar a qualidade da moradia se torna indispensável, portanto é importante que os profissionais da área junto aos governos envolvidos nesta situação reflitam e procurem alternativas de solução através do planejamento de projetos econômicos e sistemas de construção progressiva, que visem melhorar a qualidade de vida dos moradores, pois as soluções serão uma opção para melhorar não somente as condições de vida de uma determinada população, mas também para melhorar os índices de desenvolvimento humano de todo país em vias de desenvolvimento.

A compreensão da moradia não se limita apenas ao estudo da edificação como objeto físico; envolve uma infinidade de fatores - necessidades e desejos da apropriação; além do uso do ambiente construído seja interno ou externo. Cada grupo social tem determinados valores que muitas vezes não são conhecidos pelo mundo científico, como costumes e práticas sociais marcados pela identidade cultural e moldados através de sua história de vida e que sofrem mudanças no decorrer do tempo. Assim, torna-se importante estudar os valores empíricos atribuídos à moradia para projetar habitações mais coerentes aos desejos dos usuários a fim de proporcionar mais qualidade e bem estar a população.

Assim, a contribuição da Teoria das Representações Sociais neste estudo foi fundamental para apreender os aspectos empíricos presentes na relação individuo e moradia.

Segundo os resultados obtidos, para os moradores da “Comunidade Maria Auxiliadora” a representação social da moradia está associada a ‘*casa*’, expressa como ‘*uma necessidade indispensável ao homem*’, um lugar íntimo onde se desenvolve a vida privada da família; um bem primário que satisfaz uma grande quantidade de funções vitais (lazer, repouso e serviços), sociais e culturais; nela a família se desenvolve física emocional e espiritualmente.

A ‘*casa própria*’ expressa de forma subjetiva como ‘*sonho da família*’, que representa resguardo, proteção, segurança, conforto e estabilidade, ou seja, aquilo que todo ser humano necessita para desenvolver-se satisfatoriamente. Assim, significa para esses moradores ‘*um sonho conquistado*’, um bem econômico, que reafirma a dignidade dentro da sociedade.

O que se observa de uma forma geral é a satisfação dos moradores de baixa renda com relação à obtenção da casa própria, como uma conquista alcançada através de um árduo trabalho, mesmo que estas moradias apresentem precárias condições de habitabilidade seja quanto a espaços seja quanto ao conforto.

A ‘*casa concluída*’ ‘*para ter um mínimo de conforto*’; representa a insatisfação pela condição atual das moradias, pois, na atualidade, 90% das edificações ainda encontram-se em fase de construção; além do mais, existem moradias simplificadas a um ambiente de uso múltiplo adjunto a um banheiro provisional tipo puxado, porém, essas construções refletem no bem-estar da família, provocando desconforto devido aos espaços reduzidos, poeira e sujeira, provenientes das obras inconclusas.

Portanto, a insatisfação do usuário relacionado com o ‘*espaço e conforto*’, é clara, pois, para os moradores da “Comunidade Maria Auxiliadora” as necessidades de mais espaços construídos são evidentes. Assim, os resultados do sistema periférico constituído por elementos mais próximos do cotidiano dos moradores expressam através da palavra ‘*obra*’ as necessidades do momento, associadas ao sentido físico de um local em construção ou necessidade de construir. Esta se encontra, por sua vez, próxima das palavras cozinha, banheiro, sala e dormitório que representam ambientes construídos e muito próximos entre si das palavras infra-estrutura e muros. Todos esses elementos são relacionados pelos moradores de forma empírica à questão da falta de espaço físico construído e, por sua vez, todos esses elementos estão envolvidos em obra, portanto essas obras refletem no ‘bem estar’ dos moradores, quando estes justificam afirmando que

conforto é 'ter todos os ambientes básicos, ter casa ampla e cômoda, ter comodidade e estabilidade para morar com dignidade'.

Concluimos que além das deficiências encontradas na apropriação de espaços e a distribuição funcional de espaços construídos, as inversões foram custosas. Considera-se que tenha sido pela falta de planejamento de projetos e a assistência técnica qualificada. Assim, consideramos importante conscientizar:

- À população de baixa renda: de que o fato de construir sem prévio planejamento e assistência técnica, além de comprometer a qualidade da edificação gera perdas econômicas irreversíveis, além de excluir o imóvel de ter acesso a crédito hipotecário.
- Aos profissionais envolvidos: quanto à busca de novas alternativas de projetos evolutivos participantes e de processos construtivos racionalizados, minimizando custos econômicos e tornando o processo construtivo mais prático, rápido e eficaz, a fim de atender as demandas do déficit habitacional de características qualitativas existentes na atualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das representações sócias**. In.: Moreira, Antonia S. P.; Oliveira, Denize Cristina de (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB Editora, 1998. 27 – 38 p.

ARZE CUADROS, Eduardo. **La economía de Bolivia**. Ordenamiento territorial y dominación externa. 1492-1979. La Paz: Los amigos del Libro, 1979.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995. 222 p.

BERGAN, Kurt. **Casa saudável: Um estudo sobre os sentidos da moradia**. Estudo de Caso: Conjunto Pedro I, Realengo, Rio de Janeiro/RJ. 2005.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CALDERON, Fernando e LASERNA, Roberto. **El poder de las regiones**. Cochabambaba:CERES-CLACSO, 1983.

CORDEIRO, Adriana; SZUCS, Carolina P.. **A qualidade funcional da habitação popular autoconstruída**: Um estudo de Caso em Maceió, Al. In: I CLACS 2004 eX ENTAC 2004., São Paulo: Resumo dos trabalhos. São Paulo ISBA,2004. 1 CD-ROM.

CHAVES, Adriane da Silva Pacheco. **Espaços e Qualidade: Avaliação da produção habitacional de Interesse Social no município de Rio de Janeiro - 1990/1999**. 2001.124 f.ii Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

FEDERACIÓN URUGUAYA DE COOPERATIVAS DE VIVIENDA POR AYUDA MUTUA – FUCVAM. **Jornadas Internacionales**: Por la Equidad y sustentabilidad del hábitat popular en América Latina y el Caribe - 2002, Cochabamba. Manual documental. Cochabamba, Bolívia, 2002.

GISBERT, Teresa. **Historia de la vivienda y los conjuntos urbanos em Bolívia**. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, México D.F., 1991.

GORDILLO, José; BLANCO, Victor Hugo e RICHMOND Patrícia. **Diagnóstico de la vivienda em la conurbación de Cochabamba**. Cochabamba: CEP-UMSS, IIA, CERES, 1995.

HALFELD, Frederico B.; ROSSI, Ângela M. G. A. Sustentabilidade Aplicada a Projetos de moradias Através do Conceito de Habitabilidade. In: **Anais do NUTAU 2002**. São Paulo: NUTAU, 2002.

HANSSON Ida; OLAUSSON, Anna. **Spatial planning for cooperative housing**: A case study in Maria Auxiliadora, Cochabamba, Bolívia. 2004. 115 f. Programa of Spatial Planning - Blekinge Onstitute of Technology, Karlskrona, Sweden, 2004.

HONORABLE MUNICIPALIDAD DE COCHABAMBA - H.A.M.C.; **Plan Estratégico de Desarrollo del Municipio de Cercado**. Cochabamba, Bolívia, 2000. p. 57-62-47-152.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE: **Censo Nacional de Población y Vivienda 2001**. vol. 1. Cochabamba, Bolivia, 2001.

JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LAVAYEN, Carlos. **Tipologias Arquitetônicas em el centro urbano de Cochabamba**. Gabinete Investigacion de Ciências Sociales, Facultad de Arquitectura, UMSS. Cochabamba, 1990.

LARCHER, José Valter Monteiro. et al. Desenvolvimento integrado do produto edificação: A Incorporação de Conceitos das Novas Filosofias da Construção aos projetos de Habitação de Interesse Social. In: **IV Worksshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios, 2004**. Rio de Janeiro: IV Worksshop, 2004. (a) 1CD-ROM.

LEMOS, Carlos. A.C. **Cozinhas, etc**. Editora Perspectiva, 1994.

MENDEZ, Gonzalo. **Antecedentes, marco conceptual y diagnóstico regional y urbano para el Modelo de Crecimiento de Cochabamba**: Halcaldía de Cochabamba, 1980.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigaçao em Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404 p.

\_\_\_\_\_. **Das Representações Coletivas às Representações Sociais**: elementos para uma historia. In. Jodelet, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 45-64 p.

NÓBREGA, S.M. **Sobre a Teoria das Representações Sociais**. In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). **Representações Sociais: teoria e pratica**. João Pessoa: Universitária, 2003. 55-87 p.

OLIVEIRA, D. C.; MARQUES, S. C.; GOMES, A. M. T.; TEIXEIRA., M. C. T. V.. **Análise das evocações livres**: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P.; CAMARGO, B.V.; JESUÍNO, J.C.; NÓBREGA, S. M. (Orgs.). **Perspectivas Teórico - Metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. 573-603 p.

OTERO, Gustavo Adolfo. **La vivienda social em el coloniaje**. La Paz: Editorial Juventud, 1980.

PATACO, Vera Lucia Paracampos, VENTURA, Magda Maria, RESENDE, Érika dos Santos. **Metodologia para Trabalhos Acadêmicos e Normas de Apresentação Gráfica**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004. 83 p.

QUIROGA, Marco. **Guía Metodológica de Investigación: Distrito 9**, 2003. Carpeta de archivos. Instituto de Investigación de Arquitectura (IIA) – Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Bolívia, 2003. 1 CD-ROM

RAGON, Claudia de S. **Thiago. Atenção Odontológica na Soropositividade para o HIV: Um estudo de Representações Sociais**. 2005. 97 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RIVERA, Alberto. **La vivienda em economias informales de Cochabamba**. Cochabamba:CERES, 1990

RYBCZYNSKI, Witold. **CASA: Pequena história de uma idéia.** Tradução de Betina Vonstaa, Rio de Janeiro: Record, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 189 p.

\_\_\_\_\_. **A teoria geral das representações sociais e suas abordagens complementares.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade do Estado de Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugenia. **Guia para Normalização de Trabalhos Técnicos Científicos:** Projetos de Pesquisa, Monografias, Dissertações, Teses (NBR 6023/2002, NBRE 10520/2002 E NBR 14724/200). 3.ed. Uberlândia-MG: EDUFU,2003. 145 p.

SILVA Helga Santos da. **Arquitetura moderna para habitação popular:** A apropriação dos espaços no conjunto residencial Mendes de Moraes (Pedregulho). 2006. 130 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SOLARES, Humberto. **Vivienda y Estado:** Políticas Habitacionales y producción del hábitat popular en América Latina. Cochabamba, Bolivia: Serrano, 1999. 356 p.

#### **Texto com autoria na internet**

Brandão, Carlos Antônio Leite. Habitabilidade e Bem Estar. (2005). Disponível em: [www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA8online/artigoCB.htm](http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA8online/artigoCB.htm) - 38k. Acesso em: 02 Outubro 2006.

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Salvador/BA - 1 a 5 Set 2002.  
Acesso em: 02 Outubro 2006.

## ANEXOS

### Anexo 01 - A Constituição Política do Estado Boliviano

A parte segunda da Constituição estabelece a estrutura do Estado boliviano, que se divide em três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judicial, cada um com atribuições próprias.

A divisão dos poderes, doutrinal e historicamente, tem por objetivo evitar que todo o poder público se concentre numa só instituição e que os três poderes se controlem a si mesmos e atuem como contrapesos mútuos.

Os poderes do Estado são independentes, o que quer dizer que nenhum poder pode tomar as atribuições do outro. Portanto ao mesmo tempo, a Constituição ordena a coordenação entre eles para a melhor convivência do Estado.

- A constituição estabelece que “o Poder legislativo reside no Congresso Nacional composto de duas câmaras: uma de Deputados e outra de Senadores” (Artigo 46°). O período anual de sessões do Congresso nacional tem duração de 90 dias, prorrogáveis até 120 dias.

Dentre as atribuições mais importantes do Poder Legislativo estão: Ditar leis, modificá-las, interpretar-las ou anular-las; fiscalizar os atos do Poder Executivo e as políticas públicas; aprovar o Orçamento Geral da nação; aprovar os tratados e convênios internacionais; criar novos departamentos, províncias, seções de província e cantões; nomear a certos funcionários de alta categoria.

A Câmara de Deputados está integrada por 130 membros; a Câmara de Senadores se compõe de 27 senadores, três por cada Departamento. Ambos exercem as suas funções por cinco anos e podem ser reeleitos.

O Congresso Nacional é a reunião dos membros das duas Câmaras e se realiza, por motivos entre outros como: designação do Presidente e Vice-presidente da República quando no houvessem tido a maioria absoluta de votos nas eleições e fazer posse do juramento; para autorizar julgamento do Presidente e o Vice-presidente da República, Ministros de Estado e Prefeitos de Departamento.

- A constituição estabelece que o “Poder executivo é exercida pelo Presidente da República e os Ministros de Estado” (Artigo 85°).

O Presidente da República tem, entre outras, as seguintes atribuições: Cumprir e fazer obedecer às leis; expedir os decretos e regulamentos necessários sem mudar o conteúdo da lei correspondente; administrar os rendimentos nacionais; e conservar e defender a ordem interna e a segurança exterior.

- O Poder Judiciário “se exerce pela Corte Suprema de Justiça da Nação, o Tribunal Constitucional, as Cortes Superiores de Distrito, os tribunais e juizes de instancia e os outros tribunais e juzados que estabelece a Lei” (Artigo 116°). O Conselho da Judicatura forma parte do Poder Judicial.

A Corte Suprema de Justiça, como sede na cidade de Sucre, é o máximo tribunal de justiça no país. Está integrado por doze Ministros que se organizam por salas especializadas e que são eleitos pelo Congresso Nacional a proposta do Conselho da

Judicatura. O mandato tem duração de dez anos e só poderão ser reeleitos depois de passar um período igual.

O Tribunal Constitucional, como sede na cidade de Sucre, está integrada por cinco Magistrados que conformam uma sala e são eleitos pelo Congresso Nacional. Desempenham as suas funções por dez anos, podendo ser reeleitos passados um tempo de igual duração.

O Conselho da Judicatura, também com sede na cidade de Sucre, é o encarregado da disciplina e do bom funcionamento interno do Poder Judicial e se ocupa dos seus assuntos administrativos e financeiros. Está integrado por cinco membros, na cabeça o Presidente da Corte Suprema de Justiça. Os outros quatro membros são nomeados pelo Congresso Nacional.

- A Parte Terceira da Constituição Política do Estado corresponde aos Regimes Especiais. Trata-se de normas que estabelecem alguns princípios fundamentais que devem orientar as políticas em diferentes campos: econômico e financeiro, social, agrário e campesino, cultural, familiar e eleitoral.

Nos Regimes Especiais da atual Constituição também figuram disposições relacionadas com a organização e atribuições de certas instituições estatais, como os municípios, as Forças Armadas e a Polícia. Segundo alguns especialistas, estas normas não deveriam figurar nesta parte da Constituição, senão na dedicada à organização do Estado.

1. O Regime Econômico e Financeiro determina a organização e as atribuições da Contraloria Geral da República.
2. Para a atual Constituição, o trabalho é o eixo do Regime Social. “O trabalho é um dever e um direito e constitui a base da ordem social e econômico” (Artigo 156°).
3. A proteção da Saúde, a orientação dos regimes de segurança social, as garantias de livre associação patronal e de trabalhadores (sindicatos) e o direito a greve são também regulamentados pelo Regime Social.
4. O Regime Agrário contém normativas, entre outros, sobre dois importantes temas: A terra, e os direitos coletivos dos povos indígenas.
5. O Regime cultural visa, por uma parte, a educação formal, e por outra, a proteção do patrimônio cultural.
6. O Regime familiar segundo a Constituição diz: “O matrimônio, a família e a maternidade estão sob proteção do Estado” (Artigo 193°).
7. O Regime Municipal estabelece os princípios do governo e da administração dos municípios e dos cantões.
8. A Constituição outorga as Forças Armadas a seguinte missão fundamental: “Defender e conservar a independência nacional, a segurança e estabilidade da República e a honra e soberania nacionais, assegurar o império da Constituição Política, garantir a estabilidade do Governo legalmente constituído e cooperar no desenvolvimento integral dos pais” (Artigo 208°).

**Anexo 02 - Planos da Área Metropolitana da Cidade de Cochabamba**

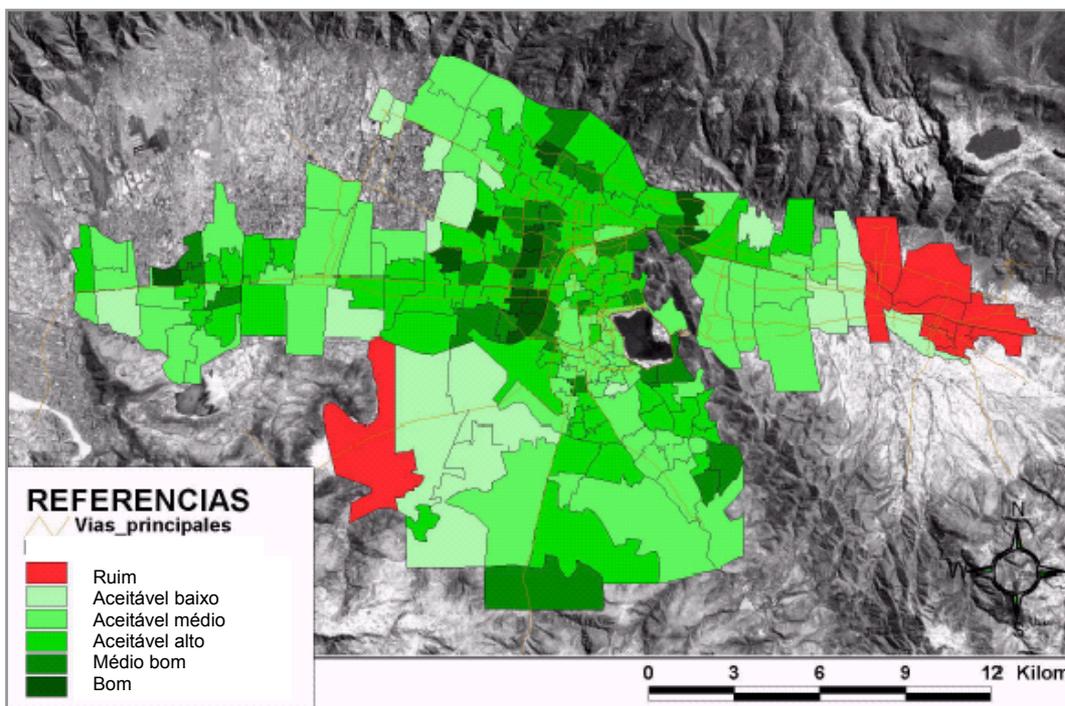


Figura 15: Plano - Qualidade da construção da moradia - (CNP 2001)

Fonte: GIS, 2006.

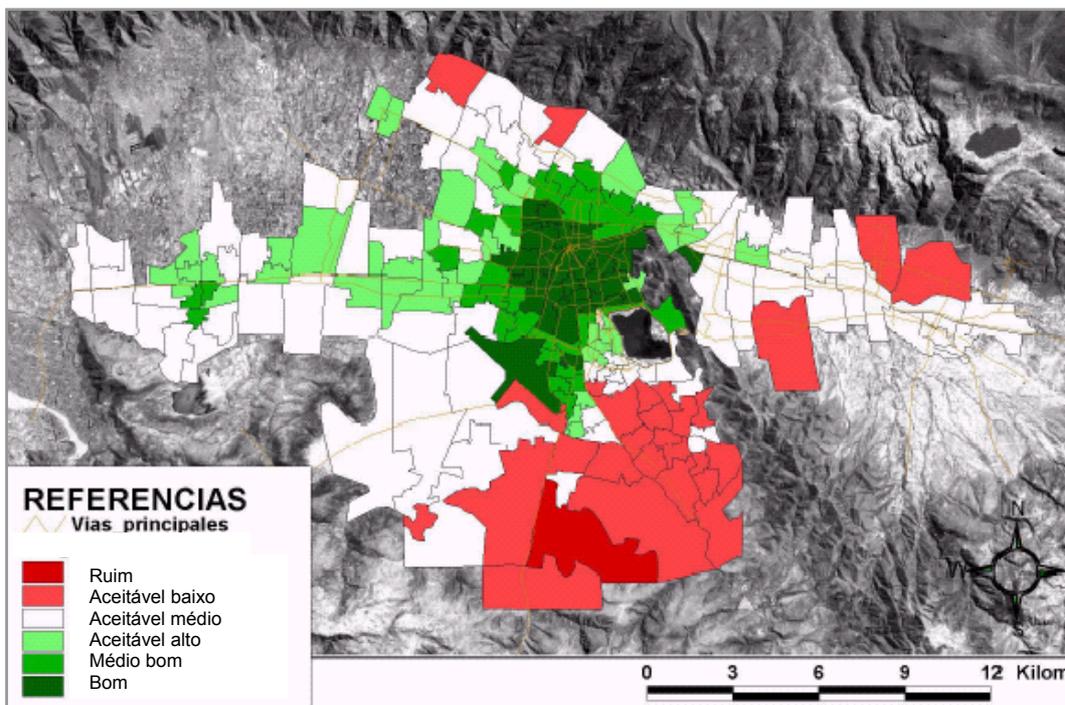


Figura 17: Plano -Qualidade do serviço básico na moradia - (CNP 2001)

Fonte: GIS, 2006

### Anexo 03 - Distribuição da População por Departamentos

Departamentos	Ano 1900		Ano 1950		Tx. Crescim. Anual
	População	%	População	%	%
<b>Altiplano</b>	<b>857.312</b>	<b>48,6</b>	<b>1.693.105</b>	<b>56,1</b>	<b>1,95</b>
La Paz	447.616	25,4	948.466	31,4	2,24
Oruro	86.081	4,9	210.261	7,0	2,88
Potosí	325.615	18,5	534.399	17,7	1,28
<b>Vales</b>	<b>633.066</b>	<b>35,9</b>	<b>900.207</b>	<b>29,8</b>	<b>0,84</b>
Cochabamba	325.745	18,5	490.475	16,2	1,01
Chuquisaca	204.434	11,6	282.981	9,4	0,77
Tarija	102.887	5,8	126.152	4,2	0,45
<b>Lhanos</b>	<b>273.605</b>	<b>15,5</b>	<b>425.719</b>	<b>14,1</b>	<b>1,11</b>
Santa Cruz	209.592	11,9	282.981	9,5	0,70
Beni	32.181	1,8	119.771	4,0	5,52
Pando (1)	31.333	1,8	19.804	0,6	-0,75
Litoral (2)	49.821	2,8			
<b>Total:</b>	<b>1.763.983</b>	<b>100,0</b>	<b>3.019.033</b>	<b>100,0</b>	

Quadro 01: Distribuição da População por Departamento de 1900 a 1950

Departamentos	Ano 1976		Ano 1992		Tx. Crescim. 1976-1992
	População	%	População	%	%
<b>Altiplano</b>	<b>2.433.227</b>	<b>52,91</b>	<b>2.886.789</b>	<b>44,96</b>	<b>1,16</b>
La Paz	1.65.075	31,85	1.00.786	29,60	1,86
Oruro	310.408	6,75	340.114	5,30	0,60
Potosí	657.743	14,30	645.889	10,06	-0,11
<b>Vales</b>	<b>1.251.865</b>	<b>27,22</b>	<b>1.855.368</b>	<b>28,90</b>	<b>3,01</b>
Cochabamba	706.136	15,35	1.0.205	17,29	3,58
Chuquisaca	358.516	7,79	453.756	7,07	1,66
Tarija	187.204	4,07	291.407	4,54	3,48
<b>Llanos</b>	<b>913.584</b>	<b>19,86</b>	<b>1.678.635</b>	<b>26,14</b>	<b>5,23</b>
Santa Cruz	710.724	15,45	1.64.389	21,25	5,75
Beni	168.367	3,66	276.174	4,30	4,00
Pando (1)	34.493	0,75	38.072	0,59	0,65
<b>Total:</b>	<b>4.598.667</b>		<b>6.420.792</b>		

Quadro 02: Distribuição da população por Departamentos

**Anexo 04: Questionário utilizado na pesquisa.**

**Comunidade: Maria Auxiliadora - Distrito 9 – Cochabamba - Bolívia**

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Questionário: No. \_\_\_\_\_

**Parte 1: Representações Sociais**

**01.** Diga 4 palavras que vêm a sua mente quando escuta a palavra MORADIA.

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

**02.** Na sua opinião, quais as 2 mais importantes? E por quê?

1. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**03.** Diga 4 palavras que vêm a sua mente quando escuta a palavra COBERTURA.

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

**04.** Na sua opinião, quais as 2 mais importantes? Por quê?

1. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**05.** Diga 4 palavras que vêm a sua mente quando escuta a palavra PAREDE.

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

**06.** Na sua opinião, quais as 2 mais importantes? Por quê?

1. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **Parte 2: Avaliação dos Espaços**

**01.** Qual o ambiente de sua casa que você mais gosta?

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**02.** Qual o ambiente de sua casa que você menos gosta?

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**03.** Qual o ambiente de sua casa onde a família permanece por mais tempo?

\_\_\_\_\_

**04.** Que ambientes considera como mais importantes na sua casa?

\_\_\_\_\_

**05.** Na sua opinião, o que é morar com conforto?

\_\_\_\_\_

**06.** O que gostaria de melhorar na sua casa?

\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**07.** Quais os materiais usados nas PAREDES de sua casa?

\_\_\_\_\_

**08.** Que deficiências existem nas PAREDES de sua casa?

\_\_\_\_\_

**09.** Qual o material usado na COBERTURA de sua casa?

\_\_\_\_\_

**10.** Que deficiências existem na COBERTURA?

\_\_\_\_\_

### **Parte 3: Características Sócio-Econômicas dos MORADORES**

11. Há quanto tempo mora aqui? \_\_\_\_\_ Aonde morava anteriormente? \_\_\_\_\_

12. Como adquiriu o lote?

Empréstimo Bancário  Cooperativa  Pasanaku  Outros

13. Tipo de Ocupação?

Próprio  Cedido  Adjudicado  Outros

14. Como foi construída sua casa?

Autoconstrução  Ajuda mútua  Pedreiro  Arq./Ing.  Outros

15. Composição familiar e atividades econômicas

Residentes	Sexo (M/F)	Idade	Grau de parentesco	Escolaridade	Profissão	Renda (s/m)	Trabalho Perm./Event.	Família No Ext.
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								
<b>TOTAL</b>								

### **Parte 4: Levantamento físico da MORADIA**

**Anexo 05: Palavras coletadas no teste de evocação utilizando o termo *MORADIA***

Quest.	1ª palavra	2ª palavra	3ª palavra	4ª palavra
1	PROPRIA	DIGNIDADE	LEGALIZADA	
2	PROPRIA	CASA	*PROPRIA	
3	*CASA	ABRIGO	COZINHA	BANHEIRO
4	*CASA	PATIO	*FAMILIA	CONFORTO
5	CASA	VIVER	FAMILIA	FAMÍLIA
6	*DINHEIRO	CASA	AMBIENTES	*COMODIDADE
7	*COZINHA	*DORMITORIO	SALA	INFRA-ESTRUTURA
8	*DORMITORIO	*BANHEIRO	COZINHA	SALA
9	*CASA	VIZINHANCA	*INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA
10	SALA	DORMITORIO	*COZINHA	*BANHEIRO
11	SALA	DORMITORIO	*COZINHA	*BANHEIRO
12	*LAR	UNIAO	*FAMILIA	DEUS
13	MATERIAIS	*MATERIAIS	MATERIAIS	*COBERTURA
14	SALA	*DORMITORIO	*COZINHA	BANHEIRO
15	COZINHA	*DORMITORIO	*SALA	BANHEIRO
16	DINHEIRO	TRABALHO	*EDUCACAO	*SAÚDE
17	*BANHEIRO	*PATIO	COZINHA	AMBIENTES
18	DORMITORIO	COZINHA	*BANHEIRO	SALA
19	*AMPLA	BOA	CASA	DORMITÓRIO
20	*HABITACAO	PORTA	CONFORTO	PISO
21	*NECESSARIO	NECESSARIO	*DINHEIRO	DINHEIRO
22	*AMBIENTES	BANHEIRO	SALA	*INFRA-ESTRUTURA
23	FELICIDADE	FELICIDADE	UNIAO	*FELICIDADE
24	*NECESSARIO	EDUCACAO	*TRABALHO	SAÚDE
25	AMBIENTES	*COMODIDADE	AMPLA	*CONTRUIR
26	*CASA	PROJETO	FAMILIA	*ALIMENTO
27	*CASA	AMBIENTES	*COZINHA	BANHEIRO
28	*LOTE	PROJETO	*CONSTRUIR	VIVER
29	*CASA	*LAR	HABITACAO	
30	*SEGURIDADE	SEGURIDADE	*COMPARTILHAR	FAMÍLIA
31	*LOTE	*PROJETO	CONSTRUIR	VIVER
32	VIVER	HABITACAO	FAMILIA	FAMÍLIA
33	CASA	*DORMITORIO	CASA	ABRIGO
34	*FAMILIA	*AMOR	FELICIDADE	FAMÍLIA
35	*ABRIGO	*MUROS	PORTA	CONFORTO
36	*LAR	AMBIENTES	*FAMILIA	PORTA
37	DINHEIRO	NECESSARIO	*NECESSARIO	*DINHEIRO
38	*FAMILIA	LAR	*AMOR	FAMÍLIA
39	*LAR	CONFORTO	PORTA	ABRIGO
40	*HABITACAO	RESPONSABILIDADE	EDUCACAO	AJUDAR
41	*AMBIENTES	SALA	BANHEIRO	*COZINHA
42	AMBIENTES	COZINHA	*BANHEIRO	
43	*LAR	ABRIGO	VIVER	*CASA
44	*CASA	*COZINHA	AMBIENTES	BANHEIRO
45	*ABRIGO	*MUROS	PORTA	CONFORTO

46	LAR	*CASA	TRABALHO	FAMÍLIA
47	CASA	DORMITORIO	BANHEIRO	COZINHA
48	LAR	COBERTURA	*CASA	MUROS
49	MATERIAIS	MATERIAIS	*MATERIAIS	*INFRA-ESTRUTURA
50	HABITACAO	*COMODIDADE	*INDEPENDENCA	SEGURIDADE
51	*CASA	*FAMILIA	PRIVACIDADE	COMODIDADE
52	*PROPRIA	*TRABALHO	FELICIDADE	SEGURIDADE
53	*HABITACAO	*COMODIDADE	NECESSARIO	DIGNIDADE
54	NECESSARIO	NECESSARIO		
55	*CASA	AMBIENTES	PATIO	*MUROS
56	INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA	*LAR	*FAMÍLIA
57	*COZINHA	*DORMITORIO	INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA
58	*DORMITORIO	SALA	BANHEIRO	*COZINHA
59	*DORMITORIO	*COZINHA	BANHEIRO	PÁTIO
60	*LAR	CASA	FAMILIA	*SEGURIDADE
61	*COBERTURA	*MUROS	PORTA	CONFORTO
62	VIVER	BOA	COMODIDADE	TRANQUILIDADE
63	*CASA	DORMITORIO	BANHEIRO	COZINHA
64	LAR	MOVEIS	*CASA	*FAMÍLIA
65	CASA	PATIO	SALA	BANHEIRO
66	TRANQUILIDADE	SEGURIDADE	LEGALIZADA	CONCLUÍDA
67	*CASA	*INFRA-ESTRUTURA	VIZINHANZA	INFRA-ESTRUTURA
68	TRANQUILIDADE	SEGURIDADE	LEGALIZADA	CONCLUÍDA
69	*SEGURIDADE	PRIVACIDADE	*SEGURIDADE	DIGNIDADE
70	*LOTE	*COBERTURA	MUROS	
71	CASA	*ABRIGO	PORTA	*FAMÍLIA
72	CASA	AMBIENTES	VIVER	FAMÍLIA
73	DORMITORIO	BANHEIRO	COZINHA	*FAMÍLIA
74	LAR	COMODIDADE	*COMPARTILHAR	*DEUS
75	*INFRA-ESTRUTURA	*CASA	INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA
76	*DORMITORIO	COZINHA	*BANHEIRO	PÁTIO
77	CASA	MUROS	*ABRIGO	*CASA
78	*COZINHA	SALA	*BANHEIRO	DORMITÓRIO
79	*DORMITORIO	COZINHA	*BANHEIRO	PÁTIO
80	DORMITORIO	*BANHEIRO	*COZINHA	SALA
81	CASA	MATERIAIS	CONFORTO	COZINHA
82	*CASA	CASA	VIVER	DORMITÓRIO
83	*COBERTURA	SALA	COZINHA	BANHEIRO
84	*ABRIGO	*DORMITORIO	MUROS	LAR
85	*FAMILIA	APARTAMENTO	AMBIENTES	*CASA
86	*LAR	HABITACAO	*CASA	FAMÍLIA
87	LAR	HABITACAO	*CASA	*CASA
88	DORMITORIO	*COZINHA	SALA	*BANHEIRO
89	*AMOR	LAR	*FAMILIA	
90	*FAMILIA	VIVER	ABRIGO	COMPENSAO
91	CASA			
92	*HABITACAO	FAMILIA	*CONFORTO	AMOR
93	*VIVER	AMOR	*ABRIGO	FAMILIA
94	*DORMITORIO	COZINHA	*BANHEIRO	FAMILIA

95	CASA	BANHEIRO	SALA	*DORMITORIO
96	*CASA	*LAR	FAMILIA	FELICIDADE
97	*CASA	LAR	HABITACAO	
98	COBERTURA	MATERIAIS	MATERIAIS	INFRA-ESTRUTURA
99	CASA	DORMITORIO	*SALA	BANHEIRO
100	*LAR	*FAMILIA	COMODIDADE	CASA
101	*CASA	LAR	FAMILIA	ABRIGO
102	*CASA	LAR	*FAMILIA	ABRIGO
103	MATERIAIS	*MUROS	MATERIAIS	*HABITACAO
104	EDUCACAO	EDUCACAO	EDUCACAO	EDUCACAO
105	*CASA	*COZINHA	SALA	SALA
106	CASA	*DORMITORIO	*COZINHA	SALA
107	CASA	MATERIAIS	MATERIAIS	COBERTURA
108	*PROPRIA	*CASA	HABITACAO	ABRIGO
109	*AMPLA	*INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA
110	DORMITORIO	BANHEIRO	*SALA	COZINHA
111	*SEGURIDADE	*LAR	MUROS	SEGURIDADE
112	LAR	CASA	*FAMILIA	*EDUCACAO
113	CASA	FAMILIA	*FAMILIA	*FAMILIA
114	*DINHEIRO	MATERIAIS	INFRA-ESTRUTURA	INFRA-ESTRUTURA
115	CASA	MATERIAIS	MATERIAIS	MATERIAIS
116	INFRA-ESTRUTURA	SALA	SALA	BANHEIRO